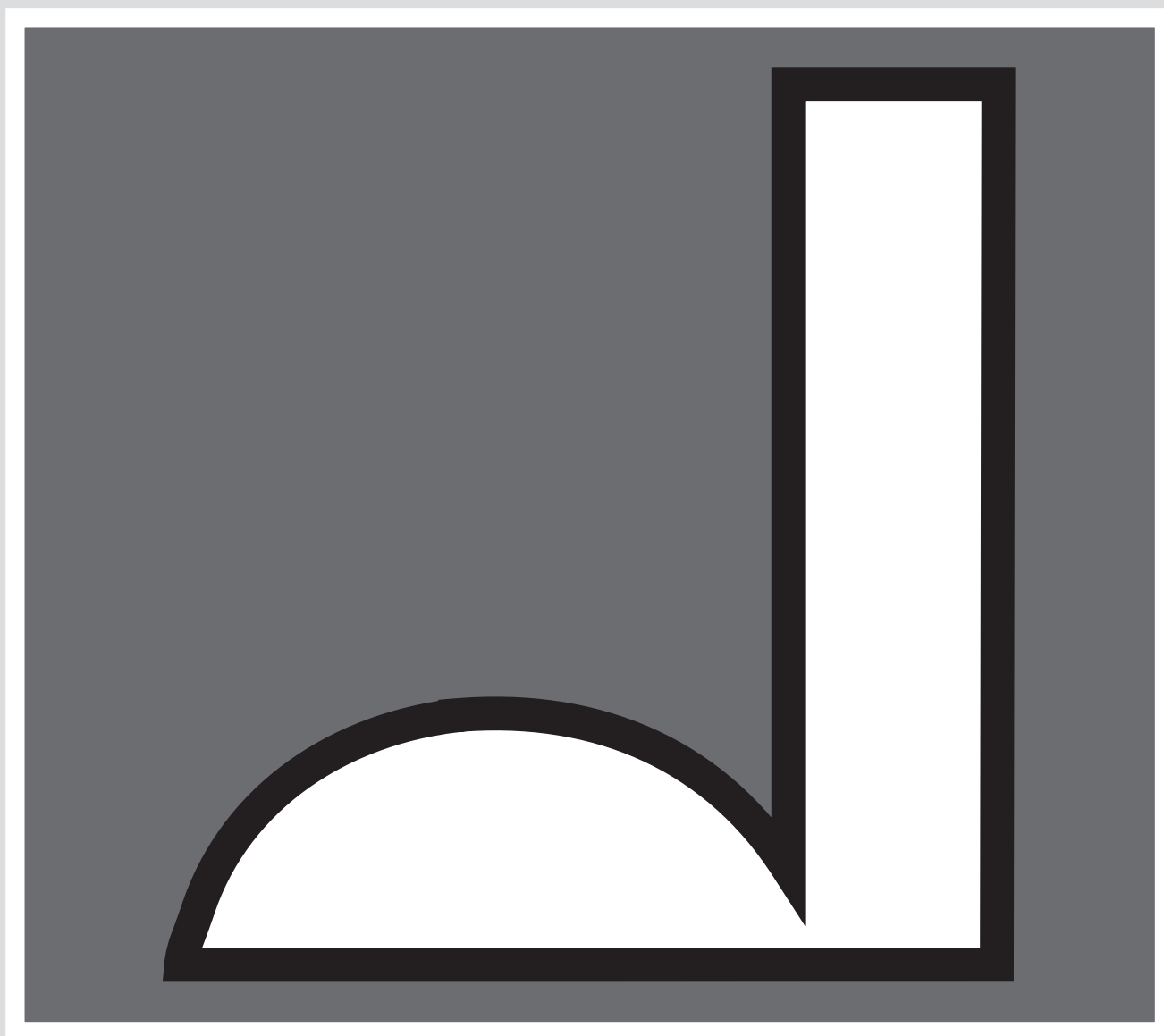




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 109 - SÁBADO, 1º DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 93ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE JUNHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 786/2006, de 21 do corrente, comunicando que aquela Corte manterá disponível no site www.tcu.gov.br, no período de 3 de julho a 31 de dezembro deste ano, a relação atualizada dos nomes de responsáveis por contas julgadas irregulares por decisão definitiva daquele Tribunal nos últimos cinco anos. 22055

1.2.2 – Parecer

Nº 781, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta o § 3º, concedendo adicional de periculosidade aos carteiros..... 22055

1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 71/2006, de 31 de maio último, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003. 22061

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, seja apreciado pelo Plenário. 22061

1.2.5 – Aviso da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Nº 695/2006, de 29 do corrente, encaminhando cópia do Aviso nº 151/2006, do Ministro de Estado de Minas e Energia, no qual solicita sejam feitas correções na proposta de elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A, submetida à apreciação do Senado Federal. 22062

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 722, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao jornal **O Sul**, do Grupo Rede Pampa de Comunicação que completará no dia 2 de julho de 2006 cinco anos de fundação. 22063

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* – Defesa do projeto de lei que concede o adicional de periculosidade aos carteiros. Histórico da profissão de carteiro.... 22063

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Críticas ao Presidente Lula por declarações relacionadas ao sistema de saúde e ao médico Adib Jatene. Repúdio à negociação de cargos no governo federal. Satisfação com o resultado de pesquisa eleitoral que atesta o crescimento do candidato Alckmin na disputa pela Presidência da República..... 22069

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Críticas aos discursos de campanha do Presidente Lula... 22073

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, – Anúncio da assinatura do decreto que cria o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Registro da edição das medidas provisórias que reajustam os salários dos funcionários públicos. 22075

SENADOR *PAULO PAIM* – Justificativas ao Requerimento nº 722, de 2006, lido na presente sessão, referente à comemoração dos cinco de fundação do jornal **O Sul**..... 22077

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Leitura de carta da Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital..... 22077

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Registro da matéria intitulada “Nem Lula dá bola para eles”, publicada pela revista **Veja**, edição de 21 do corrente..... 22078

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Comentários ao artigo denominado “Quem se habilita?”, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, edição de 18 do corrente..... 22079

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Transcrição do artigo intitulado “Responsabilidade política”, de autoria do analista político Augusto de Franco, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 20 do corrente..... 22080

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Considerações a respeito do artigo intitulado “Minha vida de coitote”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja**, edição de 28 do corrente. 22081

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Análise do artigo intitulado “Educação, mentiras e videoteipe”, de autoria do ex-presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Sidney Beraldo, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo , edição de 14 do corrente.....	22082
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Transcrição da matéria intitulada “Base se cala diante de acusações contra Lula”, publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo , edição de 21 do corrente.....	22083
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “R\$ 40 bí? Não, obrigado”, publicada pela revista Época , edição de 19 do corrente..	22084
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Considerações sobre a matéria intitulada “Mattoso assume tudo”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 30 de maio último.....	22086
SENADOR ROMERO JUCÁ – Excelência do trabalho desenvolvido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa.	22087
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 1º a 30 de junho de 2006.....	22088
3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 148 e 149, de 2006.	22180

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.195 a 1.218, de 2006. 22181

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****6 – SECRETARIA DE COMISSÕES****7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 93ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de Junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra Heloísa Helena e do Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 786-GP/TCU

Brasília, 21 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Para os fins previstos na alínea “g” do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, informo a Vossa Excelência que esta Corte de Contas manterá disponível no **site** www.tcu.gov.br, no período de 3 de julho a 31 de dezembro deste ano, a relação atualizada dos nomes de responsáveis por contas julgadas irregulares por decisão definitiva deste Tribunal nos últimos cinco anos, consoante disposto no artigo 91 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e nos artigos 1º, § 2º, e 2º da Resolução-TCU nº 113, de 20 de maio de 1998.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 781, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta o § 3º, concedendo adicional de periculosidade aos carteiros.

Relator: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Recebemos para análise nesta Comissão, em caráter terminativo, iniciativa do Senador Paulo Paim que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e acrescenta-lhe o § 3º, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros.

O projeto altera o **caput** do citado artigo celetista, incluindo entre as atividades perigosas o trabalho em condições de risco à integridade física do trabalhador. Atualmente, o conceito legal de atividade perigosa compreende as que impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Essa alteração objetiva, em última instância, conceder esse adicional aos carteiros, razão pela qual é acrescido § 3º ao art. 193 da CLT nesse sentido.

Em sua justificativa, o autor da iniciativa salienta que os carteiros “trabalham em condições perigosas, pois são freqüentes os casos de atropelamento, ataque de cães, acidentes na hora de subir e descer de ônibus, quedas e torções devido às condições geográficas adversas, fazendo com que os carteiros atravessem rios e florestas para entregar a correspondência nos mais longínquos municípios deste país, ...”.

O texto justificador afirma ainda que, dada a imprescindibilidade da atividade dos carteiros, conceder-lhes adicional de periculosidade é dotá-los de condições dignas de trabalho.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

A concessão de adicional de periculosidade aos carteiros insere-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, o projeto não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade. Também não detectamos aspectos regimentais que impeçam a regular tramitação da matéria.

Quanto ao mérito, firmamos entendimento favorável à aprovação da proposta. Trata-se de contemplar uma categoria profissional que goza da confiança e respeito da população, justamente porque se submete a condições de trabalho adversas para bem realizar as suas atribuições, entregando as correspondências e encomendas dentro de prazos razoáveis nos endereços indicados.

É notório que o trabalho em vias públicas envolve perigos e riscos à saúde e exige do profissional uma atenção redobrada. E os carteiros cumprem praticamente toda a sua jornada de trabalho nestas condições: tráfego intenso ou lugares ermos, cães de guarda e vadios, chuva ou sol escaldante etc.

Muito embora a compensação monetária não seja o ideal nos casos de desgaste à integridade física de uma pessoa, decorrentes da insalubridade e da periculosidade, ela serve, ao menos, para diminuir os impactos negativos das condições adversas de trabalho. Sabemos que o correto seria a prevenção e a eliminação das condições insalubres ou perigosas, mas a concessão de um adicional permite que o profissional viva numa condição financeira e psicológica melhor, com impactos positivos sobre a sua saúde.

Do ponto de vista técnico, entretanto, consideramos necessário alterar a redação do texto para tornar mais claro o objetivo da iniciativa. Nesse sentido apresentamos proposta de substitutivo que altera o capt

previsto para o art. 193 da CLT, dando nova redação à expressão “em condições de risco à integridade física do trabalhador” por “ou exercidas em condições de risco à integridade física do trabalhador em função da circulação em vias públicas, com os perigos a elas inerentes, para entrega de correspondência ou encomenda, no exercício da profissão de carteiro”. Suprimimos, por desnecessário o § 3º;

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, com o seguinte substitutivo.

EMENDA Nº CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003

Altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, aquelas que sejam exercidas em contato permanente com inflamáveis e explosivos, ou exercidas em condições de risco à integridade física do trabalhador em decorrência da circulação em vias públicas, com os perigos a elas inerentes, para entrega de correspondência ou encomenda, no exercício da profissão de carteiro.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/5/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR MÃO SANTA

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE

MARCO MACIEL - PFL

1- HERÁCLITO FORTES - PFL.

JONAS PINHEIRO - PFL

2- JOSÉ JORGE - PFL.

MARIA DO CARMO ALVES - PFL.

3- DEMÓSTENES TORRES - PFL

RODOLPHO TOURINHO - PFL.

4- ROMEU TUMA - PFL.

FLEXA RIBEIRO - PSDB.

5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.

DANIEL PAVAN - PSDB.

6- PAPALÉO PAES - PSDB

LÚCIA VÂNIA - PSDB.

7- —

LUIZ PONTES - PSDB.

8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.

PMDB TITULARES

PMDB SUPLENTE

NEY SUASSUNA

1- WELLINGTON SALGADO

ROMERO JUCÁ

2- RAMEZ TEBET

VALDIR RAUPP

3- JOSÉ MARANHÃO

MÃO SANTA

4- PEDRO SIMON

SÉRGIO CABRAL

5- ÍRIS DE ARAÚJO

GERALDO MESQUITA JÚNIOR

6- —

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

1- ANTONIO JOÃO (PTB)

FLÁVIO ARNS (PT)

2- MAGNO MALTA (PL)

IDELI SALVATTI (PT)

3- EDUARDO SUPLICY (PT)

MARCELO CRIVELA (PL)

4- FÁTIMA CLEIDE (PT)

PAULO PAIM (PT)

5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)

PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)

6- —

PDT TITULARES

PDT SUPLENTE

AUGUSTO BOTELHO.

1- CRISTOVAM BUARQUE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LÍSTA DE VOTAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PLS Nº 82, DE 2003.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL	X				1- HERÁCLITO FORTES - PFL				
JONAS PINHEIRO - PFL	X				2- JOSÉ JORGE - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3- DEMOSTENES TORRES - PFL				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- ROMEU TUMA - PFL				
FLEXA RIBEIRO - PSDB					5- EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
LEONEL PAVAN - PSDB	X				6- PAPALÉO PAES - PSDB				
LÚCIA VANJA - PSDB	X				7- ----				
LUIZ PONTES - PSDB					8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO	X			
ROMERO JUCA					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA (PFL/PTB)	X				4- PEDRO SIMON	X			
SERGIO CABRAL					5- IRIS DE ARAÚJO				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				6- ----				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					1- ANTONIO JOÃO				
FLAVIO ARNS - PT	X				2- MAGNO MALTA - PL				
IDELI SALVATTI - PT					3- EDUARDO SUPLICY - PT				
MARCELO CRIVELLA - PMR					4- FÁTIMA CLEIDE - PT				
PAULO PAIM - PT			X		5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRICIA SABOYA GOMES-PSB					6- ----				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 11 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 SALA DAS REUNIÕES, EM 24/05/2006.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003,
(EMENDA Nº 01 – CAS – SUBSTITUTIVO)
APROVADO NAS REUNIÕES DOS DIAS 24 E 31
DE MAIO DE 2006, RESPECTIVAMENTE,
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

EMENDA Nº 1 – CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003

Altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, aquelas que sejam exercidas em contato permanente com inflamáveis e explosivos, ou exercidas em condições de risco à integridade física do trabalhador em decorrência da circulação em vias públicas, com os perigos a elas inerentes, para entrega de correspondência ou encomenda, no exercício da profissão de carteiro.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator


LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....
 Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....
 Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao

Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as Leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

Relatório

Relator: Senador **Álvaro Dias**

I – Relatório

Esta Comissão recebe para análise, em caráter terminativo, iniciativa do Senador Paulo Paim que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e acrescenta-lhe o § 3º, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros.

O projeto altera o **caput** do referido artigo celetista, ampliando o conceito de periculosidade. Atualmente, o conceito legal de atividade perigosa compreende as que impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Pretende-se, com a alteração, definir como perigosa toda a atividade desenvolvida em “condições de risco à integridade física do trabalhador”.

Além disso, determina a proposição seja concedido o referido adicional aos carteiros, na forma prevista no § 1º do art. 193 da CLT.

Em sua justificativa, o autor da iniciativa salienta que os carteiros exercem suas atividades em condições adversas, expostos a atropelamentos, ataque de cães, quedas e torções.

Afirma que, dada a imprescindibilidade da atividade dos carteiros, conceder-lhes adicional de periculosidade é dotá-los de condições dignas de trabalho.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

O projeto não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade. A iniciativa está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e **caput** do art. 48 da Carta Magna, respectivamente).

Quanto ao mérito, entretanto, necessário que tenhamos algumas considerações. A Seção XIII, insere no Capítulo V da CLT, que cuida da segurança e medicina do trabalho, disciplina o exercício das atividades insalubres e perigosas, estabelecendo pagamento de adicionais aos trabalhadores que sejam submetidos a condições de risco.

Define, no art. 189, como insalubres as atividades ou operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde e, no art. 193, estabelece como perigosas as que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

Em verdade, não há qualquer compensação financeira que possa indenizar o desgaste biológico ou a ocorrência de um grave sinistro que venham a debilitar séria e permanentemente o trabalhador.

Importante observar como ideal a desnecessidade de pagamento de qualquer adicional, pois o trabalho em condições atentatórias à saúde e à se-

gurança dos indivíduos já deveria estar banido das rotinas laborais.

Por outro lado, muito embora não seja nunca o dinheiro capaz de compensar o desgaste da integridade física de uma pessoa, ele pode e deve responder pelos eventuais acréscimos das despesas permanentes com saúde. Deve ser suficiente pra proporcionar algum conforto àqueles que trabalharam até o limite do sacrifício. Sob essa ótica é que devem ser encarados os ditos adicionais.

Pretende-se, mediante a proposta em análise, estender o pagamento de adicional de periculosidade aos carteiros ao argumento de que estes são submetidos a toda sorte de agruras no cumprimento de suas atribuições.

Todavia, para viabilizar tal concessão, a iniciativa altera o conceito de periculosidade, fazendo constar no **caput** do art. 193 da CLT que são consideradas atividades perigosas não só as desenvolvidas em contato com inflamáveis ou explosivos, mas toda a atividade que coloque em risco a integridade física do trabalhador.

Ao alterar o conceito de periculosidade, com o objetivo de alcançar os carteiros, o projeto adota um conceito demasiadamente impreciso e amplo.

Entendemos que simplesmente fazer inserir no referido artigo menção a “condições de risco à integridade física do trabalhador” e criar um ambiente de incerteza jurídica que seria responsável por detonar uma avalanche de pretensões, das mais diversas categorias profissionais, a tratamento isonômico, pleiteando a concessão da referida parcela.

Acrescente-se a isso a circunstância de que, não obstante o profundo respeito pela nobre e honrada profissão dos carteiros, entendemos que os riscos apontados não estão entre os que podem causar um comprometimento permanente e irreversível da saúde do trabalhador ou até mesmo custar-lhe a vida, que são, conforme explicamos acima, as razões da existência dos referidos adicionais.

À mesma sorte de fiscos estão expostos os que trabalham com entregas, auxiliares de escritório, vendedores a domicílio, enfim, inúmeras atividades nas quais os trabalhadores enfrentam situações semelhantes.

Lembramos ainda que os empregados acidentados no exercício de suas atividades, mesmo que não exerçam atividades enquadradas no rol das insalubres ou perigosas, não se encontram desamparados pela legislação em vigor, fazendo jus ao benefício previdenciário decorrente de acidente do trabalho.

OF. Nº 71/06 – CAS

Brasília, 31 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 24 de maio de 2006, em turno único, a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), de 2006, ao PLS 82 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, e no dia 31 de maio de 2006, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – **Antônio Carlos Valadares**,
Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 71/06 – CAS

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 24 de maio de 2006, em turno único, a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), de 2006, ao PLS 082 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, e no dia 31 de maio de 2006, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com referência ao Ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 695-C. Civil

Brasília, 29 de junho de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini
– REFAP S.A.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria cópia do Aviso nº 151/GM/MME, do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no qual solicita sejam feitas correções na proposta de elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., que lhe permita concretizar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, submetido à apreciação dessa Casa por meio da Mensagem nº 73, de 7 de fevereiro de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Aviso nº 151/GM/MME

Brasília, 29 de junho de 2006

A Sua Excelência a Senhora
Dilma Vana Rousseff
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Brasília – DF

Assunto: Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Senhora Ministra,

1. Faço referência à EM nº 3/MME, de 28 de janeiro de 2006, para encaminhar a Vossa Excelência o expediente GAPRE – 449/2006, de 28 de junho de 2006, da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, e a Carta AIE nº 18/06, de 27 de junho de 2006, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que altera o valor do crédito e as condições básicas do financiamento para o projeto de ampliação e modernização da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

2. Diante das alterações assinaladas pelo BNDES, muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de que em relação à Mensagem nº 73, de 7 de fevereiro de 2006, enviada ao Senado Federal e publicada no **Diário Oficial** da União de 8 de fevereiro de 2006, sejam orientados os procedimentos necessários aos ajustes requeridos para apreciação dos Excelentíssimos Senhores Senadores.

Atenciosamente, – **Silas Rondeau Cavalcante Silva**, Ministro de Estado de Minas e Energia.

GAPRE – 449/06

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2006

Ilmo. Sr.
José Antonio Corrêa Coimbra
Chefe de Gabinete do
Ministro de Estado de Minas e Energia
Ministério de Minas e Energia – MME
Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 8º andar
70065-900 – Brasília – DF

Prezado Senhor,

Encaminhamos, em anexo, a “Carta AIE nº 18/06, de 27-6-06, enviada pelo BNDES à Alberto Pasqualini REFAP S.A., empresa contratada pela Petrobras.

Tratam-se das condições finais de contratação estabelecidas pelo BNDES (Decisão Dir. 480/06 e pelo BNDESPAR (Decisão nº 61/06), relativas ao processo de obtenção de recursos pela Refap S.A., junto a esses Bancos.

Tal carta deve ser encaminhada à Casa Civil que a enviará ao Senado Federal, onde é aguardada pela Senador Ney Suassuna, da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) para a conclusão do seu Relato no Processo de Limite de Endividamento da Refap S.A., (Resolução 96/89 do Senado Federal), que possibilitará a obtenção da Autorização para a contratação dos recursos pela Refap junto aos Bancos BNDES e BNDESPAR.

Agradecendo pelas suas providências, subscrevemo-nos,

Atenciosamente, – **Armando R. Tripodi**, Chefe do Gabinete do Presidente.

Carta AIE nº 18/06

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2006

À
Alberto Pasqualini – REFAP S.A.
Av. Getúlio Vargas, 11.001 – Bairro São José
Canoas – RS
CEP: 92.420-221

A/C: Sr. Vicente José Rauber – Diretor Financeiro e Administrativo

Ref: Projeto de Ampliação e Modernização da Refap

Prezado Senhor,

Vimos através desta informar as condições básicas aprovadas pelas Decisões nº Dir. 480/06 do BNDES e 61/06 da BNDESPAR, ambas de 23-6-2006, para a subscrição, pelo BNDES e pela BNDESPAR, de debêntures simples em emissão privada da Alberto Pasqualini – REFAP S/A., objetivando a ampliação e modernização dessa Empresa, visando aumentar sua capacidade de processamento de petróleo de 20.000

m³/dia para 30.000 m³/dia, além de aumentar substancialmente a parcela de óleos nacionais processada, conforme a seguir:

- i) Subscrição de até 852.600 debêntures, totalizando R\$652.600 mil;
- ii) Prazo total de 102 meses, sendo 6 de carência e 96 de amortização;
- iii) Taxa de Juros:
 - em 90% do valor do Crédito incidirá a TJLP acrescida de 3,8% ao ano; e
 - em 10% do valor do crédito incidirá o custo da Cesta de Moedas¹ do BNDES acrescido de 2,3% ao ano.

Ressalvamos que as condições apresentadas acima são válidas até 30-12-2006, prazo máximo para a assinatura do Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada e Outros Pactos a que se refere o Anexo I às citadas Decisões que aprovaram a operação. Caso não seja observado o referido prazo, o BNDES e a BNDESPAR reservam-se o direito de rever ou cancelar suas Decisões.

Atenciosamente, – **João Carlos do Couto R. Cavalcanti**, Superintendente, Área de Infra-Estrutura do BNDES.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O documento lido, juntado ao procesado da Mensagem nº 84, de 2006, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 722, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de louvor ao jornal **O Sul** do Grupo Rede Pampa de Comunicação que completará no domingo dia 2 de julho de 2006, cinco anos de fundação.

Justificação

Nesse período, sob o comando do empresário Otávio Gadret, o jornal **O Sul**, acompanhou com isenção a vida política e econômica do Rio Grande do Sul e do Brasil, fazendo deste órgão de imprensa um dos mais importantes do sul do País.

¹ A Cesta de Moedas do BNDES conduz a um custo de empréstimo dado pela variação cambial da UMBNDES acrescida de uma taxa de juros variável reajustada trimestralmente, publicada pelo BNDES no **Diário Oficial** da União (Seção 3).

Fazemos votos para que o jornal **O Sul** prossiga nessa trilha que o consagrou como porta-voz legítimo das aspirações do povo do Rio Grande do Sul.

Finalmente, gostaria, na pessoa do jornalista Paulo Sérgio Pinto, diretor-geral do jornal, cumprimentar todos os funcionários que fazem do **O Sul**, esse patrimônio de todos nós, daquele que entrega o jornal nas bancas, do jornaleiro que vende o jornal nas ruas, dos impressores, repórteres e editores ao editor-chefe.

Por essas razões estou muito feliz em apresentar este requerimento de voto de aplauso a Rede Pampa de Comunicação, em comemoração ao 50 aniversário de existência do jornal **O Sul**.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O Requerimento que acaba de ser lido vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, resolvi, no dia de hoje, fazer uma homenagem aos carteiros e carteiros. E o faço na esteira de uma grande plenária ocorrida no Rio Grande do Sul com a presença do PT, do PDT e do PSOL na qual debatemos a importância de não haver recurso ao plenário relativamente ao projeto que garante a periculosidade aos carteiros, projeto que foi aprovado na semana retrasada nas comissões competentes terminativamente. Esta homenagem que faço é também um apelo no sentido de que não sejam apresentados recursos e de que a matéria vá à Câmara dos Deputados e seja apreciada imediatamente.

Além disso, resolvi também falar um pouco sobre a história dos carteiros.

Desde os tempos remotos, o homem ansiava comunicar-se. Para tanto, buscou as mais diversas formas que se possa imaginar. No início, o homem comunicava-se por meio de gestos, sinais ou mesmo do grito, ou seja, da fala. Contavam as suas histórias fazendo desenhos nas paredes das cavernas (pinturas rupestres). Depois, o homem avança e passa a utilizar também telégrafos de tochas, telégrafos de tambor, telégrafos por sinais de fumaça e instrumentos que refletiam a luz do sol e, brilhando, emitiam sinais de comunicação.

As tribos indígenas, por exemplo, utilizavam tambores para, dentro de seu tempo e de sua época, transmitir códigos sonoros e, além dos tambores, o

fogo para produzir códigos visuais para comunicação a distância.

Ao longo de nossas vidas, desde a nossa infância, temos assistido a cenas de filmes retratando esse tipo de comunicação. Certamente um dos momentos mais bonitos da nossa infância que gostamos de lembrar são os filmes que mostravam a figura do carteiro. Na época, eram mensageiros encarregados de levar pessoalmente a mensagem dedicando a vida ao envio de mensagem dos imperadores. Eles atravessavam a linha de fogo em plena batalha, rápidos, ágeis, sem olhar para trás, destemidos em sua missão. A figura desse mensageiro foi fundamental para o sucesso de inúmeras batalhas.

O carteiro dá a vida, mas não abre mão de entregar a mensagem ao destinatário.

Com códigos comuns e definidos, o grande desafio na comunicação sempre foi o alcance da mensagem. O homem passa, então, a desenvolver meios que possibilitem um maior alcance e uma maior rapidez na transmissão das mensagens.

O primeiro telégrafo (visual) só foi inventado em 1794 e utilizava conjuntos de hastes móveis, colocadas em locais altos (montanhas e torres), que formavam códigos transmitidos de um conjunto a outro.

Já no século XIX, com o conhecimento e relativo domínio da eletricidade, foi criado um aparelho de telégrafo mais moderno usando linhas de energia. Em 1840, Samuel Morse criou um código chamado Código Morse.

Em 1850, estabeleceu-se uma ligação entre a Inglaterra e o resto da Europa por intermédio de cabos marítimos que utilizavam o Código Morse.

A história da evolução das formas de comunicação é muito bonita e remonta ao início da humanidade, ela nos faz viajar pelos espaços do tempo e nos lembra que o carteiro representa um dos grandes elos da comunicação humana.

Os carteiros só ganharam um certo estatuto e sentido de classe no final do século XIX e princípio do século XX, com a reestruturação dos Correios, que passaram a ter autonomia administrativa e financeira.

Em 25 de janeiro de 1663, foi criado o Correio-Mor no Brasil, nome dado à função de carteiro naqueles tempos. Luiz Gomes da Matta Neto, que já atuava como Correio-Mor em Portugal, assumiu o posto no Brasil e se tornou responsável pela troca de correspondências da Corte com o nosso País.

As outras pessoas que quisessem enviar correspondências tinham de utilizar os serviços de mensageiros, de viajantes (como tropeiros ou bandeirantes) ou dos escravos. Só a partir de 1835, a Empresa de Correios deu início à entrega de correspondências

em domicílios. Em 1852, o telégrafo foi introduzido no Brasil.

No decorrer de toda a segunda metade do século XIX, diversas leis foram baixadas no sentido de melhorar as condições de trabalho dos carteiros e carteiras e aumentar seus poucos vencimentos. Ao mesmo tempo, tentava-se exigir deles um padrão razoável de competência e conduta. O emprego, então, passou a ser preenchido por concurso, constando como pré-requisito um atestado de bons antecedentes firmado pelo pároco da freguesia ou autoridade policial. Os concursos constavam de prova de leitura escrita e aritmética elementar.

Em quase 350 anos de atividade, muita coisa se transformou. Novas formas de entrega foram se somando às mais antigas. Os Sedex – serviços de encomenda expressa – podem entregar uma mercadoria em outro Estado até no mesmo dia. Por outro lado, ainda há distritos – Senadora Heloísa Helena, este detalhe é importante –, infelizmente, onde não há atendimento domiciliar, embora o carteiro deixe a correspondência no posto mais próximo; em muitos locais, a paróquia é o posto onde os carteiros deixam as cartas e a população vem do interior para resgatá-las.

Mesmo em tempos de Internet e correio eletrônico, as caixinhas de correspondência não perderam a sua função. Estão sempre abarrotadas de publicidades, periódicos e faturas, mas, às vezes, também nos trazem cartas de muito longe – de parentes ou conhecidos que ainda não usam o correio eletrônico.

Precisamos dos carteiros, até mesmo para recebermos as encomendas mais distantes, de lojas virtuais.

Os Correios garantem que o avanço da informática não está ocupando o lugar desses profissionais que existem, oficialmente, há 335 anos.

Atualmente, 55 mil carteiros e carteiras dão conta da distribuição de aproximadamente 40 milhões de objetos diariamente, mantendo o referencial humano dessa atividade que se tornou uma das maiores e de maior credibilidade junto à sociedade brasileira.

Em nossos gabinetes, por exemplo – tenho certeza, Senadora Heloísa Helena e Senador Heráclito Fortes –, recebemos com alegria inúmeras cartas que chegam as nossas mãos, trazendo palavras de ânimo, questionamentos legítimos, grandes idéias, além de compartilhar sofrimentos e alegrias. Tudo isso graças a esses trabalhadores e trabalhadoras tão especiais, que carregam em suas mochilas todas essas idéias, palavras e sentimentos, esperando poder levar resposta de cada carta, de cada manifestação que eles entregam.

Quero, hoje, falar desta questão, Srª Presidente, a caminhada dos carteiros. Por isso, voltei um pouco no tempo e na história. Quero falar desses homens e mulheres que andam uniformizados de azul e amarelo, são conhecidos de longe e, muitas vezes, alvo de grandes expectativas, já que levam na mochila sonhos, vivências, histórias de alegrias, tristezas e esperanças compartilhadas de um ponto a outro do nosso planeta.

Para colocar as pessoas em contato, eles atravessam oceanos, rios, adentram o sertão e as florestas, enfrentam as montanhas, o rigor do inverno. Quando a própria neblina não lhes dá visibilidade do que está à frente, lá estão eles, numa caminhada firme e no passo certo. Enfim, embrenham-se por lugares que nem conseguimos imaginar. Enfrentam tanto o frio como também o calor terrível, em muitas áreas – e V. Exª, Senadora Heloísa Helena, as conhece como ninguém – onde até a água falta.

E eles fazem as pessoas muito felizes com a sua chegada. Como diria Dona Santinha ao carteiro, após longos e intensos dias de sol observando, de sua janela, a chuva se aproximar timidamente: “Puxa, meu filho, depois da chuva, você é a visita mais querida que eu podia desejar. O que foi que você trouxe para mim desta vez?” Isso está na Internet.

A profissão de carteiro, em sua função propriamente dita, foi gerando afetos, criando cumplicidades entre o carteiro, a carteira, quem remete e quem recebe a carta, principalmente. Ali eles foram partilhando sentimentos, mitigando dores e quebrando solidões, nesse peregrinar diário de porta em porta.

Poderia descrever aqui inúmeras histórias que me foram contadas pelos carteiros. Só vou falar de mais uma delas – já falei da história da Dona Santinha: Wilson Romão, 45 anos, 12 anos como carteiro, sempre trabalhou fazendo entrega de correspondência em Pirabeiraba. Ele é muito querido pelo trabalho que desenvolve. No final do ano passado, ele recebeu do Rotary Club o título de Profissional do Ano e Amigo da Comunidade. Seu prestígio é tanto, ele conta, que, há três anos, quando foi transferido para entregas no centro de Joinville, a comunidade da cidade de Pirabeiraba elaborou um abaixo-assinado com 2.523 assinaturas, exigindo seu retorno. Diz ele: “Fiquei feliz, pois fiquei no centro só seis meses. Tiveram de me mandar de volta para Pirabeiraba”, conta com orgulho.

Meus caros Parlamentares, a categoria tem seus pedidos. Ela também quer receber algumas cartas. Eles também gostariam de receber algumas correspondências. E eles falam de duas: uma, que dissesse que a instalação das caixas receptoras de correspondências nas residências foi adotada e a outra informando que

foram adotadas, também, medidas para manter presos os cães.

Eles dizem que, em suas profissões, se deparam inúmeras vezes com aquele que é considerado, Senadora Heloísa Helena, Senador Heráclito Fortes – vejam só a contradição –, o maior amigo do homem, mas, infelizmente, do carteiro ele se torna um dos maiores inimigos: o cachorro.

Eles lembram também o baixo piso salarial (R\$483,00) com o qual são contratados e problemas sérios aos quais estão expostos, como assaltos, por exemplo, no momento que levam a correspondência. Isso sem falar nas doenças ortopédicas, no câncer de pele, pois o clima e o horário de entrega das correspondências, que normalmente é das 10h às 16h, são fatores geradores dessa doença. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são inúmeros os casos em que o câncer de pele entre carteiros é bastante comum.

Srª Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, que apresentei, visa a conceder, devido a essa realidade que aqui relatei, o adicional de periculosidade aos carteiros e já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Aí faço um apelo: esperamos que os parlamentares não façam recurso ao plenário do Senado, atrasando a remessa do projeto que beneficia os carteiros para a Câmara dos Deputados. Faço esse alerta porque, infelizmente, foi o que aconteceu com o fator previdenciário: na última hora, houve recurso e remeteram-no para três comissões.

Por isso, a mobilização da categoria, que está assistindo a esta sessão neste momento, é fundamental. Digo a vocês que temos de estar em estado de alerta. É via pressão democrática que se faz com que os projetos que buscam efetivamente melhorar a qualidade de vida da nossa gente sejam aprovados na Câmara e no Senado e sancionados.

Lembro uma frase do Presidente Nelson Mandela quando assumiu a Presidência da África do Sul, em um discurso em um estádio de futebol lotado: “Pressionem-me para que eu possa fazer o que o povo quer e não o que eles (os poderosos) querem”. Todos sabemos que é essencial essa grande mobilização.

Srª Presidente, é muito importante o trabalho desses profissionais nas nossas vidas. Lembro ainda, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em homenagem ao Dia do Carteiro e inauguração das novas instalações do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas em Goiás, no dia 25 de janeiro de 2005, reconheceu tal relevância e disse:

Vou falar um pouco com a alma de um brasileiro que conhece bem a trajetória dessa

categoria. [...] é gratificante para mim saber que estou diante de um conjunto de trabalhadores brasileiros que entregam, pelo menos, duas ou três mil correspondências todos os meses, nos mais diferentes lugares do País. Profissão esta que, em muitos lugares do País, às vezes, durante o ano inteiro, a única visita que as pessoas recebem é a figura do carteiro, quando tem alguém lá fora que ainda se lembra dele. or isso, essa profissão merece ser tratada com respeito, por isso essa profissão tem de ser tratada com dignidade.

Por isso, a essa profissão temos de assegurar o adicional de periculosidade, para que os carteiros possam exercê-la com dignidade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, fico muito feliz em ver V. Exª na tribuna, defendendo esta extraordinária categoria de servidores brasileiros, os carteiros, que se viram, no ano passado, atingidos na sua honra com a famosa CPI dos Correios. Eu lhe digo isso, porque, durante um curto período da minha vida, presidi o Postalís, o fundo de pensão da empresa, e convivi com a categoria. Vi a nobreza, a dignidade e, acima de tudo, o carinho e o amor com que vestem suas roupas amarelas e saem pelo Brasil afora. Durante o período da CPI, viajando pelo País, fui abordado por vários carteiros, Senador. Eles me diziam que o grande inimigo que possuíam eram os cães, quando iam para lugares ermos, mas que, naquela época, era o achincalhe por conta da vestimenta. Portanto, eles, que nada tinham a ver com aquilo, não foram responsáveis, pagaram um preço muito alto. Essa é uma das categorias que mais admiro neste País, porque conheci a empresa. Associo-me a V. Exª com relação a esse testemunho. Junto-me a sua luta para o que for preciso e necessário. A melhoria salarial dos carteiros, além de um dever de justiça do Governo, é uma reparação por todos os vexames que essa brilhosa categoria passou ao longo do ano passado. Aliás, o Rio Grande do Sul, mais do que ninguém, sabe disso. V. Exª se lembra de que tivemos aqui, durante alguns anos, o Sr. Aloísio Paraguassu, Deputado Federal, ex-carteiro, que representava a classe na Câmara dos Deputados durante muito tempo. S. Exª por aqui passou e fez uma longa lista de amigos nesta Casa. Portanto, meus parabéns pelo pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, cumprimento V. Exª que, como sempre, de forma muito competente, faz um corte no meu

pronunciamento. É importante o aumento no salário e o adicional periculosidade.

Tenho certeza de que no que depender de nós, o projeto vai direto para a Câmara. Mas, como V. Exª disse, que fique bem claro que os carteiros não têm nada a ver com esse imbróglio da tal da CPI dos Correios e tudo o que foi denunciado para o País.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fazendo justiça, nem os carteiros, nem 99% dos funcionários dos Correios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza absoluta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Se V. Exª prestar atenção, com raríssimas exceções, verá que os envolvidos são os que estavam ali por indicação política, por pressão partidária e por interesses ainda não confessados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Assino embaixo do aparte de V. Exª.

Srª Presidente, é nosso dever parlamentar, como fez muito bem o Senador Heráclito Fortes e também V. Exª aí da Presidência, reconhecer o trabalho e os direitos desses trabalhadores que cumprem seu dever com amor, dedicação e seriedade, como bem disse o Senador Heráclito Fortes.

Caros companheiros carteiros e carteiros, neste momento é de fundamental importância que a categoria continue unida, a fim de conquistar o adicional de periculosidade e a aposentadoria especial por meio desse movimento que estão fazendo como ninguém.

Gosto sempre de dizer, Senadora Heloísa Helena, que esse projeto só foi aprovado porque eles se movimentaram e sensibilizaram os Senadores, que, por unanimidade, aprovaram e remeteram...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, permita-me, mais uma vez, o atrevimento. Penso que, além do adicional de periculosidade, os carteiros têm direito também, em alguns casos, ao adicional de insalubridade por causa do ambiente em que muitas vezes são obrigados a conviver. Este Brasil, como V. Exª sabe, Senadora Heloísa Helena – V. Exª o conhecerá melhor ainda neste período eleitoral –, é cheio de mistérios e cheios de peculiaridades. Os carteiros vão aonde houver gente, onde estiverem as pessoas. Enfrentam a malária, enfrentam adversidades, picadas de cobra, seja lá o que for. Por isso, penso que, além da periculosidade, em alguns casos, a insalubridade seria uma concessão justa para a categoria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O aparte de V. Exª só fortalece a luta dos carteiros.

Quero deixar aqui esta mensagem: é fundamental manter a unidade da categoria, dialogar muito com o Congresso Nacional, no sentido de que o projeto seja

aprovado definitivamente no Senado e na Câmara, e que não haja o veto do Poder Executivo.

Para finalizar, lembro dois momentos, se V. Ex^{as} me permitirem. O primeiro é o filme brasileiro “Central do Brasil”, onde Fernanda Montenegro representa o papel de alguém que escreve, lá na Central, as cartas, mas eles é que as remetem para todo o País. Ela escrevia, mas o carteiro é que fazia aquela carta atravessar o Brasil, chegando ao seu destino.

Outro filme é “O Carteiro e o Poeta”. Esse é lindo, não é, Senadora? Essa adaptação encena o momento em que o grande poeta chileno, para mim o maior de todos os tempos, Pablo Neruda, fica exilado em uma ilha na Itália. Neruda é considerado, por mim, o poeta do amor, e o seu tema favorito é a alma feminina. Trata-se de um filme belíssimo, que narra a relação do poeta com o carteiro, Mário, que, até a chegada do poeta à ilha, estava desempregado.

Mário, então, resolve trabalhar como carteiro. E, ao levar as correspondências destinadas ao poeta, acabou firmando com ele laços de amizade. São laços de amizade que o carteiro acaba fazendo com toda a população.

Chama a atenção a cena em que Mário, ao ser preparado pelo seu superior para assumir a função de carteiro, é alertado da seguinte forma: “Pedalar com a sacola de cartas é como carregar um elefante nas costas”. E diz mais: “Você deverá cumprimentar o endereçado com muita educação e respeito, não se esquecendo de agradecer as gorjetas. E lembre-se: é proibido fazer perguntas ao cliente”.

Os dias passam e Mário segue entregando as cartas e, de forma muito gentil, oferece-se para trazer outras coisas de que o poeta necessita, como pão e leite. O poeta agradece e a amizade entre eles vai crescendo.

Certo dia, Mário diz a Neruda que gostaria também de ser poeta – acho bonito isto: o poeta e o carteiro numa única linha –, ao que ele responde: “Não, é melhor que você continue como carteiro, pois os carteiros andam bastante e não engordam. Nós, poetas, somos muito gordos”. O poeta engorda com facilidade porque só escreve.

Em uma das idas de Mário à casa de Neruda, ele leva uma caixa contendo uma fita, e o poeta então lhe explica como funciona o gravador. Neruda ouve a transcrição da fita que seus amigos chilenos lhe enviaram contando que “O Canto Geral” havia sido publicado de forma clandestina e estava vendendo muito.

Pablo Neruda, então, resolve contar a Mário como nasceu “O Canto Geral”. Esse texto é uma espécie de grito de afirmação e orgulho latino-americanos, mesclando poesia e política, literatura e militância.

Ele disse:

Na ocasião em que fui Senador da República, fui visitar o Pampa, uma região muito pobre, onde só chove a cada 50 anos. Resolvi ir conhecer as pessoas que haviam votado em mim. Nessa visita, cheguei a uma mina de carvão e vinha saindo dela um senhor bastante velho, fatigado, com o rosto coberto de suor e poeira, que me estendeu a mão e disse: “Onde quer que o senhor vá, fale sobre este tormento. Fale do seu irmão que vive embaixo da terra”. E foi assim, então, que resolvi escrever a poesia dos maltratados, O Canto Geral.

Sr. Presidente, “O Canto Geral”, com suas 435 páginas, inclui esse belo trecho que passo a ler:

Além dos pés do alcatraz, quando nem a água nem pão nem sombra tocam a dura etapa, o exercício do salitre assoma ou a estátua do cobre decide sua estatura.

É tudo como estrelas enterradas
Como pontas amargas, como infernais flores

Branças, nevadas de luz tremulante ou verde e negro ramo de esplendores pesados.

Não vale ali a pena mas só a mão rota do chileno escuro, não vale ali a dúvida.

Só o sangue. Só esse golpe duro
Que pergunta na veia pelo homem
Na veia, na mina, na esburacada cova sem água e sem laurel

Sem dúvida, o filme comove! Trata-se de uma convivência enriquecedora para ambos, poeta e carteiro. Naquele momento, o poeta e o carteiro se confundem numa nota só. Para Mario, Neruda é não só o poeta do amor, mas o próprio Amor. É assim que ele o descreve para o chefe do Correio com essa frase: – “(...) A mulher dele o chama de Amor”.

Ora, a motivação maior com a qual o indivíduo conta para se sentir forte e criativo no transcorrer de sua via é exatamente o Amor. É ele que nos move a agirmos de forma verdadeira, Senadora, e harmônica com os seres que nos cercam.

E é com esse sentimento que quero finalizar, deixando registrada minha carta para essa categoria de trabalhadores, cuja importância é incontestável.

Meu caro amigo carteiro – permita-me chamá-lo assim –, pois mesmo que pouco nos deparemos um com o outro, você continua sendo o mensageiro fiel que me coloca em contato com tantas pessoas.

Hoje é você o destinatário, é a você que remeto esta carta, que será entregue pelas mãos de um colega

de profissão. Ela é dirigida a você, carteiro. Na verdade, a todos vocês carteiros e carteiros que enfrentam o sol, a chuva, os ventos, os perigos e algumas vezes a violência das ruas ou mesmo de um cão raivoso.

Sei o quanto você se esforça para que as pessoas possam estar conectadas, para que o mais longínquo lugar tenha acesso às palavras viajantes dos remetentes esperançosos.

Sei o quanto você é merecedor de todo o nosso respeito e admiração. Você, em sua mochila, carrega inúmeras histórias de profundo valor, transcritas em uma simples folhas de papel.

Carrega presentes ansiosamente esperados. Carrega vidas, afagos, saudades, lembranças! Ou mesmo aquela notícia triste, ou até fatal que ninguém quer dar. Você está lá e, às vezes, até chora com a mesma dor de quem recebeu a notícia.

Sou tão grato a você por todos aqueles que você traz até mim todos os dias e pela confiança de levar a mensagem a eles.

Quisera eu, com esta carta, poder lhe dar a boa notícia de que seu trabalho foi devidamente reconhecido, que a periculosidade e a aposentadoria especial ou mesmo a insalubridade como estamos propondo já tivessem sido aprovadas e que não houvesse veto da Presidência da República.

Meu coração se entristece, pois ainda não posso enviar-lhe a correspondência com o teor que eu gostaria.

Mas creia, não tardará o tempo de você recebê-la. A esperança e a coragem nos movem, a verdade da luta nos impulsiona e a atitude nos fará vencer.

Por hoje, só posso agradecer e me comprometer com essa vontade de construir esta verdade. Só posso me unir a esse sentimento profundo que todos compartilham em relação a vocês, carteiros e carteiros. O sentimento de que mensagem e mensageiro são um só e de que não há destinatário ou remetente que não lhe seja grato diante dessa verdade.

Eu o saúdo e abraço cheio de esperança de que a próxima carta festeje e seja um comunicado de que seus sonhos se tornaram realidade!

Encerro – e prometo, Senadora, que é a última folha mesmo –, como sou apaixonado por Pablo Neruda, voltando aqui a ler um pedacinho de uma poesia do Canto Geral.

Diz Pablo Neruda, o nosso grande poeta:

Não escrevo para que outros livros me aprisionem,

nem para que encarniçados aprendizes de lírio,

mas para singelos habitantes que me pedem

água e lua, elementos da ordem imutável,

escolas, pão e vinho, guitarras e ferramentas.

Escrevo para que o povo, ainda que ele não possa

Ler a minha poesia com seus olhos rurais.

Virá o instante em que uma linha, a aragem

Que removeu a minha vida, chegará a seus ouvidos.

Srª Presidente, meus amigos, carteiros e carteiros, Senador Heráclito Fortes, o que Pablo Neruda mais queria é que sua poesia chegasse a todos. E aí, carteiro e carteira, somente por vocês ela poderá alcançar os rincões mais distantes do nosso País.

Termino dizendo: vamos, se necessário rezar muito, trabalhar muito, agir muito, para que a periculosidade do cargo de carteiro e a aposentadoria especial sejam aprovadas pelo Congresso Nacional e não sejam vetadas pelo Presidente da República. Essa é a nossa obrigação.

Vida longa aos carteiros e às carteiros!

Muito obrigado, Senadora. Desculpe-me por abusar do tempo, mas eu me comprometi a fazer essa homenagem, que entendo justa, aos carteiros e carteiros e sei que tenho o aval de V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Exª, de coração, pelo pronunciamento. Espero, realmente, que não haja recurso do Plenário para um projeto tão importante como esse, mas é claro que, se isso ocorrer, embora obstaculizando a agilidade de tramitação do projeto, algumas pessoas deverão se expor. É evidente que, se alguém apresentar requerimento, vamos lê-lo, do mesmo jeito que fizemos com quem tentou obstaculizar o projeto de V. Exª sobre o fator previdenciário, para que as pessoas, inclusive, exponham as suas motivações e não tenhamos de lembrar uma cena do filme que talvez não seja a mais bonita, mas que é a mais triste e indigna. V. Exª lembrou a tensão do diálogo entre Mário, o carteiro de Pablo Neruda, e o chefe dos Correios, que disse: “O Neruda é o poeta do povo”, dando a isso toda a conotação ideológica. E o Mário respondeu: “Não, ele é o poeta do amor”, e lembrou como a esposa o chamava.

Espero, também, que não lembremos a pior cena do filme, no final, quando Mário, um pobre humilde, faz uma opção de vida tão singular. Ele diz: “Eu, agora,

quero ser poeta.”. No contraponto, na mesma hora, um político demagogo, Sr. Di Cosimo, tenta, demagogicamente, convencer uma senhora a votar nele. Espero que não precisemos lembrar essa parte, a pior do filme “O Carteiro e o Poeta”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qualquer semelhança é mera coincidência, não é, Senadora Heloísa Helena?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, no exercício da Presidência, permita-me que sua fala seja incluída no conjunto do meu pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e o parabenizo pelo projeto. Espero que as carteiras e os carteiros do Brasil façam a mobilização necessária para impedir qualquer manobra que, mesmo sendo legítima sob o ponto de vista regimental, não o será moralmente ou respeitosa para com essa categoria. Que possamos aprová-lo o mais rapidamente possível.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim a esta Casa, hoje, com o intuito de fazer um pronunciamento sobre declarações prestadas, ontem, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao me dirigir para cá, a imagem que me surgia era exatamente a de V. Ex^a, a da sua ira e a da sua revolta como enfermeira, porque o Presidente da República disse que o doente morre satisfeito desde que seja nas mãos do médico Adib Jatene. Que ofensa a um homem que deu toda a sua vida à Medicina brasileira!

Senadora Heloísa Helena, nunca vi alguém morrer sorrindo; serenamente, vi muitos, principalmente os que se foram desta vida com a certeza de que cumpriram com dignidade seu dever.

É um absurdo o que disse o Presidente, e isso me tocou mais, Senadora Heloísa Helena, porque, há cerca de 15 anos, acompanhei a agonia do ex-Ministro Renato Archer, que morreu em São Paulo durante um pós-operatório. O seu médico era exatamente o Dr. Jatene. Vi a angústia, o abatimento e a tristeza daquele médico diante do episódio. Em determinado momento, diante do corpo já inerte do amigo comum, ele disse que ainda não conseguira habituar-se à morte de um paciente sob seus cuidados ou sob seu olhar e que isso era algo que lhe tirava o sono, a tranquilidade, enfim, o sossego.

Imagino como o Dr. Jatene foi pego de surpresa, Senadora Heloísa Helena, por uma declaração dessa natureza. Lembrei-me de V. Ex^a, que, como enfermeira, conviveu, durante anos e anos, com o drama de pessoas que se submetem a todo tipo de dor e de sacrifício por mais um dia de vida, às vezes nem por si próprias, mas pelos filhos, pela família e pela responsabilidade que têm com os compromissos feitos na terra. Ouvir uma frase dessa natureza de um homem que tem a responsabilidade de presidir o País é não esperar mais coisa alguma.

Senadora Heloísa Helena, essas são as frases que o Brasil ouve, mas V. Ex^a já imaginou se houvesse um acompanhamento de tudo o que o Presidente diz, das asneiras e das impropriedades, ao longo desses três anos e meio?

Veja, Senadora, que quem conhece o Hospital das Clínicas e o Instituto do Coração sabe que aquelas são casas de permanente luta da vida contra a morte. Penso em como as pessoas que estão sob cuidados médicos podem imaginar que o Presidente do Brasil, o Chefe maior da Nação, admita uma brutalidade dessa natureza.

Senadora Heloísa Helena, ao me dirigir para cá, recebi um telefonema da CBN propondo-me um debate, a respeito das pesquisas de ontem, com o Senador Roberto Saturnino. Para mim, um debate na CBN, além de prazeroso, é certeza de audiência no Brasil inteiro.

O reflexo disso pude testar agora, com os telefonemas que recebi.

Em segundo lugar, e eu disse no ar o que repito agora, debater com o Senador Roberto Saturnino, para mim, é prazeroso também, porque S. Ex^a é um homem civilizado, humilde, com virtudes que, com certeza, não aprendeu no PT. S. Ex^a as trouxe das outras siglas por onde passou. S. Ex^a debate de maneira lógica, com muitos dados, sem sofismas, sem apelações.

Discutimos um pouco esse começo de reação por parte do eleitorado brasileiro, no que diz respeito às eleições que se avizinham, Senadora Heloísa Helena.

Lembrei ao jornalista e professor Heródoto Barbeiro que, há cerca de 15 dias, dei entrada no Conar em uma ação contra propaganda enganosa da Petrobras, com relação à auto-suficiência em petróleo. Essa ação foi motivada pelo comentário que ouvi no programa do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, especializado em Economia. Por essas e por outras coisas, pelo direito que tem ao monopólio da notícia – 80% do dia –, o nome do Presidente da República, que disputou as sete últimas eleições nacionais, em primeiro e em segundo turno, é mais lembrado do que

o de qualquer outro brasileiro, com exceção, neste momento, do de Ronaldo, aquele que Sua Excelência disse que estava gordo.

Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena, o povo brasileiro é observador, gosta de política. V. Exª, nessas suas andanças pelo Brasil, deve sentir a mesma coisa que sinto: alegria ao ser abordado pelas pessoas, por causa da eficiência da TV Senado. Ontem mesmo, ao chegar ao aeroporto de Brasília, encontrei-me com uma senhora que vinha do Maranhão, da cidade de Barra do Corda, que mora aqui em Brasília há 30 anos e que me disse: “Permita-me chamá-lo de você, porque você entra na minha casa todos os dias? Às vezes, tenho vontade de responder-lhe ou de perguntar-lhe algo. Aposentei-me, e a TV Senado é, para mim, a maior opção de preenchimento do meu tempo”.

Essa gente observadora brasileira viu, Senador Paulo Paim, recentemente, o programa do PFL mostrando as mazelas do atual Governo, o programa do PSDB mostrando ao Brasil o candidato e, acima de tudo, as cenas daquela bárbara invasão à Câmara dos Deputados por parte de correligionários do Presidente Lula, de pessoas da sua intimidade, que dividem os banquetes palacianos, como V. Exª bem diz, os banquetes da intimidade. Comandaram ação daquela natureza, atacando patrimônios público e privado, destruindo caixas eletrônicos, prestadores de serviços à Casa. A televisão mostrou a preparação do ataque. A maneira como os fatos ocorreram fez a população brasileira pensar muito.

Em Minas Gerais, há grande percentual de piauienses que lá residem. Hoje, Senador Paulo Paim, os fatos têm efeito em tempo real. Recebi dois telefonemas, que, para mim, são reveladores, sobre a revolta de ex-petistas devido à defesa feita ontem pelo Presidente Lula da vitória de Newton Cardoso sobre Itamar Franco. Que bela parceria! Que companhia agradável!

Senadora Heloísa Helena, pergunto: quem estava enganando quem naquele passado? O defensor de direitos humanos Nilmário Miranda estava de mãos dadas com Newton Cardoso, subindo as serras das Gerais. Que bela parceria!

Senador Paulo Paim, como V. Exª, peemedebista histórico, vai sentir-se, quando for convidado, como nome nacional que é, para ir a um comício em São Paulo e quando tiver de sair abraçado com Mercadante e com Quércia? É parceiro indireto, porque fora repellido em uma aliança com José Serra, mas de acertos já apontados para o segundo turno.

Ontem, cumprindo a função de Chefe de Estado, o Presidente da República foi ao Palácio dos Bandeirantes, pela primeira vez, neste Governo. Que bom! Sua Excelência deveria ter ido lá mais vezes. Só re-

conheceu que é Chefe de Estado agora, às vésperas de eleição. E em companhia de quem? Os salvos do incêndio do “valerioduto” ou por renúncia ou por generosidade da Câmara.

Imagino, Senador Paulo Paim, o povo brasileiro observando tudo isso. Houve aquela cena de vandalismo, ontem, em Minas Gerais, com quebra-quebra em frente do hotel, com vidros espatifados. Newton Cardoso, vitorioso, com 70%, era chamado por Lula de companheiro. Daqui a pouco, vai chamá-lo de irmão! Mais um pouco, convida-o para ser Ministro!

Senadora Heloísa Helena, a negociação que está feita para a ocupação de Ministérios, com objetivo eminentemente eleitoral, é vergonhosa! A saída, não explicada, do Ministro Roberto Rodrigues é fato grave! Basta a população brasileira observar como vai ser feita a substituição.

Senador Paulo Paim, um País com problemas graves na saúde está sem o Ministro titular da Pasta, porque o PT discute a substituição, num pacote chamado “porteira fechada” com o PMDB!

Senadora Heloísa Helena, não se procura saber qual o nome mais preparado para ocupar aquela Cadeira – um sanitarista, um especialista em doença tropicais, um economista, um cientista –, mas, sim, quem possa melhor atender às necessidades eleitorais do Partido dos Trabalhadores.

A Anatel, Senador Paulo Paim, no momento em que o Governo discute, sem dar satisfação à sociedade, o modelo tecnológico que será usado na questão da TV digital, está sem titular. O motivo também é o mesmo: é preciso atender aos queixumes e à sede da ala governista do PMDB.

Por essas e por outras razões, o eleitorado brasileiro começa a ver que cometeu algum erro, começa a ver que aquilo que foi prometido não é exatamente o que está sendo praticado em praça pública.

Senador Paulo Paim, faço-lhe um pedido de amigo, que o admira há muito tempo – ouvi, agora, seu emocionado discurso em defesa dos carteiros brasileiros: não vá a Minas Gerais! Não pose para uma foto com Nilmário Miranda e com Newton Cardoso! Sua biografia não permite isso! Sua história não dá lugar para fotografias dessa natureza! Newton Cardoso, numa foto, com partidos tradicionais até seria possível; nunca se atacaram! Mas posar com o Partido dos Trabalhadores, que o combateu, que o acusou?! Lula abraçado a Newton Cardoso, que foi por ele processado e denunciado, é perda de compostura! É perda de razão, ou, então, é desespero!

Senadora Heloísa Helena, tomamos conhecimento de que a distância entre Alckmin e Lula começa a diminuir. Os números que nos chegam nos dizem que a

diferença diminuiu: numa pesquisa, Lula está com 45% dos votos; e Alckmin, com 32%; em outra pesquisa, esses índices são de 45% e de 29%, respectivamente. Essa é a informação que nos chega. Mas o Presidente da República, que tudo sabe quando quer, já deve ter as projeções de futuro. E daí vêm sua preocupação e seu desespero.

Senador Paulo Paim, vemos, por exemplo, pessoas que admiramos ao longo do tempo – como é o caso, por exemplo, do seu conterrâneo Tarso Genro – perderem a razão. Vemos o Presidente da República se queixar da Justiça e dizer que a lei eleitoral não pode ser cumprida porque está errada. O que vemos é má intenção.

Senadora Heloísa Helena, recentemente, o Tribunal Eleitoral baixou normas, limitando gastos de campanha. Ontem, na convenção do PT no Piauí, o Estado mais pobre da Federação, havia mais de 80 ônibus parados na porta da assembléia do Centro de Convenções. E havia, Senadora Heloísa Helena – passe! –, um palanque, um palco iluminado, com jogos de som e de luz, próprio para **shows**, também proibido pela legislação eleitoral.

Como será feita a prestação de contas desses gastos pré-eleitorais? De onde saiu esse dinheiro? Sabemos do prestígio que o Governador do Piauí gozava com Delúbio. Será que é saldo, que é sobra, que é resto, ou é dinheiro novo cuja origem não descobrimos ainda?

Digo isso, Senador Paulo Paim, porque um jornal da minha terra denunciou ontem a abertura de licitações – imagine para onde? – para a construção de estradas e para tapa-buracos, de vários milhões, e todos os beneficiados têm ligações políticas com o esquema do Governo e do PT.

É muito grave o que está acontecendo neste País. Os homens públicos que pregaram moral ao longo do tempo, ao terem acesso à caneta, perderam completamente a cerimônia e a compostura.

Ontem, no meu Estado, via a cena do movimento dos ônibus. Dirão que isso foi de graça. Mas quem os pagou? Empresários? Dependentes? Quem os pagou? Disseram que o *show* foi uma oferta não sei lá de quem. À custa de quê?

Senadora Heloísa Helena, chego a achar que o Presidente Lula tem razão quando diz de alguém que morre sorrindo. E morre sorrindo por que sabe que se vai da terra sem ver o resto da desgraça. Era eleitor do PT; só pode ser isso! Morrer satisfeito por que está nos braços de fulano, de cicrano, de médico “a” ou “b”? Jamais!

Senador Paulo Paim, Senadora Heloísa Helena, era preciso que o PT esclarecesse um fato que me in-

comoda muito, pela história do Presidente José Sarney: aquela correspondência lida na convenção do Maranhão – acompanhei o fato na imprensa – continha a assinatura do Presidente ou era um documento falso? A denúncia foi feita pelo Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores no Maranhão, e o fato é grave. É preciso que isso seja apurado.

Eu, se maranhense fosse, se fosse correligionário do Presidente José Sarney, pediria que esse assunto fosse apurado, porque não se pode macular a honra de ninguém com suspeitas dessa natureza. O Palácio publicou nota dúbia, lacônica. É preciso ser mais claro, até mesmo por gratidão, por reconhecimento pelo que o Presidente José Sarney tem feito por este Governo – penso até que S. Ex^a está errado, mas é S. Ex^a quem sabe, pois tem mais experiência do que todos nós – nos seus momentos mais difíceis, de maior crise.

Não é possível que um homem que foi Presidente de República e Presidente desta Casa, que tem uma história, seja enxovalhado, enlameado por uma suspeita. Aliás, Senador Paulo Paim, durante 20 anos, uma ala considerável do seu Partido era useira e vezeira em fazer acusações.

Outro dia, eu estava vendo a relação dos envolvidos em corrupção neste Governo: os membros do “valerioduto”, do “propinoduto”, da operação sanguesuga, do dólar na cueca. A maioria deles é composta de caluniadores do passado. Prevalece um velho ditado que meu avô dizia: a ocasião é que faz o ladrão. Não resistiram aos primeiros encantos na convivência com o cofre, na convivência com o Erário público.

Senador Paulo Paim, finalizo fazendo-lhe um pedido de amigo: V. Ex^a será solicitado, pelo Brasil todo, pelo prestígio que tem, para fazer discursos, para participar de atos. Não se negue a servir ao seu Partido, mas não se junte com más companhias! Pergunte, primeiro, quem vai estar ao seu lado, defenda aquele PT puro que não se corrompeu! Seja o autêntico que continua, hoje, defendendo o trabalhador e o servidor, que enfrentou a luta do salário mínimo e que agora defende, no Partido, quase solitariamente, a sobrevivência para a Varig! Seu Partido, que, durante anos, defendeu os trabalhadores, fica insensível à morte daquela empresa, que, agora, desemprega onze mil funcionários diretos e quarenta mil funcionários indiretos. Fora isso, há o descrédito internacional, o que gerará consequências no fechamento dessa tradicional empresa de mais de 70 anos.

Continue defendendo os carteiros brasileiros, não se misture com os mensaleiros, tenha cuidado com os palanques! Vá, mas não censure, que não é do seu feito, tenha apenas a cautela de não se juntar,

na mesma foto, com aqueles que, no Governo, assaltaram os cofres públicos!

Ontem, o Presidente da República foi ao Palácio dos Bandeirantes e levou um grupo dele. A dançarina da Câmara, a Deputada Angela Guadagnin, entrou no Bandeirantes, onde, felizmente, não dançou, mas não precisa, pois a sua imagem de dançarina é transcendental.

Senador Paulo Paim, aquele homem do dólar na cueca continua atuando no Ceará da mesma maneira, com a mesma cara de pau, a mesma desenvoltura. O seu empregador é candidato a Deputado na reeleição sem problema algum. Nunca vi cara de pau tão grande como a do Presidente Lula, aquele que disse que o Ronaldinho estava gordo.

Sr. Presidente, só quero que essas pesquisas, que começam a mostrar a verdade do pleito eleitoral e não mais aquela que refletia apenas um passado, não levem o Chefe maior desta Nação ao desespero, não façam os seus companheiros atacar fazendas nem invadir a Câmara dos Deputados, como aconteceu recentemente, invasão feita por colega seu de vida, de luta e, acima de tudo, de direção nacional do Partido.

Infelizmente, Senadora Heloísa Helena, o PT não tinha nenhum preparo para assumir o poder no Brasil, da mesma maneira que não tem nenhum preparo para deixá-lo.

A sua sorte, Senador Paulo Paim, é que esse poder nunca chegou às suas mãos. V. Ex^a é do PT rejeitado, é do PT marginalizado porque não abriu mão de suas convicções. É bom que seja assim, porque o povo gaúcho é tido como o mais vigilante, o mais atento ao comportamento das pessoas. Com S. Ex^a não, a história é diferente, é como diz Chico Buarque: “O tempo passou na janela, e só Carolina não viu”. Para V. Ex^a foi o poder. V. Ex^a viu os outros dançarem e se refestelarem com o poder, singrando os céus do Brasil com o Aerolula de R\$160 milhões, mas V. Ex^a permaneceu junto ao servidor público, defendendo o salário mínimo, com a consciência tranqüila de ter cumprido seu dever. Parabéns, Senador Paulo Paim. É exatamente isso que faz a diferença entre os militantes de seu partido, cheio de alas, cheio de divisões, cheio de tendências.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a foi levada ao tribunal, à inquisição do PT por ter divergido. Qual foi sua divergência? Ideológica. Qual foi sua divergência? Comportamental. Divergiu por quê? Porque queria que o PT continuasse a ser o PT de antes do poder, aquele que combatia o FMI e dizia que as mazelas brasileiras eram devidas ao fato de todo o nosso dinheiro ser utilizado para pagar a dívida externa.

Não aquele PT que, ao chegar ao poder, foi buscar um comprometido com a política econômica do governo anterior, o Sr. Henrique Meirelles, eleito Deputado Federal pelo partido tucano.

V. Ex^a foi punida e alguns companheiros também. Em uma reunião feita pelo então duro Partido dos Trabalhadores na transição democrática, decidiu-se pela expulsão de Airtton Soares e Bete Mendes porque votaram em Tancredo Neves acreditando que aquela era a ponte entre a ditadura e a democracia. Senadora Heloísa Helena, aponte-me uma pessoa neste País, com mandato ou sem mandato, que tenha sido punida por ato de corrupção. Conivência geral, silêncio, omissão, em alguns casos defesa acalorada do irmão, do amigo e por aí vai.

O período eleitoral é o caleidoscópio dos atos, Senadora Heloísa Helena, quando as formas saem dos coloridos artificiais e encontram a realidade, o cotidiano. Vamos começar a ver, a partir de agora, Cristovam Buarque, Heloísa Helena e Geraldo Alckmin mostrarem ao Brasil que o Brasil que está sendo vendido pela imagem excessiva da propaganda é um Brasil que não é entregue e jamais será entregue aos brasileiros porque é um Brasil virtual.

O Brasil que está sendo vendido não é o Brasil com que os brasileiros sonhavam. A saída do Ministro Roberto Rodrigues é mais um episódio que mostra isso, Senador Paulo Paim. V. Ex^a é de um Estado eminentemente agrícola e vai ver que o uso da máquina do Ministério da Agricultura para fins eleitorais é exatamente o motivo da substituição do ministro.

O Presidente Lula também precisa ter mais respeito com os que estão doentes nos leitos dos hospitais brasileiros. O Presidente da República não pode dizer que alguém morre feliz, sorrindo, porque está ao lado do Jatene. E os moribundos de Alagoas? Os do Piauí? Os do Norte do Brasil, Senador Paim, que enfrentam filas e não têm para quem sorrir, não têm um Jatene ao lado? E os que padecem horas a fio esperando o remédio ou a maca que não vem?

O que estarão pensando seus familiares de um Presidente que vai ao hospital público mais caro e sofisticado do País, que presta um serviço respeitável e que deve ser admirado por todos? É impossível a clonagem de Jatenes pelo Brasil inteiro para fazer com que o pobre, o assistido pelo SUS e o faminto tenham o mesmo conforto do Presidente, que periodicamente se dirige àquele hospital, sem precisar enfrentar filas nem demoras, para fazer o seu *check-up*. Trata-se do melhor hospital do Brasil, dos melhores médicos do Brasil ou pelo menos dos médicos que estão na mídia, dos médicos que estão sendo vistos porque estão na maior cidade brasileira. Senador Paim, e o médico de

Guaribas, a cidade do Fome Zero? Será que o doente de Guaribas vai morrer sorrindo? Será que sua família vai ficar satisfeita em saber que este governo, até para que os morrem, tem dois pesos e duas medidas no tratamento?

O Presidente dos pobres gosta de conviver é com os ricos, Senadora Heloísa Helena. O palácio da Rainha Elizabeth lhe fez mal, o fausto, a riqueza, o Aerolula, os helicópteros Puma deformaram o trabalhador Lula, deformaram aquele que prometeu ser o messias em que muitos acreditaram.

Presidente Lula, qualquer que seja a circunstância, ninguém morre sorrindo. Uns morrem serenos porque cumpriram o seu dever e a sua missão, mas a maioria morre triste. Alguns, com certeza, sabem que estão no caminho entre a vida e a morte e, sendo a morte irreversível, morrerão revoltados com a decepção causada por um governo comandado por Sua Excelência, que prometeu ser o pai dos pobres, mas está sendo exatamente a mãe dos ricos, dos banqueiros, dos empresários, está sendo o padrasto do Fundo Monetário Internacional que o ajudou a angariar tantos votos por este Brasil afora. É pena, mas é a triste realidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSol – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Passo a Presidência ao Senador Paim para que eu possa usar a palavra.

A Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra pelo tempo que assim entender necessário à nobre Senadora Heloísa Helena do PSol.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSol – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores... Srs. Senadores, não, porque é até meio ridículo dizer isso! Senador Paulo Paim, Senador Heráclito Fortes, funcionários da Casa... Ah, chegou alguém para conspirar contra a humanidade: Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

Sabem V. Ex^{as}, Senador Paulo Paim e Senador Romero Jucá, que me acompanham, o nosso mandato sempre foi de brigas, de disputas em campos opostos, desde os últimos quatro anos do Governo Fernando Henrique. Mas há algo que me dá mais tristeza do que indignação, e sabem todos que, embora no convívio pessoal eu seja uma pessoa movida pela ternura, também sou uma pessoa que reconhece a própria intolerância, a própria impaciência diante do cinismo,

do fingimento, da vigarice política, do banditismo eleitoral. Reconheço que sou profundamente intolerante às vezes, mas como não aprendi a ter tolerância e paciência quando a dignidade de um filho meu é aviltada, não aceito ser tolerante e paciente quando a dignidade dos outros é violentada.

Mas, acompanhando esse período eleitoral, embora eu me sinta, como cidadã, como mãe de família que ensina aos próprios filhos que é proibido roubar, que ensina aos filhos que a honestidade é uma obrigação e, portanto, não é algo que possa ser ostentado como valor que confira vaidade a quem quer que seja, durante esse período eleitoral, tive oportunidade de ficar mais triste.

Quando eu era Líder da Oposição, Líder do PT, acompanhei o Governo Fernando Henrique durante quatro anos, sempre fazendo uma oposição implacável, contundente, todos os dias, com marchas a Brasília, marchas “Fora FHC”, marchas dos cem mil contra a corrupção e tantas outras coisas mais.

Acompanhei três anos do primeiro mandato de Fernando Henrique como Deputada Estadual. Depois, como não tive a honra de ser Deputada Federal, vim logo para o Senado e acompanhei aqui quatro anos do segundo mandato do Governo Fernando Henrique, reeleito no primeiro turno, como lembram todos. Portanto, contra todo esse procedimento de três anos de arrocho fiscal e um ano de libertinagem financeira eleitoralista, contra toda essa metodologia de promiscuidade na relação Palácio do Planalto-Congresso Nacional, contra tudo isso atuei na Oposição, como me sentia na obrigação de fazer. Mas observar, no Governo Lula, a mesma metodologia maldita, infame, fria e cínica que condenávamos com veemência no Governo Fernando Henrique é algo que me dá uma tristeza profunda, superior até mesmo à indignação. A indignação, como mãe e cidadã, tenho obrigação de ter, mas, como ex-militante, realmente fico triste ao ver as mesmas ações que condenávamos com veemência, de forma implacável quando patrocinadas pelo Governo Fernando Henrique em ano eleitoral, serem identificadas hoje no Governo Lula, que faz e segue a mesma receita da cartilha ordinária, demagoga do político oportunista. Realmente, fico impressionada, porque, ao dar continuidade técnica, política e ideológica ao Governo Fernando Henrique, o Governo Lula, no meu entender, patrocinou uma traição à sua classe de origem e uma traição a todas as concepções programáticas acumuladas pela esquerda socialista democrática.

Mudar de lado, mudar de concepção, todos podem fazer. Eu posso entender como traição, mas outro pode entender que as circunstâncias objetivas deter-

minavam que as coisas fossem feitas desse jeito. Então, mudar de convicção, de concepção ou de visão do mundo, a todo o mundo é dado o direito de fazê-lo. Poderiam se desculpar dos momentos de oposição implacável, mas tudo bem. Agora, o Presidente Lula, hoje, utilizar a mesma cartilha do político oportunista, demagogo, frio, dissimulado e cínico, em processo de reeleição, é algo triste de ver porque, quando a direita reacionária, conservadora e fisiológica fazia isso, nós a condenávamos com indignação. Hoje, no entanto, condeno com tristeza ao identificar que o Presidente Lula é capaz de utilizar a mesma cartilha do político oportunista e demagogo que condenávamos com veemência quando essa cartilha era usada pelo Presidente Fernando Henrique em processo eleitoral. Eu fico impressionada.

Três anos de arrocho fiscal, um ano de libertinagem financeira, de caráter meramente eleitoreiro, e com a mesma metodologia de inaugurar o que, de fato, não é nem pedra fundamental; de criar determinadas políticas públicas que vão do aumento absolutamente injusto para determinadas categorias dos servidores à ampliação de projetos do Bolsa-Família. São coisas importantes de serem feitas, mas, a partir do momento que se tornam políticas públicas absolutamente enquadradas, de forma oportunista, no calendário eleitoral, realmente é algo triste de ver, profundamente triste de ver. Só para deixar registrado, trata-se da mesma metodologia dos mercadores de ilusões, que manipulam dados e estatísticas, de forma fraudulenta tecnicamente, farsante politicamente. Isso é algo realmente triste de ver, desde os fatos preparados à utilização da máquina pública, à entrega do patrimônio público a bandos políticos, a gangues partidárias, como se fosse algo absolutamente natural.

Por isso, Senador Paulo Paim, que tanta gente diz: “Ora, já que é tudo bandido mesmo, eu votarei em alguém que me dê alguma coisa”. É por isso que parte importante do povo brasileiro, das mulheres e homens, como eu repito sempre, de bem e de paz, que têm vergonha na cara, que têm amor no coração, muitas pessoas até de bom coração, que ensinam aos seus filhos que é proibido roubar, que não compactuam com a vigarice política, mesmo essas pessoas começam, pelo desencanto e pela desesperança, a achar que talvez o único caminho seja esse mesmo e que, portanto, querem também alguma coisinha nesse jogo sórdido do poder.

Então, é só para aqui deixar registrado. Eu nem vou levantar, o que eu já fiz aqui 500 vezes, aspectos da política econômica. Não tem coisa pior do que a farsa de dizer que acabou com a dívida externa, ao antecipar pagamento ao Fundo Monetário Internacio-

nal, aumentando o passivo externo brasileiro. Se a maldição do Governo Fernando Henrique já aumentou muito a dívida pública brasileira, especialmente a dívida interna, o Governo Lula se encarregou de fazer isso de uma forma vergonhosa.

Alardear, perante os pobres, que governa para os pobres! A nós, que nascemos em famílias pobres, Senador Paulo Paim, nada causou mais constrangimento – infelizmente, para a nossa tristeza profunda – do que a fala oportunista e demagógica do Presidente Lula, que disse que governa para os pobres e que pobre não dá problema. Porque esta é a visão – fico impressionada como ele a incorporou! – das oligarquias tradicionais, a visão daqueles que querem o pobre caladinho, silencioso, paciente, sem fazer mobilização em Brasília, sem reclamar. Isso não é uma vantagem e não é algo para se elogiar. O pobre calado, omisso, sem reivindicar, contentando-se com a migalha que à sua mesa chega, não é para se admirar, mas para nos fazer refletir. É algo realmente muito triste.

O Presidente estabelece um “bolsa-banqueiro”, que, no Brasil, dá a cada família de grande especulador, ao mês, R\$610 mil e, ao ano, R\$180 bilhões, e mente para a opinião pública quando estabelece, em média, R\$58,00 por família no Bolsa-Família dos pobres. Realmente, só contando com a falta de informação de parte importante do povo brasileiro para continuar a ser o mercador de ilusões, a copiar esse comportamento que condenamos com veemência porque é deseducativo. Esse comportamento não leva somente à desesperança, ao desencanto, ao desalento, mas é deseducativo porque, ao compactuar, em um conluio com gangues partidárias, ou no parasitismo político da máquina pública, ou na promiscuidade com setores empresariais, com os banqueiros, com o Congresso Nacional, repete a mesma cartilhinha maldita que condenávamos com veemência quando utilizada no Governo Fernando Henrique, a cartilhinha do político oportunista e demagogo.

Para tristeza de todos nós hoje é a caracterização do Presidente Lula. Alguém que foi tão importante para o Brasil, que – reconhecemos – é a maior liderança popular da América Latina, um filho do povo, retirante nordestino, metalúrgico, que pelas mãos belas, livres e legítimas do povo brasileiro chegou à instância de decisão política mais importante do País que é a Presidência da República, quando lá chega, assume de tal forma o caráter do político demagogo, oportunista, que promove a utilização da máquina pública desavergonhadamente no processo eleitoral, levando tristeza, desencanto, desalento a milhões de corações brasileiros.

Ninguém sabe exatamente quando essa situação será definitivamente desmascarada, mas estou entre aquelas pessoas que, como dizia Santo Agostinho, acredita que a esperança tem duas filhinhas lindas: a indignação e a coragem. A indignação de nunca aceitar injustiça e a coragem certamente de escalar uma montanha ao dia para superar essa injustiça.

Continuo acreditando que o povo brasileiro ainda é capaz de fazer renascer em seus corações as duas filhinhas lindas da esperança, que é a indignação e a coragem, mesmo estando diante de um momento triste como esse, em que a maior liderança popular da América Latina repete todo o comportamento oportunista, demagogo, fisiológico que condenávamos com veemência quando patrocinado pelo Governo passado. Isso, sem dúvida, nos dá tristeza, mas temos a obrigação de fazer nascer um Davi por dia nos nossos corações e continuar lutando contra tudo que está aí.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para fazer dois registros extremamente importantes.

O primeiro é o registro de que ontem, em solenidade no Palácio do Planalto, foi definido o padrão digital do novo sistema brasileiro de televisão digital. Ontem, o Governo brasileiro assinou termo de cooperação técnica com o governo japonês no sentido de utilizar o padrão japonês – que dos padrões de TV Digital é o mais atualizado –, mas não só de copiá-lo. E essa é a relevância da questão que quero abordar.

Foi feito o acordo técnico com o Japão e abriu-se a perspectiva da contribuição forte das universidades federais públicas e privadas no intuito de adaptar esse sistema ao padrão brasileiro, por meio de vários mecanismos, alguns já criados. Ontem, ouvimos depoimentos de diversos cientistas que ampliaram e melhoraram a capacidade do sistema japonês.

Portanto, é alvissareira a posição de que, nos próximos sete a dez anos, todo o território nacional estará coberto por um sistema digital que propiciará não somente a melhor imagem de televisão mas também a relação entre o cidadão brasileiro e a informação.

A televisão crescerá em sua dimensão, passará a ser algo interativo, que poderá prestar contas da atuação do setor público, por exemplo, que poderá atuar na prestação de serviços, na Previdência Social ou em outros segmentos, como o setor de saúde, Senador Paulo Paim, por meio de algum tipo de agendamento do SUS.

Portanto, é uma revolução que teremos no mundo, e o Brasil se insere nessa revolução de uma forma

tecnologicamente viável. O Brasil entra na tecnologia de ponta na TV digital e na interação que haverá com a sociedade.

Parabenizo os Ministros que levaram em frente esse trabalho. O Ministro Miro Teixeira foi o primeiro Ministro do Presidente Lula que se posicionou politicamente pela busca de um padrão brasileiro, não simplesmente a importação de qualquer padrão. Depois, o Ministro Eunício Oliveira e, por fim, o Ministro Hélio Costa, nosso companheiro do Senado, indicado inclusive pelo PMDB, que fez um excelente trabalho de articulação, agilizou os procedimentos, atuou junto às universidades.

Realmente chegamos ontem a dar o chute inaugural de um procedimento que se espera, no próximo ano, comece a funcionar nas principais cidades brasileiras.

Parabenizo igualmente o Presidente Lula, o Governo, todos os segmentos envolvidos nessa questão. Foram vários Ministérios envolvidos, não só o Ministério das Comunicações, mas também o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministro Celso Amorim, o Ministério do Desenvolvimento, com o Ministro Luiz Fernando Furlan, o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministro Sérgio Rezende, a Ministra Dilma Rousseff, que coordenou os grupos de trabalho nas discussões técnicas. Na verdade, houve um engajamento e um envolvimento do Governo como um todo, e conseguimos, sem dúvida alguma, ter um excelente resultado nessa questão.

A segunda observação que faço é que hoje o Presidente assina várias medidas provisórias que reajustam os salários dos funcionários públicos. Quero dizer da minha satisfação, porque esse é sobretudo um ato de justiça com os servidores públicos. Eu que sou de Roraima, um Estado formado em grande parte por servidores públicos, sei da importância, da responsabilidade, do compromisso dos servidores públicos para com o meu Estado e, portanto, sei da importância deles para o desenvolvimento que queremos.

Ao assinar essas medidas provisórias, o Presidente Lula reequilibra um pouco o poder de compra, o poder aquisitivo dos servidores públicos por meio de reajustes, que são importantes. No meu Estado de Roraima, por exemplo, estamos tendo vitórias muito importantes para os servidores públicos federais do Estado. Os policiais militares e bombeiros, Senador Paulo Paim, terão um reajuste até dezembro de 29,17%. Além disso, está sendo criada a Gratificação do Serviço Voluntário, para ampliar a atuação da polícia militar e do corpo de bombeiros, no valor de R\$ 300,00.

Com relação à Polícia Civil, haverá a equiparação da Polícia de Roraima com a Polícia Federal e, portanto, o reajuste da Polícia Civil Estado será de 23% a 38%, o que é também algo extremamente importante

para o trabalho feito pela Polícia Civil, que combate inclusive o narcotráfico.

Hoje, infelizmente, com o aperto que foi dado em outras áreas, o Estado de Roraima começa a virar rota do narcotráfico e é importante que o aparato policial esteja bem remunerado e bem estruturado, para que possamos combater com firmeza esse absurdo.

Por fim, o PCC, o plano de cargos de todos os demais servidores do Estado, que estão no quadro em extinção do ex-território, assim como milhares de servidores estão no quadro do PCC em todo o País. São auxiliares administrativos, de serviços gerais e funcionários de nível superior de vários Ministérios.

É importante dizer que, no próximo mês de julho, o nível administrativo terá, no mínimo, 32% de aumento; o nível intermediário terá, no mínimo, 39% de aumento; e o nível superior terá, no mínimo, 40% de aumento. Em fevereiro, esse aumento será completado. Com relação a junho, o nível administrativo terá tido 48% de aumento; o intermediário, 59% de aumento; e o superior, 61% de aumento, no mínimo. Isso não é em cima de alguma gratificação, mas o resultado do aumento em cima de toda remuneração do servidor público.

É algo extremamente marcante e importante que irá melhorar a condição de vida desses servidores públicos, não tenho dúvida nenhuma, que estavam com salários achatados. Há anos nós vínhamos debatendo essa questão e o Presidente Lula a enfrenta firmemente.

Esses recursos já estão no Orçamento deste ano e na LDO do próximo ano, da qual fui relator. Portanto, não há nenhum tipo de perspectiva ou de preocupação, pois não se está gastando demais. Dizem que não haverá dinheiro para pagar. Haverá dinheiro, sim. O dinheiro está previsto. Os servidores merecem. E é importante que se conceda esse aumento.

Congratulo-me com todos os servidores públicos e parabeno o Presidente pela coragem de conceder esse aumento, de priorizar o servidor. E quero parabenizar, de forma especial, os servidores de Roraima. Como Líder do Governo, ajudei a construir essas medidas provisórias. Discuti essas medidas e procurei encaixar os ex-territórios de Roraima e Amapá e, hoje, somos vencedores. Estamos satisfeitos com o resultado.

Parabeno as entidades de servidores do Estado de Roraima, os representantes das associações e sindicatos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a federação e o sindicato dos servidores públicos e também o sindicato da Polícia Civil. Essa é uma vitória de todos que, sem dúvida alguma, repercutirá muito nos lares de Roraima e de todo o País.

O Governo Lula, nos últimos anos, tem aumentado a renda média do trabalhador. Tivemos essa informação novamente este ano. Ato como esse, além de fazerem justiça, melhoram o consumo interno, re-

aquecem a economia e dão melhores condições para que os servidores públicos possam enfrentar a nobre tarefa de prestar serviço ao público.

É importante que os salários sejam, pelo menos, razoáveis, para serem atrativos, para puxarem pessoas para a carreira pública e para evitar, Senador Paulo Paim, o esvaziamento do setor público, porque, há anos, esse setor vem perdendo técnicos e funcionários exemplares para o setor privado por conta do nível salarial.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romero Jucá, faço este aparte porque entendo que os servidores públicos brasileiros, de fato, estavam há muito tempo na expectativa de um reajuste que recuperasse parte das perdas acumuladas. Muitos estão nos perguntando, neste momento, ao ver V. Exª na tribuna falando sobre esse tema, como ficam os aposentados. E, por dever de justiça, quero dar o depoimento de que conversei com V. Exª, naquela sessão histórica daquela noite em que teríamos votado os créditos dos Estados e inclusive a MP dos aposentados, e V. Exª me assegurou: “Não tem de haver obstrução, vamos votar os créditos, vamos votar os empréstimos para os Estados e vamos votar também a MP que garante aquele reajuste.” É um reajuste que V. Exª sabe, porque conversamos muito, de 16,7% também para os aposentados e pensionistas. V. Exª fez um apelo inclusive, aqui, como eu também fiz, mas, infelizmente, devido a uma questão de Tocantins, o tema não foi votado. Por isso é que espero que, na semana que vem, consigamos votar todas as medidas provisórias que contemplem os servidores, os aposentados e também os Estados. Meus cumprimentos a V. Exª. Fiz questão de dar esse testemunho, para não dar a impressão de que não tínhamos conversado também sobre a situação dos idosos. Parabéns a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Paulo Paim, e quero lhe dar uma boa notícia: Já fizemos um acordo com a Oposição, vamos votar na próxima semana. Na terça-feira de manhã, o Presidente Renan Calheiros convocou uma reunião de todos os líderes, inclusive com líderes da Câmara e o Presidente Aldo Rebelo, para definirmos a pauta desse esforço concentrado final. E, na terça-feira, espero votar as medidas provisórias e também o reajuste dos aposentados. V. Exª pode ter a certeza de que a Liderança do Governo vai se empenhar em limpar a pauta, porque queremos não apenas votar essas matérias, como também o Fundeb, para que a Educação brasileira possa ganhar mais um mecanismo de realce, de fortalecimento do processo educacional, porque a educação é o grande caminho para desenvolvermos o nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com certeza, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, colocará os Senadores do Governo aqui, porque é sempre importante deixar claro que a obstaculização das votações na Casa ora é por medida provisórias, ora por um certo quadro de preguicite aguda de alguns Parlamentares da Base do Governo, que não é o caso de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, no encerramento desta sessão, já encaminhamos à Mesa – e sei que V. Ex^a está se manifestando favoravelmente – voto de aplauso pelo transcurso do quinto aniversário do jornal **O Sul**:

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requero voto de louvor ao jornal **O Sul**, do grupo Rede Pampa de Comunicação, que completa, neste domingo, dia 02 de julho, cinco anos de fundação.

Sr^a Presidente, nesse período, sob o comando do empresário Otávio Gradet, o jornal **O Sul** acompanhou, com isenção, a vida política e econômica do Rio Grande do Sul e do Brasil, fazendo desse órgão de imprensa um dos mais importantes do Sul do País.

Fazemos votos para que o jornal **O Sul** prossiga nessa trilha que o consagrou como porta-voz legítimo das aspirações do povo do Rio Grande do Sul e do povo brasileiro.

Finalmente, eu gostaria de, na pessoa do jornalista Paulo Sérgio Pinto, Diretor-Geral do jornal, cumprimentar todos os funcionários que fazem do jornal esse patrimônio de todos nós, daquele que entrega o jornal nas bancas, do jornaleiro que vende o jornal nas ruas, dos impressores, repórteres, fotógrafos, editores, editor-chefe, enfim, toda a família que compõe o jornal **O Sul**.

Por essas razões, é com muita alegria e felicidade que apresento esse requerimento de voto de aplauso à Rede Pampa de Comunicação em comemoração ao quinto aniversário de existência do jornal **O Sul**.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Passo a ler, para deixar registrada nos Anais da Casa, carta da Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital, em função da decisão, alardeada como gloriosa ontem pelo Governo, em relação à TV digital.

Carta aberta à sociedade brasileira.

Governo próximo de erro histórico. [Esta carta é da véspera, então já ingressou no erro histórico.]

Em virtude de notícias veiculadas pela imprensa, que afirma estar o Governo Federal pronto para anunciar o padrão tecnológico a ser adotado pelo Brasil, a Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital vem a público expor à sociedade brasileira as seguintes questões.

Se concretizado, o anúncio da decisão a favor da adoção do padrão de modulação japonês, que é considerado ISDB, ao apagar das luzes do primeiro mandato do Presidente Lula e em plena Copa do Mundo, significa a morte do Sistema Brasileiro de TV Digital, cuja proposta inicial baseava-se em princípios como a democratização das comunicações, a promoção da diversidade cultural, a inclusão social, o desenvolvimento da ciência e indústria nacionais, conforme o Decreto presidencial nº 4.901, e implicou o investimento de R\$50 milhões na formação de 22 consórcios de universidades brasileiras, envolvendo 1.500 pesquisadores.

Ao optar pelo modelo japonês, o Governo despreza o acúmulo social que sustentou sua eleição e submete-se, de maneira subserviente, aos interesses dos principais radiodifusores do País.

Se levar adiante o anúncio pelo ISDB, que é o padrão de modulação japonês, o Governo brasileiro, infelizmente, à semelhança dos anteriores, seguirá tratando a comunicação exclusivamente como uma moeda de troca política.

Apesar dos insistentes apelos para que a decisão fosse tomada a partir do diálogo com os diversos segmentos da sociedade, o Governo mantém uma postura pouco democrática, privilegiando a interlocução com os representantes das emissoras comerciais de televisão e negando-se a abrir espaço semelhante às organizações sociais.

Tal postura soma-se à completa falta de transparência na condução do processo decisório, que ainda deixa a sociedade brasileira à mercê de boatos de corredor. (...)

Penso ser muito sugestivo que as pessoas entendam que a TV digital é uma oportunidade única para se promover a diversidade cultural, fortalecer a democracia, desenvolver a ciência e a tecnologia nacionais e incluir socialmente a maioria da população, ainda desprovida dos direitos humanos fundamentais,

Senador Paulo Paim, como sabemos V. Ex^a, eu e muitas pessoas espalhadas pelo Brasil.

Ao anunciar a opção pelo padrão de tecnologia estrangeira, comete-se um erro histórico, para se ver como, às vezes, faz falta a pluralidade no debate de coisas tão importantes como essa. Ao mesmo tempo em que a decisão é apresentada com todos os fogos e festividades, como se fosse algo fundamental e o único caminho possível, milhares de pessoas que trabalham numa frente pela democratização dos meios de comunicação, pela diversidade cultural e regional, são impedidas de participar do debate.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Papaléo Paes, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, João Batista Motta e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Nem Lula dá bola para eles”, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 21 de junho do corrente ano.

A matéria ilustra a falta de sintonia do governo com seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores. Dirigentes do PT, que traçam as diretrizes a serem apresentadas pelo próximo governo, retomaram idéias desastrosas para a economia e podem prejudicar a imagem de Lula. O Presidente, já em campanha há muito tempo, desdenhou, agiu como de costume, como se não soubesse de nada.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NEM LULA DÁ BOLA PA

Dirigentes do PT retomam idéias desastrosas para a economia e recebem o desdém do presidente

Giuliano Guandalini

Na campanha presidencial de 2002, o então candidato Lula e o PT deram uma guinada em direção à racionalidade administrativa. Na Carta ao Povo Brasileiro, partido e candidato aderiram à estabilidade da moeda e à sanidade das contas, dando-lhes o status de conquistas da sociedade brasileira. O gesto reduziu a apreensão que havia sobre a orientação econômica do PT, ajudando Lula a eleger-se. Na semana passada, o

partido começou a produzir um programa de governo com o qual espera se apresentar aos eleitores na campanha de 2006. O documento, ainda em fase de debates, só será divulgado oficialmente em julho. Mas, pelo que já se soube das diretrizes — escritas a quatro mãos pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini, e pelo coordenador do programa, Marco Aurélio Garcia —, trata-se de um retrocesso. Volta-se ao século passado, do qual Berzoini e Garcia nunca conseguiram escapar. É um desserviço a Lula como presidente e como candidato.

A dupla Berzoini e Garcia entrou no túnel do tempo. Do passado, seu ponto de vista do mundo, eles mandam sua receita: nada de redução de gastos, nada de autonomia do Banco Central, nada de cortes de impostos e toda a força ao comércio com a África e a América do Sul. Uma receita carregada de ideologia

e ingenuidade. “É equivocada a tese do rombo explosivo da Previdência”, afirma Berzoini. Garcia, o amigo do boliviano Evo Morales, faz eco ao colega: “Corte de custeio significa diminuição dos gastos sociais”. Felizmente, ninguém os levou a sério — nem o presidente. É fácil entender a razão. Lula fez questão de se mostrar distante da turminha trevosa. Sobre a Previdência, disse o presidente: “A sociedade vai ter de compreender que a Previdência, de tempos em tempos, tem de passar por uma reforma. Hoje temos metade das pessoas trabalhando e metade recebendo aposentadoria. As pessoas estão vivendo mais. Nenhum sistema de previdência no mundo suporta que as pessoas vivam mais tempo recebendo aposentadoria do que o tempo em que contribuíram”. Os especialistas em finanças públicas são unânimes em avaliar como insustentável a situação da Previden-

RA ELES

dência. Os gastos com benefícios dobraram nos últimos dez anos e atingiram 146 bilhões de reais em 2005. As contas, que eram equilibradas, entraram no negativo — no ano passado, o déficit ficou em 38 bilhões de reais, quatro vezes o orçamento do Bolsa Família. A tendência é piorar.

Berzoini enxerga a questão de outra maneira. Ele acredita que, conforme os juros caírem e a economia crescer, o déficit naturalmente diminuirá. Essa confusão de causas com consequências é um velho truque petista que, imaginava-se, nunca mais viria a ser tentado dada sua primariedade. No mundo mágico de Berzoini, a redução por decreto dos juros levaria à queda da dívida e dos gastos públicos. No planeta Terra as coisas não funcionam assim. É justamente a diminuição dos gastos e da dívida que permite baixar juros e, assim, produzir maior pro-

gresso, mais empregos e bem-estar — sem inflação.

Foi esse o caminho que Irlanda e Espanha, para citar dois exemplos, trilharam para ingressar no time das economias modernas e prósperas. Só com o controle dos gastos será possível reduzir a carga tributária, estimulando investimentos. “Corte de impostos é a receita clássica dos liberais”, disse Garcia. Seja de quem for a receita, ela é mais do que adequada ao Brasil, país em que as pessoas trabalham quatro meses por ano — atenção: quatro meses por ano! — para pagar impostos aos governos. Só então, paga sua alforria aos mandarins como Garcia, elas começam a suar o rosto para comprar comida, educar os filhos, garantir a segurança de suas casas, fazer frente às despesas de transporte e moradia. Enquanto isso, o dinheiro entregue ao Estado estará, em boa parte, se esvaindo pelos raios da corrupção e do desperdício.

A dupla de formuladores da política econômica do PT investe também contra o tradicional moinho de vento

que zune nos ouvidos da esquerda: o Banco Central. “Não se pode trabalhar com a idéia de autonomia total, porque seria retirar o Banco Central do controle democrático da sociedade. O BC deve estar submetido ao crivo do Executivo e do Legislativo”, disse Berzoini. A miopia nesse caso é ainda mais grave do que não enxergar o déficit da Previdência. Em todos os países viáveis, o Banco Central goza de autonomia formal ou legal. Quanto mais distante das pressões do Executivo e do Legislativo, melhor os bancos centrais podem exercer sua função precípua: defender o poder de compra da moeda que está no bolso dos cidadãos. Em outras palavras, impedir que a inflação devore as economias das pessoas. Lula ainda não anunciou oficialmente sua candidatura, mas já se beneficia eleitoralmente da política econômica responsável que seguiu o poder de compra do real, o efeito mais sentido pelas camadas mais pobres da população. É o que mostram as pesquisas de intenção de voto. Quem diria, Berzoini e Garcia trabalham contra Lula! ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo de Antonio Machado, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição 18 de junho do corrente, intitulado “Quem se habilita?”.

O autor, em seu artigo, comenta os resultados de dois estudos sobre desenvolvimento; o primeiro, realizado pela consultoria internacional McKinsey, e o outro feito por um dos excelentes consultores desta Casa, Marcus Mendes. Ambos analisam o crescimento do Brasil e comparam os números com os de outros países.

O autor destaca os gastos públicos, o tamanho do Estado e o aumento da carga tributária. E diz: “Não se

faz a crítica clássica dos liberais ao estado onipotente, mas apenas se constata que, no caso brasileiro, a estrutura pública deixou de servir como centro dinâmico do desenvolvimento econômico e social”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A ONDA NATURAL

A ONDA NATURAL		No Brasil:	6,5 milhões
área plantada (em hectares)		Faturamento (em US\$)	
No mundo:	24 milhões	No mundo:	30 bilhões
		No Brasil:	200 milhões

BRASIL S/A

por Antônio Machado
cidadebiz@correioweb.com.br

QUEM SE HABILITA?

O gasto público menor e mais eficiente é condição necessária para o crescimento acelerado da economia, mas somente isso, que por si já exigirá uma enorme batalha contra feudos políticos encastelados no poder, não basta. A economia se distancia ano a ano dos maiores rivais no mundo, como China e Índia, e, de resto, de todos países, sobretudo os desenvolvidos, e isso porque é baixa a produtividade do trabalho, apresentada em trabalho especial sobre o Brasil pela conceituada consultoria internacional McKinsey como determinante para o aumento da renda per capita das nações.

Enquanto entre 1995 e 2004 a renda per capita brasileira cresceu a um ritmo anual médio de apenas 1,5%, ela aumentou 7,6% na China, 4,1% na Índia e Rússia, 3,7% na Coreia do Sul, 2,6% no Chile. Até nos países ricos, que já formados tendem a crescer em ritmo menor que daqueles em plena formação econômica e social, a renda avança a taxas superiores à do Brasil. Nos EUA, 2,3%. Em Portugal, 2%.

Apesar da resistência dos políticos no poder, que ou não querem abrir mão de vantagens e privilégios de seu grupo de interesses ou preferem desviar-se do problema para que não fique transparente a sua impotência para encaminhar a solução, já há razoável consenso que o Brasil cresce pouco e trata mal a justiça social devido aos empecilhos resultantes do tamanho do Estado. Não se faz a crítica clássica dos liberais ao Estado onipotente, mas apenas se constata que, no caso brasileiro, a estrutura pública deixou de servir como centro dinâmico do desenvolvimento econômico e social.

Quando se diz que o Estado se agigantou, segundo estudo de Marcus Mendes, consultor de economia do Senado, isto significa que são grandes a dívida pública, a despesa e a carga tributária. A dívida líquida do setor público subiu de 29% do PIB, em janeiro de 1995, para 51% do PIB este ano. A despesa total do governo federal deu o salto de 23% para 31% do PIB entre 1995 e 2005 — ou seja, aumentou R\$ 168 bilhões em dez anos, considerando-se o PIB estimado em R\$ 2,1 trilhões para 2006. A carga tributária total evoluiu de 29,4% para 38,9% do PIB também em dez anos — turgada de R\$ 199,5 bilhões ou quase R\$ 20 bilhões a mais por ano em dinheiro de hoje.

Em suma: estamos pagando mais impostos, fora os brutais aumentos de tarifas e juros, para que o Estado aumente seus gastos. E isso para que? Melhoraram os serviços públicos? Não. A pobreza abrandou mas o pobre tem

mais empregos? Muito pouco. De 1995 a 2004 a taxa de desemprego e subemprego evoluiu de 21,39% para 20,49%. Pior: o investimento público sumiu e o crescimento econômico se estagnou.

Tirando a limpo

O estudo do economista Marcos Mendes tira a limpo esta situação, ao mostrar as distorções do inchaço do Estado. “O gasto do Poder Judiciário federal, em valores reais, por exemplo, multiplicou-se por 10 entre 1985 e 2004, sem que a Justiça tenha ficado 10 vezes mais rápida ou que se tenha multiplicado por 10 o número de brasileiros que tem acesso a ela”, diz em seu estudo. As despesas da Previdência, com auxílio-doença passaram de R\$ 3,1 bilhões, em 2001, para R\$ 12,5 bilhões, em 2005. E não ocorreu, como diz Mendes, “qualquer epidemia ou catástrofe que criasse tantos doentes de uma hora para outra”. Tais números desqualificam a tese defendida pelo governo de que o país não precisa passar por um choque de gestão.

Para onde se ponha o olhar sobre o Estado, haverá uma miríade de inépcias de gestão, das estradas — que mal saíram da operação de emergência tapa-buracos no início do ano e já estão esburacadas — aos hospitais, da segurança pública às escolas. Mas a mistura dos componentes diversos do “Estado grande” (despesa, dívida e carga tributária), segundo Marcos Mendes, também gera impactos macro e microeconômicos negativos sobre as cinco alavancas do crescimento de longo prazo: investimento privado, exportações, produtividade, competição e a inovação. Sem subsídio, pouca coisa fica viável.

País sem ambição

Tudo está amarrado, formando esta espécie de conspiração contra o desenvolvimento. Armou-se um sistema em que o governo, que não tem quase nenhum incentivo para agir com eficiência, retira 40% do PIB da sociedade entre impostos e dívida para devolvê-lo como despesa. Se boa parte dela fosse investimento produtivo, o Brasil teria as feições de uma Espanha. Mas parece que o país perdeu toda ambição.

As distorções se acumulam, se enraízam e acabam como ervas ruins, difíceis de erradicar. “O resultado”, diz Marcos Mendes, “é baixa eficiência e produtividade e, mais uma vez, menos crescimento”. A sua análise é cáustica: “Como é o governo que decide a alocação de 40% da renda nacional, muita gente se especializa em obter verbas públicas, procurando relacionamentos pessoais que dêem acesso a instâncias de decisão no governo ou buscam militância partidária ou em grupos de interesse que abram as portas para financiamento subsidiado, patrocínio de empresa estatal ou um cargo público”.

Não pode dar certo um país onde valem mais as boas amizades que gastar horas estudando para se tornar um profissional produtivo, onde é mais lucrativo explorar brechas da lei para processar o Estado que desenvolver um novo negócio privado, diz o consultor.

É toda uma cultura do mal que importa desmontar. Os problemas da economia são mais relevantes, mas sem a cumplicidade da máquina pública não há agenda positiva que fique de pé. Quem se habilita?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Responsabilidade política”, de autoria do analista político Augusto de Franco, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 20 de junho do corrente.

Segundo o autor do artigo, “Tudo o que Lula e o PT fizeram tinha (e tem) como objetivo continuar ganhando as eleições, sucessivamente: por um lado, palanquismo-messiânico (do líder que se diz predestinado a salvar os pobres) regado com assistencialismo-clientelista e, de outro, conquista dos meios institucionais pela privatização partidária da esfera pública e pela

alteração da lógica de funcionamento das instituições. Essa é a fórmula do neopopulismo lulista”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo do analista político Augusto de Franco passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Responsabilidade política

AUGUSTO DE FRANCO

A FINAL FICOU claro que o verdadeiro projeto lulo-petista para o Brasil era arrecadar ilegalmente os recursos necessários para ficar 20 anos no poder. As pessoas se escandalizam com a primeira parte desse projeto; o que me apavora é a segunda. Depois do que veio à tona, talvez o “governo-partido” no poder não consiga mais roubar tanto (e talvez nem precise, já que deu para usar os recursos públicos).

Mas, se alguma coisa mudou, foi apenas a meta financeira. O objetivo continua. E os meios — a formação de quadrilhas nos aparelhos estatais conquistados — também. Quer dizer: o projeto está de pé, simplesmente porque não foi desconstituído.

Uma estrutura de poder como a que o PT montou nos últimos dez anos no país não cai por si mesma. Tem de ser desbaratada. Não havendo quem se disponha a fazê-lo, ela continuará atuando.

O projeto de poder de Lula e do PT não trabalha por fora das instituições e sim por dentro. É um parasitismo da democracia. Enganam-se os que acham que vão surpreendê-los mais adiante numa tentativa de golpe de Estado. Sua via principal é a eleitoral. Tudo o que Lula e o PT fizeram tinha (e tem) como objetivo continuar ganhando as eleições, sucessivamente: por um lado, palanquismo-messiânico (do líder que se diz predestinado a salvar os pobres) regado com assistencialismo-clientelista e, de outro, conquista dos meios institucionais pela privatização partidária da esfera pública e pela alteração da lógica de funcionamento das instituições. Essa é a fórmula do neopopulismo lulista.

Como a oposição não se dispõe a interromper democraticamente a trajetória do governo corrupto, lançando mão dos mecanismos previstos na

Bilhões de reais do dinheiro público são distribuídos aos mais pobres, sem exigência de contrapartidas, em versão moderna de clientelismo

Constituição para situações como essas, terá de enfrentar o lulo-petismo em condições adversas: uma arena eleitoral viciada pela manipulação das massas e pela compra ilegal, direta e indireta, em grande escala, de cabos eleitorais e eleitores.

A manipulação vem sendo feita pelo eterno-candidato desde que assumiu o poder. Bilhões de reais do dinheiro público vêm sendo distribuídos aos mais pobres, sem exigência real de contrapartidas, numa versão moderna de clientelismo em que no lugar do coronel local figura o líder nacional, o companheiro-presidente. Já a compra de apoios e aliados vem se processando por meio dos vários tipos de mensalões. Só uma pequena parte desse esquema foi descoberta.

É claro que nada disso poderia ter sido feito sem as vistas grossas das oposições. Mas se, por um lado, as oposições são lenientes, por outro, também não se pode contar com a mobilização da sociedade em termos tradicionais.

As novas formas de expressão dos cidadãos, as maneiras pelas quais a nova sociedade civil se organiza na contemporaneidade, não são aquelas que conhecíamos: corporativas, reivindicativas e, não raro, aparelhadas para servir de correias de transmissão de grupos e partidos políticos.

Eis então o dilema: os velhos agentes militantes não querem, e inclusive já não podem mais, defender a demo-

cratização do Estado e da sociedade; os novos agentes não são propriamente militantes a serviço de um grupo ou seguidores de um líder, senão participantes voluntários, que se mobilizam em torno de uma causa. Não são manipuláveis e não podem ser comprados com mensalões nem com cargos ou candidaturas. Constituem a nossa melhor promessa de futuro, mas não podem ser usados para limpar a sujeira do passado.

Caminhamos assim, cabisbaixos, para o matadouro eleitoral, correndo o risco de ver consagrada a impunidade dos delinquentes, o que aumentará a insegurança jurídica e jogará o país em uma crise institucional sem precedentes.

Sem oposição política e sem mobilização da sociedade, sobraram apenas aqueles setores empreendedores que têm motivos diretos para defender a liberdade de iniciativa e para se preocupar com a democracia e com o desenvolvimento. Se esses não começarem agora a exercer a sua responsabilidade política, depois tudo indica será muito tarde.

Recente pesquisa do Instituto Internacional de Desenvolvimento Empresarial (IMD) revela que sob o governo Lula o Brasil já despencou da 37ª para a 52ª posição no ranking das economias mais competitivas do mundo, está entre os países em que o governo mais atrapalha a atividade empresarial e em último lugar em relação à estrutura institucional, critério que mede a capacidade de gestão da máquina pública.

Imaginem aonde iremos parar com mais quatro anos de neopopulismo lulista.

AUGUSTO DE FRANCO, 55, é analista político do blog www.democracia.org.br e autor, entre outros livros, de “A Revolução do Local: Globalização, Glocalização, Localização” (2004). Foi membro do comitê-executivo do Conselho da Comunidade Solidária no governo FHC (1995-2002).

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Minha vida de coioote”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 28 de junho do corrente.

O jornalista Diogo Mainardi, em seu artigo, com para seus artigos sobre o Presidente Lula com os personagens de desenho animado Papa-Léguas e Coioote: “Lula é o Papa-Léguas. Eu sou o Coioote. Por quatro anos, imitei o desenho animado. Recorri a todas as artimanhas para capturar a presa. Nada deu certo. Lula sempre conseguiu escapar”.

Apoiado na comicidade do desenho animado, Mainardi destaca que o Presidente Lula é como o Papa-Léguas, “que sabe apenas fugir e se esquivar das ciladas preparadas pelo Coioote”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo ao qual me refiro passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Minha vida de Coioote

Lula é o Papa-Léguas. Eu sou o Coioote. Por quatro anos, imitei o desenho animado. Recorri a todas as artimanhas para capturar a presa: catapultas, foguetes, patins a jato, elásticos gigantes, tintas invisíveis, rochas desidratadas, comprimidos de terremoto. Nada deu certo. Lula sempre conseguiu escapar. E depois de escapar, como o Papa-Léguas, grasnou aquele estridente bip-bip em minha orelha, assustando-me e fazendo-me cair num abismo, em geral com uma pedra de 10 toneladas na cabeça.

O maior achado do desenho animado de Chuck Jones é sua absoluta essencialidade. Os dois protagonistas, mudos, confrontam-se num panorama deserto, onde só há pedras e cactos, cujos espinhos terminam invariavelmente fincados na pele do Coioote. O Papa-Léguas é uma besta primária, um oportunista microcéfalo perfeitamente adaptado ao seu meio, que sabe apenas fugir e se esquivar das ciladas preparadas pelo Coioote. O Coioote, por sua vez, é a caricatura do humanista otário que acredita no triunfo da racionalidade, do conhecimento, do engenho humano, da lei, do progresso social, da tecnologia. E é repetidamente punido por causa disso. Se o Coioote é Lamarck, o Papa-Léguas é Darwin. Se o Coioote é o humanista Settembrini, o Papa-Léguas é o jesuíta Naphta. Se o Coioote é Bouvard e Pécuchet, o Papa-Léguas é a tempestade que devasta sua lavoura.

A comicidade do Coioote e do Papa-Léguas não está na variedade das piadas. Pelo contrário: está no repisamento infinito da mesma piada. O Coioote

prepara uma armadilha. O Papa-Léguas passa incólume por ela. O Coioote se revolta e cai na própria armadilha. Quando se recupera de seus efeitos calamitosos, prepara outra armadilha, num ciclo interminável. Chuck Jones definiu o Coioote como um fanático, citando o filósofo George Santayana, para quem “um fanático é aquele que redobra seu empenho quando já esqueceu seu objetivo”. Foi a fórmula que, semana após semana, tentei plagiar aqui na coluna. Com Lula no papel do Papa-Léguas e eu no do Coioote.

Chuck Jones dirigiu episódios do desenho animado de 1949 a 1965. Eu resisti bem menos. Depois de quatro anos, com dezenas de artigos sobre o Papa-Léguas lulista, o esquema se desgastou. No ano que vem, mudo definitivamente de assunto. Até lá, espero concluir algumas das histórias a que me dediquei no último período: do meu processo contra Lula, que já está no STF, à denúncia de que ele possui uma conta num paraíso fiscal. Da ação popular que pretendo mover contra a empresa de seu filho, que arrendou ilegalmente

um canal de TV, à revelação de novos casos de financiamento ilícito ao PT. O resultado de meu esforço será o mesmo de sempre. O Papa-Léguas passará por mim a toda a velocidade, buzinando seu bip-bip. Eu, estupidamente, tentarei descobrir o que deu errado em meus planos e, de uma hora para outra, me verei caindo num abismo. Mas não ria. Porque você cairá junto comigo.

“Depois de quatro anos, com dezenas de artigos sobre o Papa-Léguas lulista, o esquema se desgastou. No ano que vem, mudo de assunto. Até lá, espero concluir algumas das histórias a que me dediquei. O resultado do meu esforço será o mesmo de sempre”

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Educação, mentiras e videoteipe”, de autoria do ex-presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Sidney Beraldo, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 14 de junho do corrente.

O artigo destaca que o Projovem está errado na concepção, não funciona na execução e não esconde seu viés autoritário, sob o disfarce do paternalismo.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Educação, mentiras e videoteipe

SIDNEY BERALDO

A VERDADE É O presidente Lula parece viver em divórcio explícito desde que ele confessou, de viva voz, que, na oposição, era dado a bravatas. Nesse particular, continua fiel a si mesmo. É o que se observa quando ele acusa a Prefeitura de São Paulo de não ter dado a devida atenção ao Programa Projovem.

Destaque-se um primeiro tropeço. Lula diz que o programa já tem “um ano”. Falso. Há um ano foi aprovada a lei que o criou. Mas existir, mesmo, só há seis meses. O Projovem, de inteira responsabilidade do governo federal, concede bolsas de estudo de R\$ 100 a jovens de 18 a 24 anos para que concluam, em regime supletivo, o ensino fundamental. Mas só podem receber essa ajuda jovens que não trabalham, não têm outros rendimentos.

É espantoso que o presidente diga que “o prefeito [de São Paulo] não atendeu nem mandou preencher” as vagas. A divulgação do programa, inscrições, matrículas e convocação dos estudantes são atribuições da equipe do ministro Luiz Dulci, prócer petista e secretário-geral da Presidência da República — e não, como seria natural, do Ministério da Educação.

Quem “manda” preencher as vagas — se isso fosse possível — é o governo federal. A prefeitura cabe receber em uma escola os alunos indicados e ministrar as aulas. O governo que prometeu criar 10 milhões de novos postos de trabalho (e não chegará à meta), que criou o inexistente Fome Zero e que assina a fantasia do Primeiro Emprego inventou um Projovem que proíbe seu beneficiário de trabalhar, apesar da idade.

Isso mesmo: supõe-se que um adulto entre 18 e 24 anos, que precisa de supletivo, pode muito bem viver com R\$ 100 em São Paulo. Em áreas muito pobres do país, em que o custo de vida também é mais baixo, os R\$ 100 do Projovem funcionam como uma va-

O Projovem está errado na concepção, não funciona na execução e não esconde seu viés autoritário, sob o disfarce do paternalismo

riante do Bolsa Família: têm mais importância como uma ação de renda mínima do que por seu valor educativo. Mas em São Paulo e outras grandes cidades, uma pessoa entre 18 e 24 anos pode obter no mercado de trabalho bem mais do que R\$ 100 por mês.

Que lhe seja concedida a oportunidade de estudar, mas sem essa restrição absurda. A iniciativa do governo federal também é inoperante na prática. Ações da cidade de São Paulo e do Estado já reduziram drasticamente o número de jovens entre 18 e 24 anos que não concluíram o ensino fundamental. A maior demanda na capital é pelo supletivo do ensino médio, que o Projovem não atende.

Um programa do governo do Estado cujo nome foi copiado pelo governo Lula, o Programa Ação Jovem, voltado para o antigo segundo grau, atende a estudantes naquela faixa etária e tem nada menos que 141 mil inscritos só na Grande São Paulo. São fatos, não bravatas.

A Prefeitura de São Paulo assinou, em dezembro, o convênio com o governo Lula para participar do Projovem (vejam bem, faz seis meses e não um ano). O Planalto realizou duas intensas campanhas publicitárias na cidade, a fim de recrutar jovens e faturar politicamente.

Na primeira etapa, ainda em 2005, 17.824 pessoas se inscreveram. Como era um número abaixo do esperado, fez-se nova rodada entre fevereiro e maio de 2006. Mais 12.046 inscrições

se juntaram àquelas outras, totalizando 29.870 pessoas. Pois bem, mas quantos alunos o governo federal repassou à Prefeitura? Apenas 7.844, pouco mais de um quarto dos originalmente inscritos.

Já na largada, seu programa não funcionou em quase 75%. Mais: como as informações são centralizadas no Planalto, alunos de uma determinada região eram enviados para outra, distante de suas respectivas casas. Por isso (só de condução gastariam a maior parte da bolsa e do seu dia) e/ou porque já tinham alguma renda que não queriam perder, a maioria desistiu antes da primeira aula.

A evasão é uma característica mesmo entre os que iniciaram o curso. Pegue-se o caso de São Miguel Paulista. Matricularam-se 973, mas só 184 permanecem. Mais de 80% de índice de fracasso para o Projovem de Lula. É bom lembrar ainda que há atraso na entrega dos 2 mil computadores e 200 impressoras para os laboratórios de informática. O atraso compromete qualquer ambição de qualidade.

O Projovem, como se vê, está errado na concepção, não funciona na execução e não esconde seu viés centralizador e autoritário, sob o disfarce do paternalismo. Ainda assim, a Prefeitura de São Paulo tem se esforçado e vai continuar se esforçando para que algo de positivo aconteça com esse programa, buscando minimizar — anular, se possível — os deletérios efeitos da incompetência federal.

Não vamos entrar no jogo de empurra que nos propõe o presidente-candidato. Só os paulistanos sairiam perdendo. Faremos a nossa parte e, se for possível, também a dele. Enquanto ele, como sempre, faz discurso em palanque. Como num videoteipe.

SIDNEY BERALDO, 55, ex-presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, é deputado estadual e presidente do PSDB-SP.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Base se cala diante de acusações contra Lula”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 21 de junho do corrente.

A matéria destaca que em silêncio aliados do Planalto ouviram Senadores da oposição indagarem a razão da ausência do nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lista de indiciados pelos crimes investigados pela CPI dos Bingos.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Base se cala diante de acusações contra Lula

BRASÍLIA

Em silêncio, aliados do Planalto ouviram ontem senadores da oposição indagarem a razão da ausência do nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva da lista de indiciados pelos crimes investigados pela CPI dos Bingos. Nenhum deles pediu a palavra para defender o presidente. Álvaro Dias (PSDB-PR) propôs ao relator Garibaldi Alves (PMDB-RN) que incluísse no relatório pedido ao Ministério Público para apuração da responsabilidade de Lula no esquema de corrupção em Santo André e em relação aos pagamentos feitos em seu benefício pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Garibaldi “foi bondoso” ao omitir o nome de Lula. “Os membros do governo deveriam agradecer o fato de ele não ter posto o presidente Lu-

la no relatório, uma vez que os fatos analisados revelam indícios comprometedores de sua participação”, disse ACM. Ele também criticou a atuação do PT na CPI. Segundo ele, “nenhum partido decente” criaria dificuldades para a investigação dos assassinatos dos prefeitos de Santo André Celso Daniel e de Campinas Toninho do PT, e das denúncias de corrupção em Ribeirão Preto. “Não compreendo como é que estes petistas daqui não entendem como o senador Garibaldi foi generoso, porque o presidente Lula tinha de estar citado neste relatório.”

O presidente da CPI, senador Efraim Moraes (PFL-PB), elogiou o parecer, mesmo reconhecendo a falta dos nomes do chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, e do ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu. ● L.N.L. e R.C.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “R\$40 bi? Não, obrigado”, publicada pela revista *Época* de 19 de junho do corrente.

A matéria trata da importância das agências reguladoras para a economia do Brasil e destaca que o País está deixando de receber cerca de R\$40 bi em investimentos vitais, por causa do descaso do atual governo do Presidente Lula com as agências.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

R\$ 40 bi? Não, obrigado

É essa fortuna que o Brasil está deixando de receber, em investimentos vitais, por causa do descaso do governo com as agências reguladoras

MURILO RAMOS

As agências reguladoras brasileiras foram concebidas para controlar setores essenciais ao funcionamento da economia, como comunicações, transportes e energia. Foram criadas na esteira das grandes privatizações promovidas pelo governo FHC. Como o Estado não tinha mais dinheiro para investir, entregou esses setores à iniciativa privada. Mas era preciso algum tipo de controle. Para cuidar dos contratos de concessão, dos preços e da qualidade dos serviços, sem sofrer as oscilações do entra-e-sai dos governos, as agências foram estruturadas como órgãos com operação e mandatos autônomos. O objetivo desse arranjo institucional era dar a quem deseja investir no país a segurança das regras estáveis, imunes aos interesses políticos, e ao mesmo tempo proteger os consumidores, impondo regras claras aos serviços.

A ideia não era nova. Surgiu em 1887, nos Estados Unidos, quando foi criada a Interstate Commerce Commission (ICC), para controlar as ferrovias privadas. Chegou ao Brasil apenas em 1995. Uma década depois, as agências reguladoras brasileiras sofrem de anemia. A presidência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é exercida *interinamente* desde o fim de 2005, porque virou moeda de barganha política do governo Lula com o PMDB. As diretorias de várias agências estão incompletas. Duas delas, sem o mínimo de gente para tomar decisões. Para piorar, a autonomia de órgãos presumidamente autônomos está comprometida pelos cortes de recursos feitos pelo governo federal.

“Isso é ruim para o país”, afirma o alemão Rolf Alter, o maior especialista em regulação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “A eficiência das

agências é essencial para o bem-estar de consumidores e empresas, que se sentem estimulados a investir.”

O Brasil já está se ressentindo do descaso. Em setores cruciais da economia – que podem pavimentar o caminho do crescimento ou erguer obstáculos a ele –, as empresas estão deixando de investir R\$ 40 bilhões. Esse prejuízo não leva em conta o que as melhorias poderiam significar em aumento do ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

As agências deveriam poder se sustentar sozinhas. Em cada conta de luz ou telefone, um pedacinho da fatura é destinado a elas. Mas o dinheiro arrecadado tem sido bloqueado pelo Ministério da Fazenda. Vem engordando o caixa do Tesouro Nacional e serve para o governo atingir as metas de superávit fiscal. Desde 2003, a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ti-

veram R\$ 7,4 bilhões contingenciados. “Isso é reflexo do mau tratamento que o governo tem dispensado às agências”, afirma o presidente do Conselho de Infra-Estrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José de Mascarenhas.

Nos EUA e na Europa, a autonomia financeira e administrativa das agências reguladoras é uma regra sagrada. No Brasil, porém, é comum que as agências fiquem sem dinheiro até para pagar viagens de funcionários para fazer fiscalizações. “O ideal é que as agências sempre tenham independência financeira”, diz Fernando Xavier, presidente da Telefônica, a maior empresa de telefonia fixa do país. A atual situação afasta os investidores. Segundo estudo do Banco Mundial, o Brasil ocupa posição ruim em transparência e segurança para investidores (leia o quadro). “A situação de investimentos estrangeiros só não

é pior porque o Brasil tem um grande mercado consumidor”, afirma Gesner de Oliveira, da Consultoria Tendências. “É parecido com a China, onde a regulação é fraca, mas o risco compensa.”

Segundo o consultor britânico Scott Jacobs, que assessora discussões sobre agências reguladoras em 30 países da Europa e Ásia, não há uma receita única para todos os países se tomarem seguros e confiáveis para os investimentos. Mas há alguns conceitos universais. “Transparência nas regras, mandatos fixos para os diretores de agências e prestação de contas diminuem pressões e tomam o clima mais previsível”, afirma. A seguir, a situação em cada agência.

ENERGIA

Segundo estimativas do setor, cerca de R\$ 5 bilhões deixaram de ser investidos desde 2004, quando o governo Lula mudou o modelo do setor elétrico e transferiu poder da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o Ministério de Minas e Energia. De acordo com Cláudio Sales, presidente do Acende Brasil, instituto que reúne investidores privados, empresas como a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e a Energias do Brasil deixaram de disputar leilões de geração e distribuição de energia nova no ano passado por considerar que as regras favorecem as empresas estatais. “Para um país que precisa de energia para crescer, o quadro é preocupante”, afirma Sales. Em 2005, a Aneel deveria ter recebido R\$ 270 milhões em repasses do governo, mas recebeu menos da metade desse valor. “Os problemas se agravam porque parte do dinheiro só é liberada no fim do ano”, diz Jerson Kelman, presidente da Aneel.

ESTRADAS

Mais de R\$ 20 bilhões em investimentos na melhoria e conservação ►

O CUSTO DO DESCASO

Quanto o país perde em investimentos devido ao abandono das agências reguladoras

SETOR	PROBLEMA	QUANTO O PAÍS DEIXOU DE INVESTIR
Energia	Aneel perdeu poder para o Ministério de Minas e Energia	R\$ 5 bilhões
Transportes	Regras da ANTT não estão claras	R\$ 20 bilhões
Portos	Antaq está sem três diretores	R\$ 7 bilhões
Petróleo	Reuniões da ANP não têm quórum	R\$ 0,8 bilhão
Telecomunicações	Anatel não tem recursos para estudos	R\$ 7 bilhões*
		TOTAL R\$ 40 bilhões

* Apenas investimentos relativos à expansão da tecnologia de Terceira Geração da telefonia celular.

Fontes: Associação Brasileira de Concessionárias Rodoviárias (ABCR), Associação Brasileira de Terminais Portuários, Instituto Acende Brasil, Guerreiro Telecomunicações e Tribunal de Contas da União (TCU).

de estradas estão suspensos por causa da letargia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na definição de regras para a concessão de trechos de sete rodovias federais, que somam 2.600 quilômetros. Uma delas é a Régis Bittencourt, entre São Paulo e Curitiba, principal corredor de exportação do Brasil para os países do Mercosul. "Estão tentando reinventar a roda. Deveriam usar a fórmula das concessões anteriores", diz Marcelino de Seras, presidente da Ecovias, empresa que tem concessões de estradas nas regiões Sul e Sudeste e planos de investimentos – arquivados – para a Régis Bittencourt.

PORTOS

Projetos de mais de US\$ 3 bilhões em investimentos estão parados por causa da acefalia da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Um desses projetos é a expansão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro. O arrendamento pela Companhia Docas do Estado de uma área para a construção de novos terminais por empresas privadas ainda não saiu do papel porque não existem diretores na Antaq para assinar a concessão. A consequência é o adiamento de US\$ 1,5 bilhão em novos negócios. "Depois a gente reclama de custo Brasil", diz o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários, Wilen Manteli. No Espírito Santo, em Santa Catarina e São Paulo, há outros projetos de modernização e expansão portuária paralisados. Eles poderiam diminuir o congestionamento dos portos de Santos, em São Paulo, e Paranaguá, no Paraná.

PETRÓLEO

O enredo de falta de diretores na agência reguladora, projetos paralisados e milhões de dólares em investimentos em banho-maria se repete no setor de petróleo. Um negócio de US\$ 350 milhões, que permitiria a venda do direito de exploração de um campo de petróleo da empresa canadense Encana para a norueguesa Norsk, está parado desde o começo do ano porque não há quórum nas reuniões de diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP). O campo de Chino, com reservas de 200 milhões de barris de petróleo na Bacia de Campos, Rio de Janeiro, deixa de produzir.

Dos cinco diretores da agência, apenas dois estão nomeados. Um deles é o diretor-presidente, Haroldo Lima, um ex-deputado do PCdoB da Bahia que já se manifestou no passado contra as

agências reguladoras. A realização da oitava rodada de licitação de novas áreas para exploração e produção de gás e petróleo, marcada para agosto, também está ameaçada por causa da falta de diretores na ANP. Segundo Luiz Alberto dos Santos, responsável na Casa Civil da Presidência da República pelo acompanhamento das agências regulatórias, a demora na escolha de diretores é resultado da dificuldade do governo em encontrar nomes com o perfil adequado – e, depois, da demora do Congresso Nacional em referendar as nomeações.

TELECOMUNICAÇÕES

"O papel e as funções da Anatel não estão sendo cumpridos nem atingidos", diz o especialista em telecomunicações Etivaldo Siqueira. Uma das lacunas da agência está na Terceira Geração (3G) de telefones celulares. A Anatel está adiando a licitação de faixas de frequência, que permitiria a entrada de novas prestadoras do serviço. Atualmente apenas uma atua nesse segmento, a Vivo.

A tecnologia permite, por exemplo, a transmissão de vídeos para celulares, como um lance de uma partida de futebol, com alta qualidade e velocidade. "No Japão e na Coreia do Sul, a tecnologia 3G chega a até 50% dos usuários, enquanto no Brasil não passa de 3%", afirma Siqueira. Estima-se que apenas a expansão da infra-estrutura da tecnologia 3G custe US\$ 3 bilhões. De acordo com o ex-diretor da Anatel Renato Guerreiro, a agência se ressentiu da falta de dinheiro para realizar estudos que balizem licitações e regulamentações.

FALTA MUITO

O Banco Mundial criou um índice de 0 a 100 para medir a clareza e a segurança das leis nos países emergentes. Quanto maior o valor, melhor é o ambiente para investimentos

■ Chile	94
■ Coreia do Sul	72
■ México	68
■ África do Sul	65
■ Brasil	58
■ China	35
■ Rússia	31
■ Índia	27
■ Argentina	20

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Mattoso assume tudo”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 30 de maio do corrente.

A matéria destaca que fracassou a tentativa do ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, de assumir sozinho a responsabilidade pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. O ex-presidente da CEF entrou em con-

tradição em seu depoimento prestado à Polícia Federal no último dia 29 de maio do corrente.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mattoso assume tudo

Fracassou a tentativa do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso de assumir sozinho a responsabilidade pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, pivô da crise que há quase dois meses derrubou o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Ouvindo ontem em depoimento pela Polícia Federal em São Paulo, pela segunda vez, Mattoso entrou em contradição e complicou a situação de Palocci e do líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), que poderá ser convidado a dar esclarecimentos.

Após o depoimento, que durou das 9h às 12h30, a PF reforçou sua convicção de que o ex-presidente da Caixa simulou uma consulta de fachada quando pediu à Seção de Informática, no dia 17 de março, que fizesse a pesquisa de conta do caseiro. A PF tem provas de que Palocci já tinha cópia do extrato de Francenildo desde a noite do

dia anterior, quinta-feira, 16 de março. Apesar disso, Mattoso insistiu na tese de que foi o único responsável pela quebra do sigilo do caseiro.

A versão de Mattoso ficou mais evidenciada ainda com o depoimento do advogado Wilcio da Costa, tomado no final de semana. Ele garantiu à PF que seu cliente, Francenildo, confidenciou ao jardineiro Leonardo Moura, uma semana antes, no dia 10 de março, ter “um bom dinheiro” depositado numa conta de poupança na Caixa. Leonardo, ainda segundo levantou a PF, teria contado a história para sua patroa, Helena Chagas, que é diretora da sucursal do jornal O Globo em Brasília.

Em depoimento à PF, Helena confirmou ter ouvido a versão do seu jardineiro e disse ter comentado o assunto com o líder do PT no Senado na tarde de 15 de março, uma quarta-feira, com o intuito de fazer reportagem para o jornal. No mesmo dia, ela afirmou ter recebido li-

gação de Palocci, que queria checar a veracidade dos rumores sobre a movimentação financeira de Francenildo.

A jornalista lembrou que conversou com o ministro e lhe disse que os rumores existiam mas, por não serem consistentes, seu jornal desistira de publicar a matéria. Francenildo e Leonardo serão chamados para depor novamente esta semana e, se necessário, será tomado novo depoimento de Helena.

Na noite do dia 16, quinta-feira, conforme apurou a PF, Palocci já teria em mãos uma cópia do extrato de Francenildo e se reuniu com dois assessores do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para tentar colocar a PF no encalço do caseiro, que, conforme supunha, estaria recebendo dinheiro da oposição para sujar sua imagem. As investigações constataram que o dinheiro na conta do caseiro, R\$ 25 mil, tinha sido depositado pelo seu pai biológico, que se recusa a assumir a paternidade.

Uma data para Dantas

O dono do banco Opportunity, Daniel Dantas, deve depor à Comissão de Constituição (CC) do Senado. A comissão o convidou a comparecer no dia 7 de junho, mas a líder do PT no Senado, Ideli Salvati (SC), deseja mudar a data da audiência. Ideli quer evitar que o depoimento dele ocorra antes do julgamento de um processo que corre em Nova York contra Dantas, movido pelo Citibank E que já foi parceiro do Opportunity.

O julgamento ocorreria no dia 2 de junho mas foi transferido para o dia 9. “O depoimento dele vai ocorrer às vésperas do julgamento. É tudo o que ele quer, tornar-se vítima”, justificou a petista. Ela quer marcar uma data após o dia 9.

O empresário foi convidado pela CCJ para explicar a acusação que faz ao ex-tesoureiro petista Delúbio Soares de tentativa de achaque de R\$ 40 a R\$ 50 milhões e da suposta existência de contas de petistas no exterior.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apenhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as organizações contemporâneas, por mais bem estruturadas que estejam do ponto de vista administrativo, não podem prescindir de um eficiente sistema de comunicação social. Aliás, um bom indicador do nível de estruturação organizacional está em contemplar uma área dedicada à comunicação. O relacionamento com o público tornou-se, no mundo moderno, quesito indispensável para o sucesso. E isso é mais óbvio quando se trata de um ente da Administração Pública, que deve prestar contas regulares de sua atuação. É uma obrigação relacionar-se de maneira adequada e profissional com o contribuinte, seja no esclarecimento de questões que lhe são afetas, seja na divulgação dos produtos e serviços frutos de sua atuação, ou, ainda, na captação do chamado *feedback*, isto é, a resposta dos cidadãos ao desempenho de determinado órgão.

Muito mais do que fazer o proselitismo dos predicados de seu trabalho ou de seus dirigentes, o que no caso público é proibido pela lei, sob recomendação estrita da ética comum, uma comunicação estruturada e atuante é a garantia de que a sociedade estará sempre bem informada, ciente de que os pesados recursos que recolhe compulsoriamente aos cofres do Estado são utilizados em benefício de todos os cidadãos. Dentro desse paradigma, estimula, admite, respeita e aprende com a interação, utilizando a famosa via de mão dupla, que não deixa transformar o público em mero espectador da Administração.

Visibilidade, transparência e interlocução social despontam, assim, como três dos principais resultados que a comunicação de qualidade proporciona a qualquer organização. Devo admitir, Sr. Presidente, que vejo com muita satisfação vários órgãos da atual Administração agindo nessa linha, mas um em especial, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, tem-se destacado nesse setor. O mais recente relatório de atividades da Agência causou-me profunda e positiva impressão, sobretudo na parte que diz respeito ao seu relacionamento com a sociedade.

São várias iniciativas que convergem para o objetivo central de garantir ao cidadão uma prestação de serviços de alto nível no âmbito da saúde. Utilizando-se dos mecanismos mais modernos de relacionamento com o público, a Anvisa tem-se mostrado transparente e acessível aos olhos da sociedade. O sítio eletrônico da agência contempla preciosos dados e informações com vistas ao esclarecimento do cidadão comum e dos especialistas. Serviços de extrema valia para todos os brasileiros estão ali disponíveis ao simples clique do *mouse*. É o caso, por exemplo, do *Guia de Comparação*

de Preços de Medicamentos, que permite identificar o menor preço para um determinado princípio ativo e sua forma farmacêutica, em cotação por cápsula, comprimido ou drágea. Destaque também merece o chamado *bulário* eletrônico, que reúne as bulas de centenas de medicamentos comercializados no País.

Todos sabemos que a alfabetização digital e o pleno acesso ao universo da informática, apesar dos esforços do Governo do Presidente Lula, ainda estão longe da universalização. Assim, muitos dos serviços disponíveis na Internet podem ser alcançados pelo telefone. Por meio de discagem direta gratuita, de qualquer ponto do País, em telefones fixos ou móveis, é possível conectar-se com o *Disque Saúde*. A central de atendimento permite aos consumidores a realização de consultas sobre preços de medicamentos, existência de genéricos, registro de denúncias de irregularidades na comercialização de remédios, além de proporcionar respostas a dúvidas gerais sobre medicamentos.

Com frequência, valendo-se de encartes e cartilhas, a Anvisa dissemina informações relevantes sobre temas importantes para a saúde pública, como proteção solar, medicamentos genéricos, orientações aos viajantes e gripe aviária, entre outros. Boa parte desse material pode também ser obtida pela Internet, por meio de arquivos eletrônicos transferíveis.

Um ponto alto e de grande repercussão no atual modelo de comunicação da Anvisa é a Ouvidoria, canal direto entre a agência e a sociedade. Por seu intermédio, qualquer cidadão ou instituição tem a possibilidade de registrar rapidamente denúncias, reclamações, pedidos de informação, solicitações, sugestões e mesmo elogios relativos à atuação da vigilância sanitária brasileira. Em um prazo máximo de 48 horas as solicitações são encaminhadas para as áreas específicas da agência, que analisam as demandas produzindo, então, as respostas pertinentes. No ano passado, o serviço foi acionado mais de 12 mil vezes, sendo que a grande maioria das solicitações refere-se a pedidos de informação, figurando em segundo lugar as denúncias, seguidas de perto pelas reclamações.

Enfim, Sr. Presidente, penso que é uma satisfação para todos nós brasileiros saber que podemos contar com uma agência de tão alto padrão, como é o caso da nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Em seus poucos anos de atuação tem evidenciado seus propósitos modernizadores e o compromisso com o cidadão e a sociedade. Ciente e obediente à missão de proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços, a Anvisa cultiva em seu trabalho cotidiano os valores da transparência, cooperação e responsabilização. Assim, garante um mínimo de tranquilidade aos brasileiros,

em uma área tão crítica, no Brasil e no mundo, como a vigilância sanitária.

Renovo meus cumprimentos aos atuais dirigentes da Anvisa, ao tempo em que me congratulo com o grupo de profissionais que se dedicam à comunicação institucional e ao relacionamento com o público, pelo excelente trabalho que desenvolvem em benefício de toda a sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Muito havendo a tratar, mas sem oradores inscritos, vou encerrar os trabalhos, esperando que tenhamos todos vergonha na cara e amor no coração, como mandam a lei de Deus e a Constituição, a lei dos homens e mulheres, e convocando sessão não-deliberativa para segunda-feira, às 14 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 03 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2006

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30/06/2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO
SENADO FEDERAL

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS:

1 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA
DOS DEPUTADOS:

Total 2

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessação de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Sessão: 07.06.2006

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006, oferecida pela Câmara dos Deputados à da Medida Provisória nº 284, de 2006, que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (dedução da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico; pagamento do salário-família ao segurado doméstico e ao avulso; e pagamento do seguro-desemprego).

Sessão: 21.06.2006

2 – APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO:

Total 1

Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Sessão: 07.06.2006

3 – APROVADO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO APRESENTADO PELO SENADO E DEVOLVIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências (prejudicados a Medida Provisória e o Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006, apresentado pela Câmara dos Deputados)

Sessão: 07.06.2006

4– APROVADA NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO OFERECIDO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS E ENVIADAS À SANÇÃO:

Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.

Sessão: 07.06.2006

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	13
Total.....	13

Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2003, de autoria do Senador Renan Calheiros, que cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Cíveis – PSHP.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar os prazos prescricionais.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o caput e o § 1º do art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar o limite de cumprimento das penas privativas de liberdade de trinta para quarenta anos e, ainda, inclui o § 3º, para restringir a unificação decorrente do limite máximo de pena privativa de liberdade ao cumprimento da pena.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para disciplinar a reparação de dano decorrente da prática de infração penal.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984, e a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, para criar o regime penitenciário de segurança máxima.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2006, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para impedir a possibilidade de livramento condicional para os casos de reincidência em crime doloso apenado com reclusão.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2006, de autoria do Senador César Borges, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para prever como falta disciplinar grave a utilização de telefone celular pelo preso.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a videoconferência como regra no interrogatório judicial.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estender o benefício da redução de pena aos condenados presos que colaborarem com qualquer investigação policial ou processo criminal.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista*.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 29.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2003, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *dispõe sobre o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências*.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera a redação dos arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências* (dispõe sobre a política energética nacional).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 29.06.2006

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	52
Total.....	52

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006 (nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 21.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006 (nº 1.998/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 22.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2004 (nº 2.225/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 543, de 2005 (nº 1.806/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraujo, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2005 (nº 1.853/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – Ascomar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2006 (nº 1.855/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2006 (nº 1.556/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras - ACVG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2006 (nº 1.935/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2006 (nº 1.815/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2006 (nº 1.884/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2006 (nº 1.924/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação Popgoiaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2006 (nº 1.928/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2006 (nº 1.966/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lapa, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2006 (nº 2.005/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2006 (nº 2.057/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2006 (nº 2.086/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2006 (nº 1.933/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2006 (nº 1.986/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2006 (nº 2.009/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte;*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2006 (nº 2.038/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia;*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2006 (nº 2.069/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2006 (nº 1.979/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Melo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2005 (nº 1.677/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2005 (nº 1.662/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2005 (nº 572/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Taió Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2006 (nº 1.808/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão "Novo Horizonte de Virginópolis" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2006 (nº 1.947/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bias Fortes - MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Bias Fortes, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2006 (nº 1.504/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2006 (nº 1.541/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jati, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2006 (nº 1.918/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Mercosul de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2006 (nº 1.816/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2006 (nº 1.904/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2006 (nº 1.964/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2006 (nº 1.980/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rosa de Saron - ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 172 de 2006 (nº 1.992/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Educação de Marco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marco, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2006 (nº 1.994/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Pequi Esporte Clube - Pec a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequi, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2006 (nº 1.957/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubajara, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2006 (nº 1.987/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária João Kominek a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2006 (nº 1.996/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marajá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2006 (nº 2.025/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes - Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2006 (nº 2.033/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2006 (nº 1.551/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Saúde de Feijó/AC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feijó, Estado do Acre.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2006 (nº 1.850/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Deserto, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2006 (nº 1.869/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Pedro do Rosário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro do Rosário, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2006 (nº 1.921/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira - Ascobem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2006 (nº 2.048/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Canal Vinte e Um para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2006 (nº 2.051/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2006 (nº 1.919/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2006 (nº 1.639/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária Candelariense – Acomcan a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2006 (nº 1.728/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mirandiba FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2006 (nº 1.954/ 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Deoclécio Mendes do Amaral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasileira, Estado do Piauí; e

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2006 (nº 2.080/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária “Voz das Rocas” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

IV - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total	4
-------------	---

Mensagem nº 120, de 2006 (nº 243/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia.

Sessão: 20.06.2006

Mensagem nº 93, de 2006 (nº 100/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Lauro Barbosa da Silva Moreira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Sessão: 20.06.2006

Mensagem nº 276, de 2005 (nº 821/2005, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Paulo Américo Veiga Wolowski*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República da Bósnia-Herzegovina e na República da Macedônia.

Sessão: 20.06.2006

Mensagem nº 119, de 2006 (nº 242/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Antonino Lisboa Mena Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, e, cumulativamente, exercer o de Embaixador do Brasil na República da Letônia, desde que obtido o agrément do governo desse país.

Sessão: 20.06.2006

V – PARECERES REFERENTES A MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total	4
-------------	---

Parecer nº 697, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 166, de 2006 (nº 448/2006, na origem), submetendo à consideração do Senado Federal, o nome da Doutora Maria Thereza Rocha de Assis Moura, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro José Arnaldo da Fonseca.

Sessão: 20.06.2006

Parecer nº 644, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 155, de 2006 (nº 298/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fernando Antonio Brito Fialho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Sessão: 20.06.2006

Parecer nº 556, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e Reforma Agrária, sobre a Mensagem nº 131, de 2006 (nº 325/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Nelson Narciso Filho* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Sessão: 20.06.2006

Parecer nº 634, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 141, de 2006 (nº 364/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora *Elizabeth Maria Mercier Querido Farina*, para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 20.06.2006

VI - REQUERIMENTO DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE:

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, que solicita seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello

Sessão: 06.06.2006

VII - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total.....33

Requerimento nº 388, de 2006, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 514, de 2006, do Senador Fernando Bezerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 640, de 2006, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 641, de 2006, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 642, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 643, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2006 - Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 644, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2003, além da

Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 645, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 226, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 646, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 414, de 2006, do Senador Jonas Pinheiro, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2003, de sua autoria.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 442, de 2006, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 464, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 477, de 2006, do Senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2001, de sua autoria.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 488, de 2006, do Senador Roberto Saturnino, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, dos Projetos de Lei do Senado nºs 27 e 81, de 2002, que tramitam em conjunto, a fim de que tenha tramitação autônoma.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 412, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado – Complementares nºs 68, de 2003; 250, de 2005, e 8, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 413, de 2006, do Senador Alvaro Dias, solicitando a

tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 2003 e 219, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 459, de 2006, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 339, de 2003 e 32, de 2006 - Complementares, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 502, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 568, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Ofícios nºs S/21, de 2000; e S/6, de 2002, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 569, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Ofícios nºs S/25, de 1999; e S/1, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 570, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Ofícios nºs S/52, de 2000; e S/2, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 571, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando a tramitação conjunta dos Ofícios nºs S/23, de 2000; S/4, de 2001; e S/16, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 572, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 573, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1999, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida,

também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 574, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 582, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 583, de 2006, de autoria do Senador José Agripino, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 162, de 2005, e 42, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado nºs 177, de 2003, e 149, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 586, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 595, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 245, de 2003, e 19, de 2005 - Complementares, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 605, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 624, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 627, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim,

solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, dos Projetos de Lei do Senado nºs 263 e 295, de 2003; e 176, de 2000, de forma a retomar sua tramitação autônoma.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 628, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2006, com o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que já tramita em conjunto com os de nºs 187, de 2002 e 44, de 2004, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 632, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

VIII – MATÉRIAS RETIRADAS:

De iniciativa do Presidente da República	2
De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	3

Mensagem nº 78, de 2006, que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Ricardo Ruschel dos Santos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, na vaga do Senhor Ronaldo Herbst Dotta.

(Retirada pela Mensagem nº 81, de 2006)

Sessão: 07.06.2006

Mensagem nº 134, de 2006, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Carlos Barth para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

(Retirada pela Mensagem nº 152, de 2006)

Sessão: 07.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2003 - Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que institui o Sistema Nacional de Previdência Privada e Superintendência de Previdência Privada, e dá outras providências, em conformidade com o disposto no artigo 192 da Constituição Federal.

(Retirada pelo Requerimento nº 458, de 2006)

Sessão: 08.06.2006

IX - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	59
Total.....	59

Requerimento nº 631, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Mussi, pai do ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Desembargador Jorge Mussi. Encaminhe-se.

Sessão: 01.06.2006

Requerimento nº 635, de 2006, de autoria do Senador Ramez Tebet e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Antônio Mendes Canale, ocorrido no último dia 1º de junho, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Sessão: 05.06.2006

Requerimento nº 636, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de congratulação ao Diretor do jornal O Estado de S.Paulo, Dr. Ruy Mesquita, pelo recebimento do Prêmio Woodrow Wilson de Serviço Público, concedido pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars, do Congresso Americano.

Sessão: 05.06.2006

Requerimento nº 637, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de homenagem pela passagem de dez anos do falecimento do jornalista Julio de Mesquita Neto.

Sessão: 05.06.2006

Requerimento nº 639, de 2006, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando voto de louvor ao jornal Correio Braziliense e aos jornalistas Ana Beatriz Magno e José Varella pelo excelente trabalho investigativo sobre a vida de crianças “que perderam os pais assassinados no DF”.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 647, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Dra. Elisa Viana de Sá, Diretora do Hospital Universitário João de Barros Barreto, ocorrido em São Paulo, no dia 2 do corrente.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 648, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao Dr. Zeno Veloso, pela posse na Academia Paraense de Letras.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 649, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Prefeitura Municipal de Manaus, pela reinauguração do Parque do Mindu.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 650, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico (muralista), Ivan Freitas, ocorrido em maio último, na cidade de João Pessoa-PB.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 651, de 2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do compositor e músico Ismar Barreto Dória.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 652, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao município de Borba-AM, pelos festejos religiosos que reverenciam Santo Antonio e que coincidem com as comemorações dos 250 anos da cidade.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 653, de 2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, solicitando voto de repúdio pela passagem de um ano desde as comprovadas denúncias de irregularidades que abalaram o país e ficaram conhecidas como “Escândalo do mensalão”.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 654, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, solicitando voto de louvor a Dom Orani João Tempesta, pela transformação da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, em Santuário Mariano Arquidiocesano, bem como ao Padre José Ramos das Mercês, Reitor do Santuário.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 655, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao Sr. José Paiva Netto, Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade (LBV), por ocasião do transcurso de seus 50 anos de trabalho naquela instituição.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 656, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso aos ganhadores do Prêmio Literatura Para Todos, do Ministério da Educação, com destaque para a autora catarinense Eloí Elisabete Boheco, 1ª colocada.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 660, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Fiori Giglioti, ocorrido nodi 06.06.2006.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 662, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do educador Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, de Manaus.

Sessão: 12.06.2006

Requerimento nº 663, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Acácia da Silva Sevalho, do jornal Correio Amazonense, ocorrido no dia 5 do corrente.

Sessão: 12.06.2006

Requerimento nº 664, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marta Vasquez, do jornal Correio Amazonense, ocorrido no dia 5 do corrente.

Sessão:12.06.2006

Requerimento nº 665, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, pelo transcurso do Dia de Portugal, em 10 do corrente.

Sessão: 12.06.2006

Requerimento nº 667, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao CONAR-Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária, pelas novas normas sobre publicidade de alimentos e refrigerantes e de produtos destinados a crianças e adolescentes.

Sessão: 12.06.2006

Requerimento nº 668, de 2006, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino, João Alberto Souza e Renan Calheiros, solicitando voto de pesar pelo falecimento do físico José Leite Lopes.

Sessão: 13.06.2006

Requerimento nº 669, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do renomado cientista brasileiro José Leite Lopes, ocorrido ontem, no Rio de Janeiro.

Sessão: 13.06.2006

Requerimento nº 670, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, solicitando voto de pesar pelo falecimento professor pernambucano José Leite Lopes, pioneiro das ciências físicas no Brasil e Fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Sessão: 13.06.2006

Requerimento nº 671, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Severino Manoel de Souza, o humilde sem-teto catador de papel que, para impedir a fragmentação de livro de Machado de Assis em galpão de reciclagem num edifício central de São Paulo, resolveu formar uma biblioteca para outros sem-tetos que ali vivem

Sessão: 13.06.2006

Requerimento nº 677, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Borba, no Amazonas, pela realização dos festejos religiosos em homenagem a Santo Antônio.

Sessão: 14.06.2006

Requerimento nº 678, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao Sr. Alfredo Cabral Neto, por sua eleição e seu trabalho realizado como Presidente da *"Politics and International Relations Society Royal Holloway"* da *University of London*.

Sessão: 14.06.2006

Requerimento nº 679, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao Sr. Abdias do Nascimento, pelo recebimento do título de *Doutor Honoris Causa*, concedido pela Universidade de Brasília.

Sessão: 14.06.2006

Requerimento nº 680, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso à Universidade de Brasília-UnB, pela concessão do título de *Doutor Honoris Causa*, a Abdias do Nascimento.

Sessão: 14.06.2006

Requerimento nº 682, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do humorista e jornalista Cláudio Besserman Vianna, o Bussunda do programa Cassetta e Planeta, ocorrido em Munique, Alemanha, em 17 de junho de 2006.

Sessão: 19.06.2006

Requerimento nº 683, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso a Varig – Viação Aérea Riograndense, em comemoração à decisão judicial que aceitou a proposta de compra feita pelo consórcio de Trabalhadores da empresa e investidores.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 684/2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Mauro Motta Durante, ocorrido no último dia 17 de junho.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 685/2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à atleta Suely Ferraz, exemplo de dedicação ao esporte, Medalha de Ouro em Jiu-Jitsu em Los Angeles, Estados Unidos.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 686/2006, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando voto de louvor ao jornal Gazeta de Alagoas e ao jornalista Marcos Rodrigues pelo excelente trabalho investigativo sobre a “escalada da violência” na periferia da cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 688, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Dra. Carmen Lúcia Antunes Rocha, pela sua posse no cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 689, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Associação Comercial do Amazonas – ACA, pelo transcurso de seu 135º aniversário de criação.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 691, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor e prefeito de Monte Alto/SP, Gilberto Morgado, ocorrido dia 9 de junho de 2006.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 692, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do humorista Cláudio Besserman Viana, o “Bussunda”, integrante do Programa “Casseta & Planeta” da Rede Globo de Televisão, ocorrido no sábado último, dia 17 de junho de 2006, em Munique, na Alemanha.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 696, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao BESC – Banco do Estado de Santa Catarina por instalar nesta semana, as agências bancárias de Barra Bonita, Bandeirante e Santa Terezinha do Progresso, concluindo assim, sua cobertura em todos os 293 municípios do Estado.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 697, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 17 do corrente, do humorista Cláudio Besserman Vianna, o Bussunda, fundador do grupo Casseta & Planeta.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 698, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de congratulações para o escritor José Mindlin, pela sua eleição para a Academia Brasileira de Letras e pela doação do acervo de sua biblioteca pessoal para a Universidade de São Paulo - USP.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 699, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Universidade Federal do Amazonas, pelo transcurso de seu 41º aniversário de criação.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 700, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança pelo transcurso no dia 21 do corrente, do segundo aniversário de falecimento de Leonel Brizola.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 705, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Welton Moura Santos.

Sessão: 22.06.2006

Requerimento nº 706, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Ministro Mauro Durante, ocorrido em 17 de junho passado, na cidade de Juiz de Fora.

Sessão: 26.06.2006

Requerimento nº 707, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Deusamir Pereira pelo lançamento em Manaus, no dia 2 de dezembro de 2004, do livro Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, estudos e análise.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 708, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Wastony Aguiar Bittencourt, pelo lançamento, em Manaus, do seu livro Crônicas de um Servidor Público.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 709, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do geógrafo Orlando Valverde, no dia 14 do corrente, no Rio de Janeiro.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 710, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Guita Mindlin (amiga dos livros), ocorrido no dia 25 do corrente, em São Paulo.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 711, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Evaldo Ferreira, do jornal **O Estado do Amazonas**, pelo lançamento, em Manaus, do livro “No Tempo dos Seringais”.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 712, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 714, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hildebrando Rossi Filho, ocorrido no dia 20 do corrente.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 715, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173ª aniversário de criação.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 716, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, Missionária no Amazonas, que, desde 1971, dedica-se ao tratamento de hansenianos, pelo que lhe foi outorgado o Título de Cidadã Amazonense.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 717, de 2006, de autoria do Senador voto de aplauso, ao atleta amazonense Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís/MA, em junho de 2006.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 718, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para os 13 municípios com melhor índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, e em especial para os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 719, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a Mesa Diretora do Senado Federal, por ter reconhecido recentemente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, aceitando como dependente a companheira de uma servidora da Casa.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 720, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim e outros senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Silvino Dias, pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias.

Sessão: 29.06.2006

Requerimento nº 721, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Silvino Dias, pai dos Senadores Osmar e Alvaro Dias, ocorrido hoje, em Maringá, no Estado do Paraná.

Sessão: 29.06.2006

X - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total..... 4

Ato nº 23, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de junho de 2006, a **Medida Provisória nº 289, de 7 de abril de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de 738.000.000,00, para os fins que especifica.”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2006, seção I)

Ato nº 24, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de junho de 2006, a **Medida Provisória nº 290, de 12 de abril de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.775.849.258,00, para os fins que especifica.”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2006, seção I)

Ato nº 25, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de junho de 2006, a **Medida Provisória nº 291, de 13 de abril de 2006**, que “dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º de abril de 2006”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2006, seção I)

Ato nº 26, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de junho de 2006, a **Medida Provisória nº 292, de 27 de abril de 2006**, que “altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998 e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2006, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 30 de junho de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	11
Não Deliberativas	10
Especiais	1
Total	22

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de junho de 2006)

MATÉRIAS APROVADAS..... 112

I – Medidas Provisórias aprovadas.....5.

- 1 – Aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados.....2
- 2 – Aprovada na íntegra e encaminhada à promulgação.....1
- 3 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e devolvida Medida Provisória à Câmara dos Deputados.....1
- 4 – Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão oferecido pela Câmara dos Deputados e enviado à sanção.....1

II - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....13

- 1 – Em decisão terminativa.....13
 - 1.1 – Proposições do Senado..... 13

III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....52

- 1 – Concessões e telecomunicações 52

IV – Escolha de chefes de Missões Diplomáticas 4

V – Escolha de autoridades.....4

VI – Requerimento de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante.....1

VII – Requerimentos diversos 33

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 3

VIII – Matérias retiradas.....3

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 115

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....4

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 30 DE JUNHO DE 2006

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 30 de junho de 2006)

Deliberativas Ordinárias.....	51
Não Deliberativas.....	36
Especial	6
Total	93

MATÉRIAS APROVADAS.....437

I – Medidas Provisórias aprovadas 17

- 1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção.....5
- 2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....5
- 3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 5
- 4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados.....2

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 14

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 56

- 1 - Em Decisão terminativa 49
 - 1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....49
- 2 - Por Decisão de Plenário 7
 - 2.1 – Do Senado Federal 3
 - 2.2 – Da Câmara dos Deputados..... 3
 - 2.3 – de Comissão Mista 1

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação.....256

- 1 - Acordos Internacionais.....53
- 2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais...7
- 3 – Operações de Crédito.....4
- 4 – Concessões de telecomunicações.....192

V – Escolha de chefes de Missão Diplomática.....10

VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade.....9

VII – Requerimento de informações sigilosas 1

VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante.....6

IX – Indicação	1
X – Requerimentos Diversos.....	67
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	14
XI - Matérias prejudicadas.....	2
XII - Matérias rejeitadas	9
XIII – Matérias retiradas	3
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	451
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	22

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE JUNHO DE 2006 DAS
COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE.

REUNIÃO REALIZADA EM 06/06/2006 - ORDINÁRIA

1ª PARTE

ITEM 01

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 35, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para estabelecer que a partir de 1º de janeiro de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito.

Autoria: Senadora IRIS DE ARAÚJO

Relator: Senador LUIZ OTÁVIO

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

**OBSERVAÇÃO: OS DEMAIS ITENS
TIVERAM SUA APRECIÇÃO ADIADA, FORAM
RETIRADOS OU FOI CONCEDIDA VISTA.**

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE POLÍTICAS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS A EMPRESAS PARTICIPANTES DE POLÍTICAS DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS, SOB A ÓTICA DO ARTIGO 155, § 2º, INCISO XII, ALÍNEA “G”, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 35/2006-CAE, DE AUTORIA DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA E DO SENADOR LUIZ OTÁVIO, E Nº 40/2006-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR FLEXA RIBEIRO.

CONVIDADOS

01 - Exmo. Sr. GUIDO MANTEGA, Ministro de Estado da Fazenda (Como Representante, o Sr. **BERNARD APPY**, Secretário-Executivo e Ministro Interino);

02 - Sr. **BERNARD APPY**, Presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz (Como Representante do Confaz, Sr. **ANDRÉ PAIVA**);

03 - Sr. **ROGÉRIO MACANHÃO**, Presidente da Federação Nacional do Fisco Nacional – Fenafisco;

04 - Sr. **JOSÉ CONRADO AZEVEDO SANTOS**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa;

(*) **05** - Sr. **ALTAIR CORREA VIEIRA**, Presidente da Associação Comercial do Estado do Pará;

(*) **06** - Sra. **MARIA RUTE TOSTES DA SILVA**, Secretária Executiva da Fazenda do Estado do Pará;

(*) **07** - Sr. **JOSÉ ADÉRCIO LEITE SAMPAIO**, Representante do Ministério Público Federal;

08 - Dep. **FERNANDO ZACHIA**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;

09 - Dep. **RODRIGO GARCIA**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;

10 - Dep. **JÚLIO GARCIA**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

11 - Dep. **SAMUEL GUILSIMAR ALMEIDA**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

12 - Dep. **MAURI TORRES**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

13 - Dep. **CLOVIS FERRAZ**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia;

14 - Dep. **SILVAL BARBOSA**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;

15 - Dep. **MARCOS CALS**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;

16 - Dep. **ROMÁRIO DIAS**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco;

17 - Dep. **CÉSAR COLNAGO**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo;

18 - Sr. **ARIO ZIMERMANN**, Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;

(*) **19** - Sr. **LUIZ TACCA JÚNIOR**, Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo (justificou ausência pois terá no mesmo dia e hora uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo);

20 - Sr. **MAX ROBERTO BORNHOLDT**, Secretário de Fazenda do Estado de Santa Catarina;

21 - Sr. **OTO NASCIMENTO JÚNIOR**, Secretário de Fazenda do Estado de Goiás;

22 - Sr. **FUAD JORGE NOMAN FILHO**, Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais (Como Representante, Sr. **JOSÉ LUIZ DE LIMA**);

- (*) 23 - Sr. WALTER CAIRO DE OLIVEIRA FILHO, Secretário de Fazenda do Estado da Bahia;
- 24 - Sr. WALDIR JÚLIO TEIS, Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso;
- 25 - Sr. JOSÉ MARIA MARTINS MENDES, Secretário de Fazenda do Estado do Ceará;
- (*) 26 - Sra. MARIA JOSÉ BRIANO, Secretária de Fazenda do Estado de Pernambuco;
- (*) 27 - Sr. JOSÉ TEÓFILO OLIVEIRA, Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo;
- (*) 28 - Sr. PAULO GILBERTO FERNANDES TIGRES, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (justificou a ausência em virtude de estar retornando na mesma data de viagem ao exterior);
- 29 - Sr. PAULO ANTONIO SKAF, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Como Representante a Sra. **MARIA CONCEPCIÓN MOLINA CABREDO**);
- 30 - Sr. ALCÂNTARA CORRÊA, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina;
- 31 - Sr. PAULO AFONSO FERREIRA, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Como Representante o Sr. **RAUL PAULO COSTA**);
- 32 - Sr. ROBSON BRAGA DE ANDRADE, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais;
- 33 - Sr. JORGE LINS FREIRE, Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia;
- 34 - Sr. NEREU LUIZ PASINI, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso;
- 35 - Sr. JORGE PARENTE FROTA JÚNIOR, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará;
- 36 - Sr. JORGE CORTE REAL, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco;
- 37 - Sr. LUCAS IZOTON VIEIRA, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo;
- 38 - Sra. TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA, Secretária Especial de Estado de Gestão do Estado do Pará;
- 39 - Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Pará;
- 40 - Sr. JOSÉ JACY RIBEIRO AIRES, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Pará;
- 41 - Sr. FERNANDO TERUÓ YAMADA, Presidente do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/Pará;
- 42 - Sr. CARLOS MARX TONINI, Presidente do Sistema Federação do Comércio do Pará;
- 43 - Sr. CARLOS XAVIER, Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Pará;
- 44 - Sr. JOSÉ FRANCISCO PEREIRA, Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio dos Estados do Pará e Amapá;
- 45 - Sr. AGNALDO DO CARMO ALCÂNTARA, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Mobiliário dos Estados do Pará e Amapá – Fetracompa;
- 46 - Sr. NONATO BRITO, Presidente da Federação dos Trab. Metalúrgicos do Estado do Pará;
- 47 - Sra. ANA SUELY MAIA DE OLIVEIRA, Vereadora do Município de Belém no Estado do Pará.

(*) **AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

RESULTADO:

Audiência Pública realizada com a participação dos seguintes convidados:

- Exmo. Sr. Bernard Appy, Ministro da Fazenda Interino e Presidente em exercício do Conselho

Nacional de Política Fazendária – Confaz;

- Sr. André Paiva, Presidente da Comissão Técnica do Confaz;

- Sr. Rogério Macanhão, Presidente da Federação Nacional do Fisco Nacional – Fenafisco;

- Sr. Waldir Júlio Teis, Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso;

- Sr. José Maria Martins Mendes, Secretário de Fazenda do Estado do Ceará;

- Sr. Raul Paulo Costa, representante da Federação das Indústrias do Estado de Goiás;

A audiência contou também com as presenças:

- Sr. José Luiz de Lima, representante do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais;

- Sra. Maria Concepción Molina Cabredo, representante da Federação das Indústrias de São

Paulo;

- Sra. Ana Suely Maia de Oliveira, Vereadora do Município de Belém, Estado do Pará.

REUNIÃO REALIZADA EM 13/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE, EXMO. SR. HENRIQUE MEIRELLES, E DIRETORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, MEMBROS DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA – COPOM, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS, DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO SUPPLY, Nº 30/05-CAE, COM A FINALIDADE DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS ACERCA DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS NA DEFINIÇÃO, MENSAL, DA TAXA SELIC, E Nº 45/05-CAE, PARA EXPLICAR SOBRE AS DIVERGÊNCIAS ENTRE AS RESPOSTAS APRESENTADAS PELO BANCO CENTRAL ACERCA DAS LEIS QUE BENEFICIAM OS APOSENTADOS E OS PENSIONISTAS DO BANESPA.

DIRETORES: Administração – Dirad: Sr. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA
Estudos Especiais – Diesp; Sr. MÁRIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA
Liquidações e Desestatização – Dilid: Sr. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE

Normas e Organização do Sistema Financeiro – Dinor: Sr. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI

Política Econômica – Dipec: Sr. AFONSO SANT'ANNA BEVILAQUA

Política Monetária – Dipom: Sr. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO

Resultado: Audiência Pública realizada com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Exmo. Sr. Henrique Meirelles, e dos Diretores: de Administração,

Sr. João Antônio Fleury Teixeira; de Estudos Especiais, Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita; de Liquidações e Desestatização, Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale; de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Sr. Alexandre Antonio Tombini; de Política Econômica, Sr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua; e de Política Monetária Sr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo.

2ª PARTE

OBSERVAÇÃO: OS DEMAIS ITENS TIVERAM SUA APRECIACÃO ADIADA, FORAM RETIRADOS OU FOI CONCEDIDA VISTA.

PAUTA EXTRA

ITEM 01 - MENSAGEM SENADO FEDERAL Nº 163, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA

Solicita ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US\$ 37,500,000.00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao Financiamento Adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Ceará - PCPR II. Aatoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador ROMEU TUMA. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

FORAM, AINDA, APROVADOS OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 42/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro do Desenvolvimento Agrário para, em Reunião de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar esclarecimentos acerca do repasse de verbas para a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária – ANARA.

Aatoria: Senador Arthur Virgílio

REQUERIMENTO Nº 43/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convocado o Exmo. Sr. Ministro das Cidades para prestar informações referentes à destinação de recursos equivalentes a R\$ 890 milhões, decorrentes da aprovação de crédito extraordinário em benefício do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, nos termos da Lei nº 11.308, de 23 de maio de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 279, de 2006.

Autoria: Senador Luiz Otávio

1ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 20/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2006 NÃO TERMINATIVO

Institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências.

Autoria: Deputado JULIO LOPES

Relator: Senador AELTON FREITAS

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

ITEM 02

OFÍCIO “S” Nº 07, DE 2006 NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal documentação referente à contratação de operação de crédito externo entre o Governo do Estado do Ceará e a MLW Intermed - Handels - und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits - und Bildungswsens mbH no valor de até US\$ 16,250,000.00 (dezesesseis milhões e duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), de principal, para o financiamento de equipamentos de ensino e pesquisa científica e tecnológica.

Autoria: MINISTÉRIO DA FAZENDA

Relator: Senador ROMEU TUMA

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

**OBSERVAÇÃO: OS DEMAIS ITENS
TIVERAM SUA APRECIÇÃO ADIADA, FORAM
RETIRADOS OU FOI CONCEDIDA VISTA.**

REQUERIMENTOS APROVADOS:

REQUERIMENTO Nº 44/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, o sobrestamento do PLC nº 84, de 2001 (constante do item 23 da Pauta), de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, tendo em vista a discussão de matéria análoga no Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2004, (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas), em deliberação na Câmara dos Deputados. Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

REQUERIMENTO Nº 45/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, com vistas a tratar das questões atinentes ao “Fator Previdenciário”, a luz do PLS nº 296/03, com a presença de entidades representativas de empregados do setor.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 20/06/2006 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE-CD E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN,

ITEM ÚNICO: **EXPOSIÇÃO DO DOUTOR HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), DETERMINANDO QUE, “NO PRAZO DE 90 DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CADA SEMESTRE, O BANCO CENTRAL DO BRASIL APRESENTARÁ, EM REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERTINENTES DO CONGRESSO NACIONAL, AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL, EVIDENCIANDO O IMPACTO E O CUSTO FISCAL DE SUAS OPERAÇÕES E OS RESULTADOS DEMONSTRADOS NOS BALANÇOS”.** RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006****NÃO TERMINATIVO**

Altera o caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.

Autoria: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Favorável ao Projeto.

OBS: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

ITEM 02**AVISO Nº 18, DE 2006****NÃO TERMINATIVO**

Autoriza a União a executar Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e dá outras providências.

Autoria: MINISTÉRIO DA FAZENDA

Relator: Senador ROBERTO SATURNINO

Relator Ad Hoc: Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: Pelo conhecimento da Matéria e posterior arquivamento.

Resultado: O Presidente da Comissão designa o Senador Eduardo Azeredo Relator Ad Hoc. A Comissão aprova o Parecer do Relator.

OBSERVAÇÃO: OS DEMAIS VINTE E UM ITENS TIVERAM SUA APRECIÇÃO ADIADA OU FORAM RETIRADOS DE PAUTA

EXTRAPAUTA**ITEM 01****MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 170, DE 2006****NÃO TERMINATIVA**

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor de até US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia - PRODECAR.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 02**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 171, DE 2006**

NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial - APL.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

FORAM, AINDA, APROVADOS OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 46/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Ministro Sérgio Machado Rezende, para, diante da Comissão de Assuntos Econômicos, expor sobre as providências adotadas no âmbito daquele Ministério, bem como sobre a atual situação da reconstrução do Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara e sua infra-estrutura, após o terrível e lastimável acidente ocorrido em 22 de agosto de 2003, quando uma explosão do Veículo Lançador de Satélites – VLS, vitimou mais de vinte pessoas. Autoria: Senadores Luiz Otávio e Edison Lobão.

REQUERIMENTO Nº 47/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, sejam solicitadas por esta Comissão informações ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, sobre o total do valor renunciado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, por cada estado da federação, em decorrência das leis de incentivos fiscais de créditos tributários do imposto, editadas pelos referidos estados.

Autoria: Senadora Ana Júlia Carepa.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.**REUNIÃO REALIZADA EM 07/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01 - TERMINATIVO**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2004

“Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal”.

Autor: Senador EDUARDO AZEREDO

Relator: Senador SÉRGIO GUERRA

Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01-CAS (Substitutivo) foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 02 - -TERMINATIVO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2003**

“Dá nova redação ao artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências”.

Autor: Senador SÉRGIO ZAMBIASI**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2005**

“Revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Extingue a proibição de concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 (dezoito) e maiores de 50 (cinquenta) anos de idade)”.

Autor: Senador CÉSAR BORGES**Relator: Senador FLEXA RIBEIRO**

Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01-CAS (Substitutivo) foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRA-PAUTA**ITEM 01****REQUERIMENTO DE URGÊNCIA**

“Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a urgência para a mensagem (SF) nº160, de 2006”.

Autor: Senador AUGUSTO BOTELHO**Resultado: Aprovado****ITEM 02****REQUERIMENTO Nº 26, DE 2006**

“Com o fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes a “Pagamento de Precatórios”, para o dia 23 de junho de 2006, às 14:00 horas. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os nomes que constam em relação anexa”

Autor: Senador PAULO PAIM**Resultado: Aprovado****ITEM 03****-NÃO-TERMINATIVO-****MENSAGEM (SF) Nº 160, DE 2006.**

“Submete à apreciação do Senado federal o nome do Senhor JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.”

Autor: Presidência da República**Relator: Senador SÉRGIO GUERRA**

Parecer: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado, com 12 votos sim.

REUNIÃO REALIZADA EM 21/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA**1ª PARTE**

Realizada a solenidade de aposição dos retratos dos Senadores Romero Jucá e Lúcia Vânia na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais.

2ª PARTE

OBSERVAÇÃO: OS ITENS CONSTANTES NA 2ª PARTE DA PAUTA FORAM TODOS ADIADOS.

EXTRA - PAUTA**ITEM UM: REQUERIMENTO Nº 27, DE 2006**

“Requer aditamento ao Requerimento nº10 de 2006, referente à Audiência Pública para instruir o PLS nº 25, de 2002, que dispõe sobre o Ato Médico, com os seguintes convidados”:

Ministro de Estado da Saúde, Sr. Agenor Álvares

Presidente do Conselho Nacional de Saúde CONASS, Sr. Jurandi Frutuoso – Secretário de Saúde do Estado do Ceará

Presidente do Conselho Federal de Medicina, Sr. Edson Oliveira Andrade

Conselho Federal de Nutricionistas, Sra. Rosane Maria Nascimento

Autora: Senadora LÚCIA VÂNIA

Resultado: Aprovado

ITEM DOIS: REQUERIMENTO Nº 28, DE 2006

“Com fundamento no disposto no Art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II do Regimento Interno desta Casa, requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para o dia 06 de Julho de 2006 às 14:00horas, com vistas a tratar das questões atinentes ao “FATOR PREVIDENCIÁRIO”, à luz do PLS 296/2003, devendo ser convidadas as entidades representativas de empregados.”

Autor: Senador PAULO PAIM

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA: Atendendo ao Requerimento nº 26, de 2006-CAS, com vistas a tratar das questões atinentes a “Pagamento de Precatórios” de autoria do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes convidados:

SINAPERS: JÚLIA DE OLIVEIRA CAMARGO – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos e Pensionistas do RS; **PAULO DE TARSO DRECH DA SILVEIRA** – Assessor Jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos e Pensionistas do RS; **KÁTIA DA LUZ ESCOBAR** – Assessora de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos e Pensionistas do RS.

SERVIPOL: PAULO DE TARSO DRECH DA SILVEIRA – Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do RS.

SINTERGS: NADJA DE PAULA – Presidente do Sindicato dos Técnicos Científicos do RS; **CÉSAR CHAGAS** – Diretor de Assuntos do Interior do Sindicato dos Técnicos Científicos do RS.

SINDICATO DOS PORTUÁRIOS DO RIO GRANDE: CLÊNIO FAGUNDES – Presidente do Sindicato dos Portuários do Rio Grande.

SINTAF: ANTÔNIO MENDES PATRIOTA – Sindicato dos Servidores Públicos de Carreira de Nível Superior do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado do RS.

FENAFISCO: MARIA CRISTINA LIMA DE SOUZA – Federação Nacional do Fisco Estadual.

MADECA: FELIPPO SCOLARI NETO – Presidente do Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares.

FENASJ/ FESPESP: JULIO BONAFONTE - Presidente da Federação Nacional dos Servidores Públicos do Poder Judiciário dos Estados e Distrito Federal

MOSAP: EDSON GUILHERME HAUBERT- Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas.

OAB: TELMO RICARDO SHOUR; FLÁVIO JOSÉ DE SOUZA BRANDO - Ordem dos Advogados do Brasil.

FIESP: MARCELO GATTI REIS LOBO – Representante do Comitê de Jovens Empreendedores da FIESP.

AASP: MÁRCIO KAYATT – Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo.

FASP: BERENICE GAZONI – Presidente da Federação das Associações dos Servidores do Município de São Paulo.

DIAP: ULISSES RIEDEL.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

1ª Parte - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública, em atendimento ao RQS nº10, de 2006-CAS, e ao RQS nº 27, de 2006-CAS, para instruir o PLS 25 de 2002, que dispõe sobre o Ato Médico, com os seguintes convidados: Dra. Maria Helena Machado - Diretora do Departamento de Gestão do Trabalho e da Regulação da Saúde, representante do Senhor Ministro da Saúde; Dr. Jurandi Frutuoso - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS e Secretário de Saúde do Estado do Ceará; Dr. Édson Oliveira Andrade - Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dra. Rosane Maria Nascimento - Representante do Conselho Federal de Nutricionistas. **RESULTADO: REALIZADA.**

2ª PARTE - (DELIBERATIVA)

OBSERVAÇÃO: TODOS OS ITENS TIVERAM SUA APRECIÇÃO ADIADA.

EXTRA - PAUTA

ITEM 01 - REQUERIMENTO Nº 29, DE 2006 - “Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, tendo como convidados **Lélio de Castro**

Cirillo, Presidente e Fundador da Associação Nacional de Equoterapia – ANDE Brasil; **Ana Maria Low**, Médica Neuropediatra; **Catlen Cudo**, praticante de Equoterapia no Centro Básico de Equoterapia “General Carracho” – Distrito Federal; **Ylna Opa Nascimento**, Psicóloga da Associação Nacional de Equoterapia a realizar-se na primeira quinzena de julho de 2006. A Audiência Pública visa promover o **XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop**, a realizar-se em Brasília, de 09 a 12 de agosto de 2006, com a participação de 1000 Congressistas envolvidos com Equoterapia, representantes de diferentes associações de Estados Brasileiros e de províncias e países, que aplicam a Equoterapia, tais como: Paris/França, Basel/Suíça, Warwick/Grã-Bretanha. Hamburgo/ Alemanha, Milão/Itália, Toronto/Canadá, Aarhus/Dinamarca, Hamilton/Nova Zelândia, Denver/USA, Anger/França, Budapeste/Hungria, entre outros. Ressalte-se que a Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo, dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação buscando o desenvolvimento bio-psicossocial das pessoas com deficiência que dela podem se beneficiar”. Autor: **Senador FLÁVIO ARNS. Resultado: Aprovado**

ITEM 02 - REQUERIMENTO Nº 30, DE 2006-CAS - “Nos termos regimentais, requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de discutir o PLS 25 de 2002, no âmbito do Seminário Nacional de Profissões da Saúde, a ser promovido pelo Ministério da Saúde.”

Autor: **Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES. Resultado: Aprovado**

SUBCOMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REUNIÃO REALIZADA EM 08/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - Atendendo ao Requerimento nº 25, de 2006-CAS. Convidados: Sra. Andréa Schwarz – Consultora para projetos ligados à qualidade de vida e inclusão social das pessoas com necessidades especiais e Sr. Jaques Haber - Consultor para projetos ligados à qualidade de vida e inclusão social das pessoas com necessidades especiais. Palestra: “Inclusão socioeconômica de Pessoa com Deficiência”. RESULTADO: REALIZADA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ.

REUNIÃO REALIZADA DIA 07/06/2006 - ORDINÁRIA

1ª PARTE – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Comparecimento da Senhora **Verônica Dantas**, Diretora do Opportunity, do Senhor **Daniel Dantas**, Diretor do Opportunity, e do Senhor **Gustavo Marin**, Presidente do Citibank, para “prestarem esclarecimentos sobre as denúncias de que o Banco Opportunity teria sofrido perseguição do governo Lula por rejeitar pedidos de propina feitos por petistas em 2002 e 2003”, conforme Requerimento nº 9, de 2006-CCJ, de iniciativa dos Senadores **Arthur Virgílio** e **José Agripino**, aprovado em 24/05/2006. **RESULTADO: REALIZADA.**

2ª PARTE

OBSERVAÇÃO: TODOS OS ITENS CONSTANTES NA PAUTA TIVERAM SUA APRECIÇÃO ADIADA.

REUNIÃO REALIZADA DIA 14/06/2006 - ORDINÁRIA

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 166, de 2006
(Mensagem nº 448, de 2006, na origem)

- NÃO TERMINATIVO -

“Submete à consideração do Senado Federal, o nome da Doutora **MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA**, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro **José Arnaldo da Fonseca**”.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador **ROMEU TUMA**.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: A Comissão aprova a escolha do nome da Doutora **MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA**, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministra, com dezessete (17) votos favoráveis e um (01) voto em branco.

2ª PARTE

OBSERVAÇÃO: OS ITENS CONSTANTES NA 2ª PARTE DA PAUTA FORAM TODOS ADIADOS.

REUNIÃO REALIZADA EM 21/06/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 1

REQUERIMENTO (SF) Nº 298, DE 2006
- NÃO TERMINATIVO -

“Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministro Presidente do Banco Central do Brasil a

solicitação de remessa do registro de todas as operações de mercado com Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), Código 760199 - ISIN BRSTNCNTB0A6, emitidas em 15 de julho de 2005, com o vencimento em 15 de maio de 2045, realizadas no período de 1º de dezembro de 2005 a 28 de fevereiro de 2006 no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, informando o número de operações, e, por operação, a quantidade de títulos negociados e o valor dos títulos”.

Autoria: Senador JOÃO RIBEIRO.

Relatoria: Senador JOÃO BATISTA MOTTA.

Parecer: Pela aprovação do Requerimento.

Obs: A matéria tramita com prazo na CCJ.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO (SF) Nº 107, DE 2006

- NÃO TERMINATIVO -

“Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Ministro de Estado do Banco Central, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, com os documentos comprobatórios, Relatório sobre ‘Avaliação de Conduta para Prevenção de Lavagem de Dinheiro – Compliance’, referentes aos bancos BMG, Rural e Bank Boston; e Relatório sobre ‘Classificação de Instituição Financeira – Rating’, referentes aos bancos supracitados, a partir de 2002”.

Autoria: Senador ALVARO DIAS.

Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Parecer: Pela aprovação do Requerimento.

Obs: A matéria tramita com prazo na CCJ.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2003

- TERMINATIVO -

“Altera os artigos 125, 126, 131, II, e 132 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o seqüestro de bens provenientes de ações criminosas, acrescentando-lhe os artigos 144-A e 144-B, para introduzir a indisponibilidade dos bens no rol das medidas assecuratórias, modificando, ainda, o *caput* do artigo 4º da Lei nº 9613, de 3 de março de 1998”.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Relatoria “ad hoc”: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2004

- TERMINATIVO -

“Disciplina os alimentos gravídicos e a forma como será exercido e dá outras providências”.

Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 1-CAS; e pela aprovação da Emenda nº 2-CAS, na forma da Subemenda que oferece.

Obs: A matéria foi apreciada pela Comissão de

Assuntos Sociais.

Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1-CAS/CCJ, 2-CAS/CCJ e 3-CCJ.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2005**

(PL. nº 4.333, de 2004, na Câmara dos Deputados)

- NÃO TERMINATIVO -

“Altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (possibilita, nos casos de urgência, que o Juiz nomeie curador provisório para representar o interditando)”.

Autoria: Deputada ANN PONTES.

Relatoria: Senador JEFFERSON PÉRES.

Relatoria “ad hoc”: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Obs.: Durante a discussão da matéria, o Senador Sibá Machado oferece uma Emenda, que recebe Parecer favorável.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ.

ITEM 6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**

“Dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados”.

Autoria: Senador MARCO MACIEL e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador RAMEZ TEBET.

Parecer: Pela aprovação da Proposta.

Obs: Em 31/05/2006, foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2002

(PL. nº 4.827, de 1998, na Câmara dos Deputados)

- NÃO TERMINATIVO -

“Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos”.

Autoria: Deputada ZULAIÊ COBRA.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Obs.: - Em 15/03/2006, a matéria foi retirada de Pauta;

- Em 21/06/2006, o Senador Juvêncio da Fonseca oferece as Emendas nºs 1 a 3, que recebem Parecer favorável;

- Durante a discussão da matéria, o Senador Aloizio Mercadante oferece a Emenda nº 4, que recebe Parecer favorável.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com as alterações propostas pelas Emendas nºs 1 a 4, dos Senadores Juvêncio da Fonseca e Aloizio Mercadante, consolidadas no Substitutivo. A Comissão aprova o Requerimento nº 11, de 2006-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 328, DE 2006

- NÃO TERMINATIVO -

“Susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA”.

Autoria: Senador JOÃO BATISTA MOTTA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2006

(PL. nº 5.610, de 2005, na Câmara dos Deputados)

- NÃO TERMINATIVO -

“Reorganiza o Plano de Carreira da Câmara dos Deputados e aplica aos seus servidores efetivos, no que couber, Gratificação de Representação instituída pela Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, convalidada pela Lei nº 10.863, de 29 de abril de 2004”.

Autoria: MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Obs.: Em 20/06/2006, o Senador Edison Lobão oferece a Emenda nº 1, retirada em 21/06/2006.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

REQUERIMENTOS APRECIADOS

1) REQUERIMENTO Nº 11, de 2006-CCJ

Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requero urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Resultado: Aprovado.

2) REQUERIMENTO Nº 12, de 2006-CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão a fim de apurar as denúncias publicadas na revista VEJA, desta semana, intitulada “Terrorismo biológico: Petistas são acusados de disseminar a praga que destruiu a lavoura de cacau no sul da Bahia”, com a participação dos seguintes convidados:

- Delegado da Polícia Federal responsável pela investigação a época dos fatos denunciados;
- Luiz Henrique Franco Timóteo;
- Geraldo Simões;
- Everaldo Anunciação;
- Wellington Duarte;

- Eliezer Correia;
- Jonas Nascimento;
- Francisco Lima Filho;
- Carlos Viana;
- Silvano Franco Pinheiro.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2006 - TERMINATIVO NA CRE -

“Altera a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre a cobrança de taxas das empresas de segurança privada)”.

Autoria: Senador JOSÉ JORGE.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Obs.: A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em decisão terminativa.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

OBSERVAÇÃO: OS DEMAIS ITENS TIVERAM SUA APRECIÇÃO ADIADA, FORAM RETIRADOS OU FOI CONCEDIDA VISTA.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 06/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, DE 2005

“ALTERA O DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS E VEREADORES, PARA DEFINIR COMO CRIME DE RESPONSABILIDADE A APLICAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, QUE IMPLIQUEM NA SUSPENSÃO DO OFERECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR”.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2005**

“ALTERA A LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997, COM O OBJETIVO DE AUTORIZAR OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL A DEDUZIR, DAS PARCELAS PAGAS A TÍTULO DE AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA COM A UNIÃO, O MONTANTE POR ELES GASTO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR”.

AUTORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE

PARECER: PELA REJEIÇÃO

OBS.1: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA
23/05/06.

OBS.2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE
ASSUNTOS ECONÔMICOS

RESULTADO: APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO

ITEM 03**TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 096, DE 2006**

“DENOMINA 'RODOVIA PINTOR CÍCERO DIAS' O TRECHO DA RODOVIA BR-101 ENTRE AS CIDADES DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E PALMARES, EM PERNAMBUCO”.

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO GUERRA

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

PAUTA – RESULTADO - PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

ITEM 01

TERMINATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À TELEVISÃO VERDES MARES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 297, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO BONANZA II A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MORENO, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 296, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOLIDÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SEPÉ TIARAJU A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO SEPÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CULTURAL SALZANENSE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LIBERATO SALZANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05

TERMINATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SERRA DA TIRIRICA FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NITERÓI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 287, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO PARANÁ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FLORESTÓPOLIS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FLORESTÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE JOSÉ BONIFÁCIO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JOSÉ BONIFÁCIO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09**TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO RÁDIO COMUNITÁRIA ASSOCIAÇÃO JONI BRAGA EDUCAÇÃO ARTE & CULTURA RÁDIO NOVA BOFETE - RNB - FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BOFETE, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE GUARACI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GUARACI, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DO BAIRRO DA CAPELA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE VINHEDO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 284, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A RÁDIO COMUNITÁRIA 97 FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TURMALINA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 195, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E EDUCATIVA DE RADIO DIFUSÃO DE ITUMIRIM/MG - ACREDITAR A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITUMIRIM, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSÉ ONILSON LIMA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PARAMBU, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 15
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 237, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOSÉ JOAQUIM DA SILVA DE VILA NOVA - QUIXERÉ - CEARÁ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE QUIXERÉ, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 16
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 243, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AREIA BRANCA - ACAB A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IBICUITINGA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 17
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GRANJA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GRANJA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 18
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA MESTRE ÁLVARO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VIANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 19
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 281, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DE BAIXO GUANDU A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BAIXO GUANDU, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 20
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SERRA CAIADA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PRESIDENTE JUSCELINO, ATUAL SERRA CAIADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 21**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.493, DE 2004**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FM SÃO BENTO DE AMONTADA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PINDORETAMA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDISON LOBÃO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 22**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 295, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE JATAÍ, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDISON LOBÃO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

PAUTA-EXTRA - RESULTADO**ITEM 01****TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2005**

“INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA”.

AUTORIA: SENADOR PEDRO SIMON

RELATORIA AD HOC: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS.1: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES

NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA A EMENDA

OBS.2: NO DIA 30/05/06 FOI REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2003

“DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CORREIO ELETRÔNICO, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: SENADOR DELCÍDIO AMARAL

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 13/09/05 FOI CONCEDIDA VISTA AO SENADOR JOSÉ JORGE

OBS.2 NO DIA 15/09/05 O SENADOR JOSÉ JORGE APRESENTA REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO

OBS.3: NO DIA 17/11/05 FOI REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO

OBS.4: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 20/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 021, DE 2006

“ALTERA A LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, PARA DISPOR SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS NACIONAIS DE VACINAÇÃO PELAS EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO”.

AUTORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

RELATORIA AD HOC: SENADOR PAULO PAIM

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DA REUNIÃO DOS DIAS 23/05/06 E 06/06/06

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 076, DE 2000

(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS 137/00 e PLC 089/03)

“DEFINE E TIPIFICA OS DELITOS INFORMÁTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: SENADOR RENAN CALHEIROS

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO, QUE INCORPORA

PARCIALMENTE O PLS 137/00 E O PLC 089/03, QUE
TRAMITAM EM CONJUNTO.

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 16/05/06 FOI CONCEDIDA
VISTA, AO SENADOR EDISON LOBÃO, QUE NÃO
APRESENTOU MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO

OBS.2: NA REUNIÃO DO DIA 23/05/06 FOI CONCEDIDA
NOVA VISTA COLETIVA, DEVIDO À ALTERAÇÃO
NO PARECER EFETUADA PELO RELATOR. NÃO
FORAM APRESENTADAS MANIFESTAÇÕES POR
ESCRITO.

**RESULTADO: APROVADO, INCORPORANDO
PARCIALMENTE O PLS 137/00 E O PLC 89/03 QUE
TRAMITAM EM CONJUNTO, NA FORMA DO
SUBSTITUTIVO OFERECIDO**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2000

(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS 076/00 e PLC 089/03)

“ESTABELECE NOVA PENA AOS CRIMES COMETIDOS COM A
UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
TELECOMUNICAÇÕES”.

AUTORIA: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

**PARECER: FAVORÁVEL AO PLS 076/00, NA FORMA
DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO, QUE INCORPORA
PARCIALMENTE O PRESENTE PROJETO E O PLC 089/03,
QUE TRAMITAM EM CONJUNTO.**

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 16/05/06 FOI CONCEDIDA
VISTA, AO SENADOR EDISON LOBÃO, QUE NÃO
APRESENTOU MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO

OBS.2: NA REUNIÃO DO DIA 23/05/06 FOI CONCEDIDA
NOVA VISTA COLETIVA, DEVIDO À ALTERAÇÃO
NO PARECER EFETUADA PELO RELATOR. NÃO
FORAM APRESENTADAS MANIFESTAÇÕES POR
ESCRITO.

**RESULTADO: INCORPORADO PARCIALMENTE
JUNTAMENTE COM O PLC 89/03, APROVANDO O
PLS 76/00, TRAMITANDO EM CONJUNTO, NA
FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO.**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 089, DE 2003

(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS 076/00 e PLS 137/00)

“ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 - CÓDIGO PENAL E A LEI Nº 9296, DE 24 DE JULHO DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (DISPÕE SOBRE OS CRIMES COMETIDOS NA ÁREA DE INFORMÁTICA, E SUAS PENALIDADES, DISPONDO QUE O ACESSO DE TERCEIROS, NÃO AUTORIZADOS PELOS RESPECTIVOS INTERESSADOS, A INFORMAÇÕES PRIVADAS MANTIDAS EM REDES DE COMPUTADORES, DEPENDERÁ DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL)”.

AUTORIA: DEPUTADO LUIZ PIAUHYLINO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL AO PLS 076/00, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO, QUE INCORPORA PARCIALMENTE O PRESENTE PROJETO E O PLS 137/00, QUE TRAMITAM EM CONJUNTO.

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 16/05/06 FOI CONCEDIDA VISTA, AO SENADOR EDISON LOBÃO, QUE NÃO APRESENTOU MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO

OBS.2: NA REUNIÃO DO DIA 23/05/06 FOI CONCEDIDA NOVA VISTA COLETIVA, DEVIDO À ALTERAÇÃO NO PARECER EFETUADA PELO RELATOR. NÃO FORAM APRESENTADAS MANIFESTAÇÕES POR ESCRITO.

RESULTADO: INCORPORADO PARCIALMENTE JUNTAMENTE COM O PLC 89/03, APROVANDO O PLS 76/00, TRAMITANDO EM CONJUNTO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO.

ITEM 03**TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 094, DE 2006**

“INSTITUI O DIA NACIONAL DE DEFESA DA VIDA”.

AUTORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 06/06/06

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**NÃO TERMINATIVO**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, DE 2004

“DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO, O TRATAMENTO E O USO DOS DADOS PESSOAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

**PARECER: FAVORÁVEL, COM AS 03 (TRÊS)
EMENDAS OFERECIDAS**

OBS.1: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DA
REUNIÃO DO DIA 23/05/06 E 06/06/06

OBS.2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 024, DE 2006**

“DENOMINA O TRECHO DA BR - 235 ENTRE A CIDADE DE ARACAJU E A DIVISA DOS ESTADOS DE SERGIPE E DA BAHIA 'RODOVIA PADRE PEDRO”.

AUTORIA: DEPUTADO IVAN PAIXÃO

RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DA REUNIÃO
DO DIA 06/06/06

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, DE 2005**

“OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS QUE ESPECIFICA A FORNECEREM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS DOS ALIMENTOS E BEBIDAS PREPARADOS”.

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RELATORIA: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 031, DE 2006**

“INSTITUI O DIA 2 DE OUTUBRO COMO O DIA NACIONAL DO PACIFISMO ATIVO E PELO DESARMAMENTO”.

AUTORIA: DEPUTADO CHICO ALENCAR

RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

RESULTADO DA PAUTA DOS PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 274, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A SOCIEDADE AMIGOS DOS BAIRROS CASA GRANDE I E II A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FRANCISCO MORATO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE COMUNITÁRIA DE CAUCAIA DO ALTO - ACBC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE COTIA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 280, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE JAMBEIRO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JAMBEIRO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A SBR COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PEABIRU, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 315, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO ESTANDARTE DO IMBAÚ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IMBAÚ, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS RADIALISTAS COMUNITÁRIOS DO PARUÁ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À REDE JORNAL DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO DIFUSORA COLÍDER LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MARCELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SORRISO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 288, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO DIFUSORA COLÍDER LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DO MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 294, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 304, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E CULTURAL DE REGENERAÇÃO (PI) ADERE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE REGENERAÇÃO, ESTADO DO PIAUÍ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 310, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA 'RÁDIO CONSCIÊNCIA RURAL DO MARAJÓ - FM DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - PARÁ - ARCCRRURALDOMARAJÓ/FM' A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 312, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MIRACATU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANTA ISABEL DO PARÁ, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 15

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BOA

VIAGEM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BOA VIAGEM, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 16

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 492, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA O INSTITUTO DE RÁDIO DIFUSÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SOBRAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SOBRAL, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 17

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 088, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO PARAÍSO DE CAMOCIM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JAGUARIBE, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 18

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PENTECOSTE, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 19

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RUSSAS, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 20**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO AO SISTEMA LAJES DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ACOPIARA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA - RESULTADO**ITEM 01****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 224, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ‘PÉROLA DO TRIÂNGULO’ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITURAMA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E BENEFICENTE HIDRO-FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVA PONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DE SALES, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 324, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA ‘JOÃO HENRIQUE DANTAS’ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CARNAÚBA DOS DANTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 01**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003**

“INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR - FUNDEP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RELATORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL, COM AS QUATRO (04)

EMENDAS OFERECIDAS

OBS.1 NO DIA 07/03/06 O SENADOR PAULO PAIM

APRESENTA REQUERIMENTOS DE AUDIÊNCIA

PÚBLICA E REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO PARA

INSTRUIR O PROJETO

OBS.2: NO DIA 09/03/06 FOI REALIZADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA E NO DIA 20/03/06 FOI

**REALIZADO SEMINÁRIO, NA CIDADE DE
CANOAS/RS
OBS.3: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE
ASSUNTOS ECONÔMICOS
RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02
NÃO TERMINATIVO**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2003

(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS 183/03 e PLS 291/05)

“ACRESCENTA O § 6º AO ARTIGO 9º DA LEI Nº 9317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996, ESTENDENDO A OPÇÃO PELO SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (SIMPLES) ÀS PESSOAS JURÍDICAS QUE ESPECIFICA”.

AUTORIA: SENADOR ALMEIDA LIMA

RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

**PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO
SUBSTITUTIVO OFERECIDO, QUE INCORPORA
PARCIALMENTE OS PLS 183/03 E 291/05, QUE
TRAMITAM EM CONJUNTO.**

**OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 20/06/06 FOI CONCEDIDA
VISTA À SENADORA FÁTIMA CLEIDE**

**OBS. 2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE
ASSUNTOS ECONÔMICOS**

**RESULTADO: APROVADO, INCORPORANDO
PARCIALMENTE O PLS 183/03 E 291/05, QUE
TRAMITAM EM CONJUNTO, NA FORMA DO
SUBSTITUTIVO OFERECIDO**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2003

(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS 129/03 e PLS 291/05)

“ALTERA A LEI Nº 9317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE INSTITUI O SISTEMA INTEGRADO DE IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES, INCLUINDO COMO BENEFICIÁRIO DA LEI OS REPRESENTANTES COMERCIAIS”.

AUTORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

**PARECER: FAVORÁVEL AO PLS 129/03, NA FORMA
DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO, QUE INCORPORA**

PARCIALMENTE O PRESENTE PROJETO E O PLS 291/05, QUE TRAMITAM EM CONJUNTO.
OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 20/06/06 FOI CONCEDIDA VISTA À SENADORA FÁTIMA CLEIDE
OBS. 2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RESULTADO: INCORPORADO PARCIALMENTE JUNTAMENTE COM O PLS 291/05, APROVANDO O PLS 129/03, QUE TRAMITAM EM CONJUNTO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2005
(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS 129/03 e PLS 183/03)
“ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL PARA INCLUIR OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO ENTRE AS PESSOAS JURÍDICAS PASSÍVEIS DE ADESAO AO SISTEMA INTEGRADO DE IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: SENADOR NEY SUASSUNA

RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL AO PLS 129/03, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO, QUE INCORPORA PARCIALMENTE O PRESENTE PROJETO E O PLS 183/03, QUE TRAMITAM EM CONJUNTO.

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 20/06/06 FOI CONCEDIDA VISTA À SENADORA FÁTIMA CLEIDE

OBS. 2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

RESULTADO: INCORPORADO PARCIALMENTE JUNTAMENTE COM O PLS 183/03, APROVANDO O PLS 129/03, QUE TRAMITAM EM CONJUNTO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 057, DE 2006

“DISPÕE SOBRE O DIA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA”.

AUTORIA: DEPUTADA LAURA CARNEIRO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 031, DE 2006
“ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2001, QUE INSTITUI O DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.
AUTORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO
RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO
EXTRA-PAUTA - RESULTADO

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 043, DE 2006
“DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DO DIA 26 DE OUTUBRO COMO DIA NACIONAL DOS TRABALHADORES METROVIÁRIOS”.
AUTORIA: DEPUTADO JAMIL MURAD
RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005
“REGULAMENTA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE SUPERVISOR EDUCACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.
AUTORIA: DEPUTADO CEZAR SCHIRMER
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

RESULTADO DA PAUTA DOS PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2006
“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO SERTÃO FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IBIMIRIM, ESTADO DE PERNAMBUCO”.
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR EDISON LOBÃO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

TERMINATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 318, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A COLINAS FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO**ITEM 03****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO TRANSVERSAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SALTO DE PIRAPORA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO**ITEM 04****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 307, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A CARMANHÃES & FERREIRA - COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE DE MARTINÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO**ITEM 05****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 309, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAJAMAR, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO**ITEM 06**

TERMINATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 305, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À ASA BRANCA RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A RÁDIO COMUNIDADE PORCIÚNCULA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PORCIÚNCULA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À RÁDIO VALE DAS ESMERALDAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PONTALINA, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 282, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO VALE DO PARANAÍBA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAMPOS VERDES, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À RÁDIO BRITTO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ANICUNS, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 292, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À SOCIEDADE SERRADO VERDES DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MINAÇU, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 214, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JOSÉ BOITEUX, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 238, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE ITAJAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14 TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 290, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA ERVAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ERVAL VELHO, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 15 TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JOINVILLE, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 16 TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO INTEGRADA CONHECER A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 17 TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 322, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À AURORA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 18

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 329, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO BENTO DO UNA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO BENTO DO UNA, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 19

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 317, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO VIRGINIUS DA GAMA E MELO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 20

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 332, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO ALVORADA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LUIZ OTÁVIO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 06/06/2006 - ORDINÁRIA**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 15, DE 2006-CMA
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria destinada a fiscalizar a execução do convênio federal firmado com a Prefeitura de Pinheiro (MA) citado no Ofício nº 139/2005, da Câmara Municipal daquela localidade, destinado à reforma da barragem da Comporta do Rio Pericumã.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Resultado: Aprovado

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 16, DE 2006-CMA
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos regimentais, a criação de uma subcomissão no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para acompanhar as ações que darão solução para a crise do setor florestal-madeireiro no Estado do Pará, e, em especial, na região oeste; áreas de abrangência das BR's 163 e 230 e o Termo de Ajuste de Conduta referente a planos de manejo e a transição para implantação da recém aprovada Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Autoria: Senadores FLEXA RIBEIRO e AELTON FREITAS

Resultado: Aprovado

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2005
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar.

Autoria: Deputado WELLINGTON FAGUNDES

Relator: Senador AELTON FREITAS

Parecer: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes).

Autoria: Deputado CELSO RUSSOMANO

Relator: Senador VALDIR RAUPP

Parecer: Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Resultado: Aprovado

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2006-CMA - NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença do Delegado Ricardo Trigueiro para instruir o relatório final da PFS 01/2004.

Autoria: Senador AELTON FREITAS

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 20/06/2006 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE-CD E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN,

ITEM ÚNICO: EXPOSIÇÃO DO DOUTOR HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), DETERMINANDO QUE, “NO PRAZO DE 90 DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CADA SEMESTRE, O BANCO CENTRAL DO BRASIL APRESENTARÁ, EM REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERTINENTES DO CONGRESSO NACIONAL, AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL, EVIDENCIANDO O IMPACTO E O CUSTO FISCAL DE SUAS OPERAÇÕES E OS RESULTADOS DEMONSTRADOS NOS BALANÇOS”. RESULTADO: REALIZADA.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 12/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - Nos termos do Requerimento nº 16, de 2006 – CDH, com vistas a tratar das questões atinentes ao “Dia Mundial de Combate a Violência contra o Idoso”, com desdobramentos na sua qualidade de vida e dignidade de sobrevivência, com os seguintes convidados: **Perly Cipriano** – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; **Paulo Roberto Barbosa Ramos** – Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa do Idoso e Pessoas com Deficiência; **Laura Mello Machado** – Representante do Instituto Internacional de Prevenção a Violência-Rio INPEA; **Einstain de Camargo** – Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia/DF, (NÃO COMPARECEU); **Cecília Minayo** – Representante da Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ; e **Marta Maria Alves da Silva** – Coordenadora do Programa de Prevenção a Violência – MS. **Dr. Otaliba Libânio de Moraes Neto** – Diretor do Departamento de Análise de Saúde (DASIS). **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA**EXTRAPAUTA****ITEM ÚNICO**

Requerimento nº 23, de 2006 – CDH

Assunto: audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos para tratar das “Questões Atinentes ao Fator Previdenciário”

Autor: Senador Paulo Paim.

Relator: Senador Cristovam Buarque

Voto: Pelo aprovação.

Resultado: APROVADO.

PAUTA**ITEM Nº 01****SUGESTÃO Nº 18, DE 2004**

Assunto: “Visa estabelecer a obrigatoriedade de se fazer constar nos editais de licitação pública, medidas de proteção à saúde e segurança do trabalhador”.

Autor: PROCURADOR REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO.

Relator: Senador AELTON FREITAS

Voto: Pelo arquivamento.

Resultado: APROVADO O RELATÓRIO – AO ARQUIVO.

ITEM Nº 02**SUGESTÃO Nº 21, DE 2004**

Assunto: “Sugere melhor distribuição dos recursos hoje recolhidos para o INSS e que são repassados para o SESC, SENAC e Sesi”.

Autor: FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS EMPREGADOS DA EMBRAPA.

Relator: Senador AELTON FREITAS

Voto: Pelo arquivamento.

Resultado: APROVADO O RELATÓRIO – AO ARQUIVO.

ITEM Nº 03

SUGESTÃO Nº 16, DE 2004

Assunto: “Propõe que empregada doméstica tenha os mesmos direitos trabalhistas que a Lei proporciona ao trabalhador comum”.

Autor: ASSOCIAÇÃO TANGARAENSE DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS.

Relator: Senador AELTON FREITAS.

Voto: Pela aprovação da Sugestão, na forma do PLS que apresenta.

Resultado: APROVADO

ITEM Nº 04

SUGESTÃO Nº 29, DE 2004

Assunto: “Requer obrigatoriedade por parte das companhias de água e esgoto a instalarem hidrômetros individuais nos condomínios verticais”.

Autor: CONDOMÍNIO DO BLOCO I DA QE 07 – GUARÁ I.

Relator: Senador AELTON FREITAS.

Voto: Pelo arquivamento.

Resultado: APROVADO O RELATÓRIO – AO ARQUIVO.

ITEM Nº 05

**DIVERSOS Nº 01, DE 2005
- NÃO TERMINATIVO -**

Ementa: Denúncias sobre o desvio da doutrina religiosa denominada Santo Daime.

Autor: MURILO ARAGÃO OLIVEIRA

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Voto: Pelo arquivamento.

Resultado: APROVADO O RELATÓRIO – AO ARQUIVO.

ITEM Nº 06

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE
2004**

- NÃO TERMINATIVO -

Ementa: “Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher”.

Autora: Deputada LUIZA ERUNDINA.

Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Voto: Pela aprovação do projeto com 4 (quatro) emendas que apresenta.

Resultado: APROVADO

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL—CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 01/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 119, DE 2006

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA SUÉCIA, E, CUMULATIVAMENTE, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA LETÔNIA, DESDE QUE OBTIDO O AGRÉMENT DO GOVERNO DESSE PAÍS.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, DE 2006

APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL NO CAMPO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, CELEBRADO EM PRETÓRIA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 2003.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RELATOR “AD HOC” : SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 212, DE 2006

APROVA O TEXTO DO TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, CELEBRADO EM MOSCOU, EM 14 DE JANEIRO DE 2002.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR ÁLVARO DIAS

RELATOR “AD HOC” : SENADOR JEFFERSON PÉRES

PARECER: FAVORÁVEL.

RESULTADO: APROVADO**ITEM 04****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 25, DE 2006**

CRIA O GRUPO PARLAMENTAR "AMIZADE BRASIL-ZÂMBIA".

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RELATORIA: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2005**

ALTERA A LEI Nº10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA FLEXIBILIZAR AS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO DE CANO LONGO E PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE REVÓLVERES, PISTOLAS E SIMILARES.

AUTORIA: SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: CONTRÁRIO.

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 08/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 149, DE 2006**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO SENHOR PEDRO MOTTA PINTO COELHO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO ESTADO DE ISRAEL.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR JOSÉ AGRIPINO

RELATORIA "AD HOC": SENADOR HERÁCLITO FORTES

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 150, DE 2006**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO SENHOR HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO FILHO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA CROÁCIA.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPPLY
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADO

ITEM 03
NÃO TERMINATIVO
MENSAGEM (SF) Nº 151, DE 2006

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DA SENHORA **MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES**, MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA DA TUNÍSIA**.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO
RELATORIA “AD HOC” : SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADO

EXTRA-PAUTA

ITEM 01
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2005

FIXA OS EFETIVOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA EM TEMPO DE PAZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 21/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01
NÃO TERMINATIVO
MENSAGEM (SF) Nº 99, DE 2006

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DA SENHORA **RENATE STILLE**, MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA DA ARMÊNIA**.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RELATORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 124, DE 2006**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR **CARMELITO DE MELO**, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA DO BENIN**.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR ALVARO DIAS

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADO

REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 162, DE 2006**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA**, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA TOGOLESA**.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR ALVARO DIAS

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 164, DE 2006**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR **FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO**, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À **COMUNIDADE DA AUSTRÁLIA E, CUMULATIVAMENTE, O DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE VANUATU E NO ESTADO INDEPENDENTE DE PAPUA NOVA GUINÉ**, DESDE QUE OBTIDO OS AGRÉMENTS DOS GOVERNOS DESSES PAÍSES.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR ALVARO DIAS

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR EDUARDO SUPPLY

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADO

EXTRA-PAUTA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 159, DE 2006**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR **JACQUES CLAUDE FRANÇOIS MICHEL FERNANDES VIEIRA GUILBAUD**, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA DA GUINÉ**.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADO

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI**REUNIÃO REALIZADA EM 06/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA**

Item único: Mensagem do Senado Federal nº 153, de 2006, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Henrique Coelho Sadok de Sá, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes– DNIT”. Autor: Presidência da República. Relator: Senador João Ribeiro. Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Aprovado, com o seguinte resultado: 19 votos SIM, 1 voto NÃO e nenhuma ABSTENÇÃO, totalizando 20 votos.

REUNIÃO REALIZADA EM 20/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

Item Único: Mensagem do Senado Federal nº 154, de 2006, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”.

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Roberto Saturnino (Relator “Ad Hoc”)

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado com 17 (dezesete) votos “sim”, 00 (nenhum) voto “não” e 01 (uma) “abstenção”. Total de votos = 18 (dezoito).

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

NÃO HOUVE REUNIÕES NA COMISSÃO NO PRESENTE MÊS

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 06/06/2006 – CONJUNTA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA com as Comissões da Câmara dos Deputados de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e com a Frente Parlamentar da Avicultura, para prestar esclarecimentos sobre a gripe aviária e analisar o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária, em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2006-CRA, de autoria do Senador Jonas Pinheiro e dos Requerimentos nºs 426 e 427/2006, dos Deputados Leonardo Vilela e Ronaldo Caiado, com a presença dos seguintes expositores:

- Dr. José Agenor Alvarez - Ministro de Estado da Saúde;**
- Dr. Gabriel Alves Maciel - Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA;**
- Dra. Aneli Dacás Franzmann - Diretora do Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais do MDIC;**
- Dr. Sadi Marcolim - Gerente de Produção Avícola da Cooperativa Aurora - representando a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;**
- Dr. Ricardo Gonçalves - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango - ABEF;**
- Dr. César Borges de Souza - Presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Milho - Abimilho;**
- Dr. Pedro Camargo Neto - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína – Abipecs;**
- Dr. Ariel Antônio Mendes – Vice-Presidente da União Brasileira de Avicultura – UBA;**
- Dr. José Zeferino Pedrozo – Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;**
- Dr. Marcelo de Andrade Mota – Coordenador do Programa Nacional de Sanidade Avícola da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA;**
- Dra. Paula Montagner – Assessora Especial do Ministro do Trabalho;**
- Dr. Argileu Martins da Silva – Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA;**

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 07/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

OBSERVAÇÃO: REUNIDA A COMISSÃO, TODOS OS ITENS CONSTANTES NA PAUTA TIVERAM SUA APRECIACÃO ADIADA.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

ORIGEM	EXPEDIENTE	DATA DO DOCUMENTO	ASSUNTO	DESTINO
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/997/2006	01/06/2006	Encaminha dois CDs, onde constam informações solicitadas, no Ofício PGR/GAB/Nº 637, de 30 de maio de 2006, em caráter confidencial. Operação "sanguessuga".	Antonio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador-Geral da República MPF
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/996/2006	01/06/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Ney Suassuna, do PLS nº 76, de 2000, para que possa dar seguimento a tramitação.	Senador Augusto Botelho Vice-Presidente Comissão de Educação no exercício da Presidência SF
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1002/2006	01/06/2006	Solicita credenciar funcionários da Secretaria da Receita Federal, para que juntamente com os servidores SF, manusear e selecionar a documentação do OF nº 1648/2006/Gab-SRF, de 29 de maio de 2006.	Jorge Antonio Deher Rachid Secretario da Receita Federal MF
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/995/2006	01/06/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Ideli Salvatti, do PLS nº 362, de 2003, para que possa dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania CCJ
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1000/2006	01/06/2006	Encaminha Relatório Final da Comissão Especial do Cooperativismo.	Senador Sergio Guerra Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
Senador Tião Viana Vice-Presidente Fno Exercício da residência	OF/SF/1011/2006	09/06/2006	Encaminha copia dos documentos referentes a CPMI dos Correios. Em resposta ao OF PGR/GAB/Nº 638 de 30 de maio de 2006. Caso mensalaõ.	Antonio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador Geral da Republica MPF
Senador Renan Calheiros	OF/SF/1007/2006	08/06/2006	Comunica que recebimento de envelope lacrado da SGM	Antonio Fernando Barros e Silva

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Procurador Geral da República			SF, com a documentação solicitada. Referência ao OF PGR/GAB Nº 638, de 30 de maio de 2006. CPMI dos Correios.	de Souza Procurador Geral da República MPF
Senador Renan Calheiros Procurador Geral da República	OF/SF/1006/2006	05/06/2006	Em referência ao OF PGR/GAB/Nº 637 de 30 de maio de 2006, em atendimento ao OF/SF/997, de 1º de junho de 2006, informa os cargos comissionados do SF. Operação sangnessuga.	Antonio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador Geral da República MPF
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1012/2006	09/06/2006	Solicita remessa do PLC nº 114, de 2006, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro.	Senador Leomar Quintanilha Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA SF
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1005/2006	08/06/2006	Solicita remessa a SGM do PLS nº 46, de 2001, para dar seguimento à tramitação.	Senador Antonio Carlos Valadares Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1013/2006	13/06/2006	Solicita remessa a SGM, do PLC nº 60, de 2006, para dar seguimento à tramitação.	Senador Cristovam Buarque Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa SF
Senador Romeu Tuma o exercício da Primeira-Secretaria	OF/SF/1020/2006	14/06/2006	Envia cópia do Aviso nº 609/2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, comunica informações requerentes ao Requerimento nº 19, de 2006.	Senador Álvaro Dias
Senador Romeu Tuma o exercício da Primeira-Secretaria	OF/SF/1018/2006	14/06/2006	Envia cópia do Aviso nº 118/2006, do Ministro dos Transportes, encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 269, de 2006.	Senador Rodolfo Tourinho
Senador Romeu Tuma o exercício da Primeira-Secretaria	OF/SF/1015/2006	14/06/2006	Envia cópia do Aviso nº 119/2006, do Ministro dos Transportes, encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 262, de 2006.	Senador Antonio Carlos Valadares
Senador Romeu Tuma o exercício da Primeira-Secretaria	OF/SF/1021/2006	14/06/2006	Envia cópia do Aviso nº 607/2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, encaminha informações em resposta	Senador Arthur Virgílio

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria			ao Requerimento nº 262, de 2006.	
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1026/2006	14/06/2006	Solicita remessa a SGM, do PLS nº 170, de 2006, para dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1024/2006	14/06/2006	Solicita remessa a SGM, do PLS nº 14, de 2002, para dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1023/2006	14/06/2006	Solicita remessa a SGM, do PLS nº 131, de 2006, para dar seguimento a tramitação, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1025/2006	14/06/2006	Solicita remessa a SGM, do PLC nº 25, de 2005, para dar seguimento a tramitação, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho.	Senador Antonio Carlos Valadares Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
Senador Romeu Tuma o exercício da Primeira-Secretaria	OF/SF/1019/2006	14/06/2006	Envia cópia do Aviso nº 227/2006, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 345, de 2006.	Senador Eduardo Siqueira Campos
Senador Romeu Tuma o exercício da Primeira-Secretaria	OF/SF/1016/2006	14/06/2006	Envia cópia do Aviso nº 226/2006, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 452, de 2006.	Senadora Roseana Sarney
Senadora Heloisa Helena o exercício da Primeira-Secretaria	OF/SF/1029/2006	14/06/2006	Envia cópia do Ofício nº 35/2006, do Ministro de Estado da Cultura, encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 390, de 2006.	Senador Arthur Virgílio
Senador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1028/2006	14/06/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Edison Lobão, do PLS nº 6, de 2003, e 112 de 2006, para que possa dar seguimento a tramitação do requerimento.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
Senador Renan Calheiros	OF/SF/1022/2006	14/06/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento	Senador Antonio Carlos

SECRETARIA-GERAL DA MESA

residente SF			dos Senadores Paulo Paim e Antonio Carlos Magalhães, dos PLS nºs 250, de 2005, 68, de 2003, e 8, de 2006, para desapensação.	Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1036/2006	20/06/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Paulo Paim, dos PLS nºs 177, de 2003, 162 e 149, de 2005, e 42, de 2006 para desapensação.	Senador Luiz Otavio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1034/2006	20/06/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Paulo Paim, dos PLS nºs 263, de 2003, 176, de 2000, para desapensação.	Senador Luiz Otavio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos CAE SF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1027/2006	14/06/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Edson Lobão, dos PLS nºs 6, de 2003, e 112, de 2006 para tramitação conjunta.	Senador Critovam Buarque Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa SF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1035/2006	20/06/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Paulo Paim, dos PLS nºs 22 e 65, 95, 113, 124, de 2003, 122, 198, 223 e 356, de 1999, 73, 203 e 245, de 2000, 101 e 185, de 2001 e o PLC nº 18, de 2002, para desapensação.	Senador Augusto Botelho Vice-Presidente Comissão de Educação no exercício da Presidência SF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1030/2006	16/06/2006	Solicita copia de notas taquigráficas dos depoimentos do Sr. Roberto Abranches e da Sra. Maria Angela Alves Luiz, referente a CPI do Futebol, prestados em caráter sigiloso. As notas taquigráficas foram encaminhadas a Corregedoria do Senado Federal.	Deputado Aldo Rebelo Presidente da CD
enador Renan Calheiros	OF/SF/1045/2006	21/06/2006	Encaminha o processado do PLS nº 142, de 2004, que permite que o trabalhador com mais de 45 anos de idade emigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior, de autoria do Senador Paulo Paim, para elaborar final d proposição	Senador Antonio Carlos Valadares D.D Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
enador Renan Calheiros	OF/SF/1044/2006	21/06/2006	Encaminha processado do PLS nº 1, de 2004, que dispõe sobre percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior, de autoria do Senador Paulo Paim, a fim de que o texto	Senador Augusto Botelho D.D Presidente da Comissão de Educação,em exercício

SECRETARIA-GERAL DA MESA

			final da Comissão seja alterado.	
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1067/2006	28/06/2006	Comunica que encontra na SGM, documento encaminhado em caráter reservado, do Ministro das Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 7 de 2006.	Senador Arthur Virgílio
enador João Alberto ouza o Secretário, no xercício da Primeira ecretaria	OF/SF/1054/2006	21/06/2006	Envia cópia do Aviso nº 239/2006, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 60, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.	Senador Antonio Carlos Magalhães
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1056/2006	22/06/2006	Informa que na data de 16 de junho de 2006 encaminhou a CMA SF, o Ofício MPF/CRA/MS/ACB nº 0148/2006, de 6 de junho, expedido na Procuradoria da República no Município de Corumbá - MS.	Antonio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador Geral da República MPF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1058/2006	21/06/2006	Encaminha Avulso do PLC nº 36, de 2005 (Projeto de Lei nº 4.904, de 2001, na Câmara dos Deputados), que cria Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta - DTVA, bem como folha de tramitação, em resposta ao OF. SMRI nº 396/2006, de 7 de junho de 2006.	Deputado Jorge Picciani Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1066/2006	27/06/2006	Solicita remessa a SGM, do PLS nº 112, de 2006, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, para dar seguimento a tramitação, do Requerimento.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1065/2006	27/06/2006	Solicita remessa a SGM, do PLS nº 112, de 2006, e 6, de 2003, em atendimento ao requerimento do Senador Edson Lobão, para tramitação conjunta.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1063/2006	27/06/2006	Solicita remessa a SGM, do PLS nºs 44 e 110, de 2006, em atendimento ao requerimento do Senador Siba Machado, para tramitação conjunta.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
enador Renan Calheiros	OF/SF/1061/2006	27/06/2006	Solicita remessa a SGM, das Propostas de Emenda a	Senador Antonio Carlos

SECRETARIA-GERAL DA MESA

				final da Comissão seja alterado.	
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1067/2006	28/06/2006		Comunica que encontra na SGM, documento encaminhado em caráter reservado, do Ministro das Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 7 de 2006.	Senador Arthur Virgílio
enador João Alberto ouza o Secretário, no xercício da Primeira ecretaria	OF/SF/1054/2006	21/06/2006		Envia cópia do Aviso nº 239/2006, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 60, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.	Senador Antonio Carlos Magalhães
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1056/2006	22/06/2006		Informa que na data de 16 de junho de 2006 encaminhou a CMA SF, o Ofício MPF/CRA/MS/ACB nº 0148/2006, de 6 de junho, expedido na Procuradoria da República no Município de Corumbá - MS.	Antonio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador Geral da Republica MPF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1058/2006	21/06/2006		Encaminha Avulso do PLC nº 36, de 2005 (Projeto de Lei nº 4.904, de 2001, na Câmara dos Deputados), que cria Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta - DTVA, bem como folha de tramitação, em resposta ao OF. SMRI nº 396/2006, de 7 de junho de 2006.	Deputado Jorge Picciani Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1066/2006	27/06/2006		Solicita remessa a SGM, do PLS nº 112, de 2006, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, para dar seguimento a tramitação, do Requerimento.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1065/2006	27/06/2006		Solicita remessa a SGM, do PLS nº 112, de 2006, e 6, de 2003, em atendimento ao requerimento do Senador Edson Lobão, para tramitação conjunta.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
enador Renan Calheiros residente SF	OF/SF/1063/2006	27/06/2006		Solicita remessa a SGM, do PLS nºs 44 e 110, de 2006, em atendimento ao requerimento do Senador Siba Machado, para tramitação conjunta.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição de Justiça SF
enador Renan Calheiros	OF/SF/1061/2006	27/06/2006		Solicita remessa a SGM, das Propostas de Emenda a	Senador Antonio Carlos

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 148 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias, o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 07, de 2006, do Diretor-Geral.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 29 de junho de 2006.

Senado Federal, 29 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 149 , DE 2006

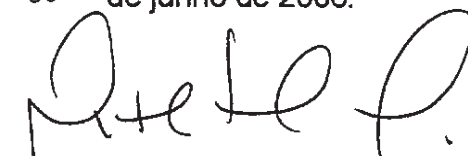
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997, e considerando o que dispõe o art. 2º da Portaria do Diretor-Geral nº 69, de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar da Comissão de Proteção do Patrimônio nos Finais de Semana instituída pela Portaria do Diretor-Geral nº 53, de 2005, o servidor Moacyr Medeiros Costa Júnior, matrícula nº 4369-5 e designar, em substituição, o servidor Paulo Ricardo Zarranz Bueno, Matr. 4981-8.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 30 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1195 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **LUIS CARLOS PIRES RAYOL**, matrícula nº 33793, e **VANDERLEI PIRES DA SILVA**, matrícula nº 52477, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 002902/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1196 , DE 2006

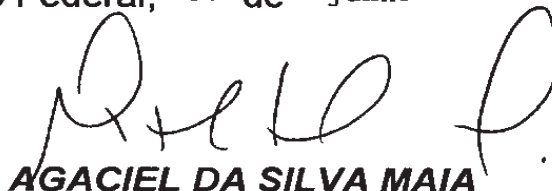
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA**, matrícula nº 50020, e **JOSÉ RAIMUNDO NETO**, matrícula nº 41066, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 009214/06-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1197 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009659/06-4,

RESOLVE dispensar a servidora DENISE PITREZ DE PITREZ, matrícula 42988, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Leonel Pavan, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 20 de junho de 2006.

Senado Federal, 30 de junho de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1198 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 009750/06-1,

RESOLVE dispensar a servidora MONICA MUCURY TEIXEIRA, matrícula 40293, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comissões, a partir de 20 de junho de 2006.

Senado Federal, 30 de junho de 2006.

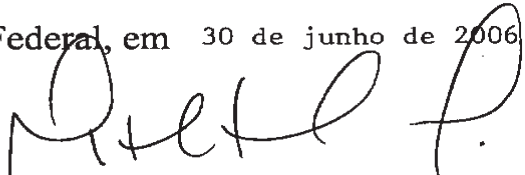

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1199 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010079/06-8**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **HELOISA PASSOS RODRIGUES**, matrícula n.º 177377, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, e sua respectiva lotação, da Procuradoria Parlamentar para o Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



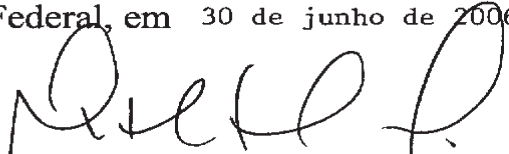
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1200 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010168/06-0**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **EMMANUELLE GUERGEL CURRLIN PERPÉTUO**, matrícula n.º 189884, de Assistente Parlamentar, AP-8, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança do PFL para o Gabinete do Senador Marco Maciel.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



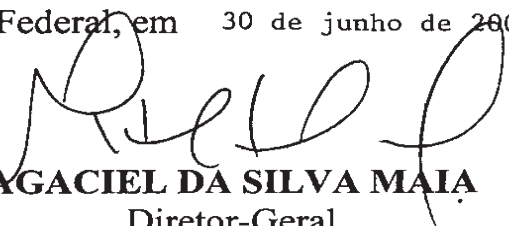
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1201 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010066/06-3 e 010095/06-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **DIEGO VELOSO FERREIRA**, matrícula n.º 181575, de Assistente Parlamentar, AP-1, para o de Assistente Parlamentar, AP-6, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança do PL para o Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



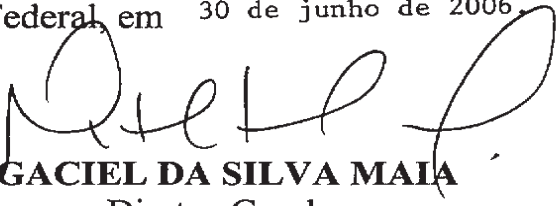
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1202 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.071/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JALSEN RENIER PADILHA**, matrícula n.º 192767, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1203, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **009074/06-6** e **010126/06-6**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1022, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3499, de 12/06/06, que nomeou **SANEIA SANTANA FERREIRA HADDAD**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

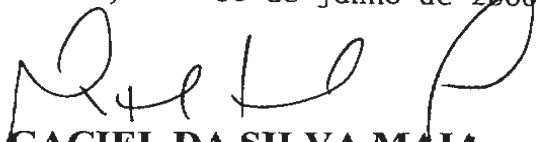
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1204, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010126/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ISABEL DE CASTRO SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1205 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.077/06-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MILTON ALEXANDRE DE MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Procuradoria Parlamentar.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



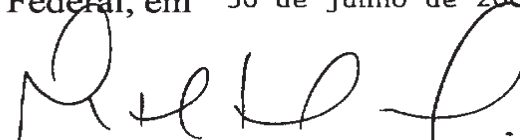
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1206 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010137/06-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS JOSÉ FERNANDES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



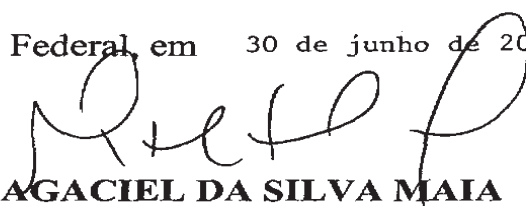
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1207 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010078/06-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LEONIDAS ANTONIO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Procuradoria Parlamentar.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



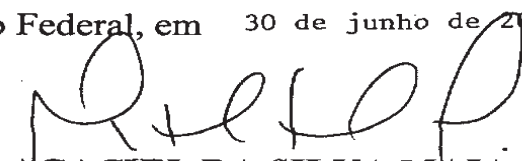
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1208 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.072/06-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ITELVINA DA COSTA PADILHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1209 , DE 2006

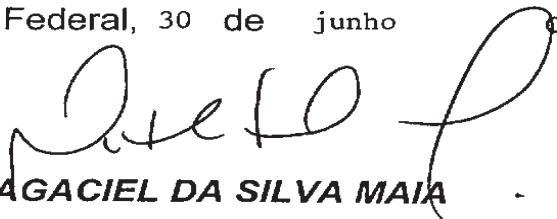
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA**, matrícula nº 50020, e **JOSÉ RAIMUNDO NETO**, matrícula nº 41066, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 009721/06-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de junho de 2006.

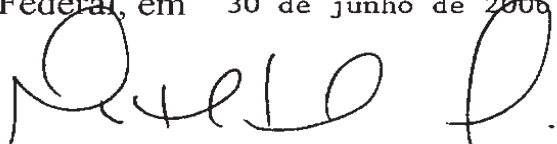

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1210 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010171/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CAMERINO MARQUES DA ROCHA FILHO**, matrícula n.º 192469, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.

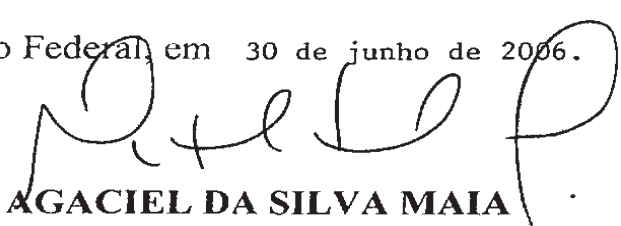

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1211 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010201/06-8**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ADEMAR RAUPP DE MATOS**, matrícula n.º 179490, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



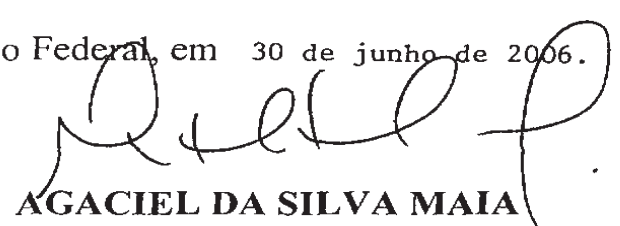
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1212 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010100/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MURILO CAVALCANTI CABRAL**, matrícula n.º 162532, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.



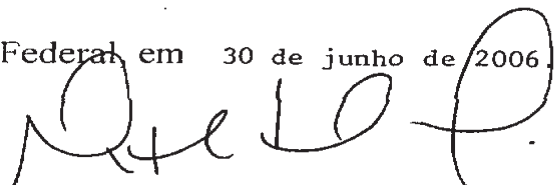
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1213 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010146/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ISRAEL DOURADO GUERRA FILHO**, matrícula n.º 193619, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra, a partir de 30 de junho de 2006.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.

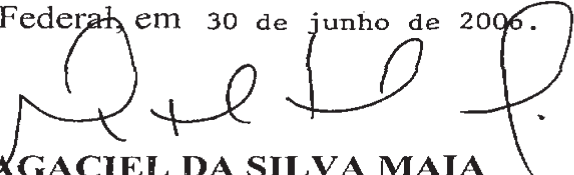

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1214 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010202/06-4 e 010203/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOELSON RAMOS**, matrícula n.º 180704, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assessor Técnico e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Valdir Raupp para o Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.

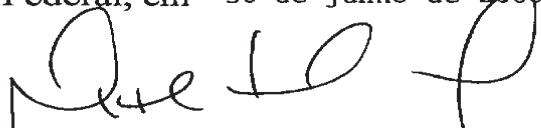

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1215 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010145/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GIULIANO DE OLIVEIRA BARROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antônio João.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.

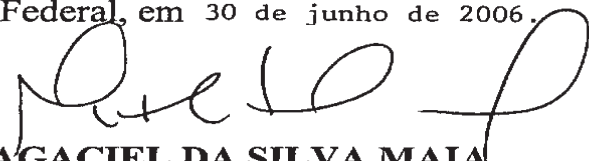

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1216 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010158/06-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ALZENI NELO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.

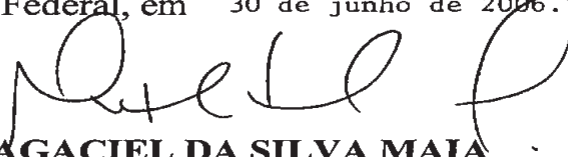

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1217 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010172/06-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARLI SANDRA HENS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.

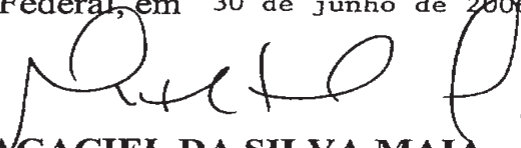

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1218 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010159/06-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BETÂNIA DE OLIVEIRA L. CANÇADO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 30 de junho de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho*^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado**^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro**^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta*^S PSDB – Marcos Guerra**^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João **^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral*^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo*^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório**^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ³	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 182 PÁGINAS